

2021
BRASÍLIA / DF

RELATÓRIO
REPORT



**7º SIMPÓSIO SOBRE
SEGURANÇA REGIONAL**
EUROPA | AMÉRICA DO SUL

7th SYMPOSIUM ON REGIONAL SECURITY
EUROPE | SOUTH AMERICA



RELATÓRIO

REPORT

7º SIMPÓSIO SOBRE SEGURANÇA REGIONAL

EUROPA | AMÉRICA DO SUL

7th SYMPOSIUM ON REGIONAL SECURITY

EUROPE | SOUTH AMERICA

8 e 9 de dezembro de 2021

December 8th and 9th, 2021

Escola Superior de Defesa

Brazilian Defence College

Brasília-DF

Brasilia-Federal District

Simpósio sobre Segurança Regional Europa – América do Sul
(7.: 2021: Brasília, DF)

Relatório do 7º Simpósio sobre Segurança Regional Europa –
América do Sul, Brasília, DF, 8 a 9 de dezembro de 2021/ Escola
Superior de Defesa - Brasília, DF: ESD, 2021

Organização: Escola Superior de Defesa

1.Segurança. 2.Defesa. 3. Segurança Regional.
I.Escola Superior de Defesa II. Título.

ISBN 978-65-997788-0-3

CDD 327.116

Organização

Organization

Ministério da Defesa do Brasil

Brazilian Ministry of Defence

Chefia de Educação e Cultura

Education and Culture Department

Esplanada dos Ministérios Bloco Q – 6º andar - Brasília, DF

CEP: 70049-900, Tel.: (61) 2023-5224/2023-5192

Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Brazilian Ministry of Foreign Affairs

Fundação Alexandre de Gusmão / Departamento de Defesa

Alexandre de Gusmão Foundation / Department of Defence

Esplanada dos Ministérios, Bloco "H" - Anexo II, Térreo - Brasília, DF,

CEP: 70170-900, Tel.: (61) 2030-9117/9128 - E-mail: funag@funag.gov.br

Escola Superior de Defesa do Brasil

Brazilian Defence College

St. de Mansões Dom Bosco Setor de Habitações Individuais Sul - Lago Sul, Brasília - DF,

CEP: 71686-900, Tel.: (61) 2023-5029

Delegação da União Europeia no Brasil

Delegation of the European Union to Brazil

SHIS QI 7, BL A - Lago Sul, Brasília - DF, CEP: 71615-710, Tel.: (61) 2104-3122

Embaixada do Reino da Bélgica no Brasil

Embassy of the Kingdom of Belgium in Brazil

Avenida das Nações, Quadra 809, Lote 32, Brasília, DF, CEP: 70422-900,

Tel.: +55 61 3443-1133 - E-mail: brasilia@diplobel.fed.be

Embaixada da República Francesa no Brasil

Embassy of the French Republic in Brazil

Avenida das Nações, lote 04, quadra 801, St. de Embaixadas Sul, Brasília - DF,

CEP:70404-900, Tel.: (61) 3222-3999, E-mail: france@ambafrance.org.fr

Fundação Konrad Adenauer no Brasil

Konrad Adenauer Foundation in Brazil

Konrad-Adenauer-Stiftung e. V. Escritório da Fundação no Brasil, Rua Guilhermina Guinle, 163, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22270-060, Tel.: +55 21 2220 5441 / +55 21 2220 5448, E-mail: Adenauer-Brasil@kas.de <https://www.kas.de/pt/web/brasilien/home>

Apoio

Support

Instituto Real de Relações Internacionais (EGMONT) do Reino da Bélgica

Royal Institute for International Relations

Rue des Petits Carmes 24^a - 1000 Brussels – BELGIUM - BE

Tel.: +32 (0)2 223 41 14, E-mail: info@egmontinstitute.be

Ministro de Estado da Defesa

Minister of Defence

Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

Editores

Editors

Cel R1 Celso Bueno da Fonseca (Ministério da Defesa do Brasil)

Col Celso Bueno da Fonseca, Retd. (Brazilian Ministry of Defence)

Mila Campbell (Ministério da Defesa do Brasil)

Mila Campbell (Brazilian Ministry of Defence)

CMG João Franswilliam Barbosa (Escola Superior de Defesa do Brasil)

Captain João Franswilliam Barbosa (Brazilian Defence College)

Cel Vet José Roberto Pinho de Andrade Lima (Escola Superior de Defesa do Brasil)

Col José Roberto Pinho de Andrade Lima (Brazilian Defence College)

Relatores

Rapporteurs

Prof. Dr. Peterson Ferreira da Silva

Profa. Dra. Viviane Machado Caminha

Prof. Dr. Fábio Albergaria de Queiroz

Prof. Dr. José Roberto Pinho de Andrade Lima (Cel Vet EB)

(Colonel)

Prof. Dr. Ivan Carlos Soares de Oliveira (Cel R/1 EB)

(Colonel, Retd)

Profa. Dra. Nádia Xavier Moreira (CF T MB)

(Lieutenant Commander)

Transcrição

Transcription

3º SG CN Patrick da Silva Nunes (Escola Superior de Defesa do Brasil)

Sergeant Officer Patrick da Silva Nunes (Brazilian Defence College)

S2 Artur Silva Vieira (Escola Superior de Defesa do Brasil)

Class Soldier Artur Silva Vieira (Brazilian Defence College)

Estagiária Jôse Adrylene da Silva Muniz (Ministério da Defesa do Brasil)

Trainee Jôse Adrylene da Silva Muniz (Brazilian Ministry of Defence)

Tradução

Version Portuguese-English

PORTACRIATIVA

Revisão Linguística

Linguistic Review

Maj QCO Ana Paula de Almeida Cardoso (Escola Superior de Defesa do Brasil)

Major Ana Paula de Almeida Cardoso (Brazilian Defence College)

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Graphic Design and Electronic Publishing

2º SGT/R1 Cesar Murilo C. Arcêncio (Escola Superior de Defesa do Brasil)

Sergeant Cesar Murilo C. Arcêncio, Retd. (Brazilian Defence College)

O conteúdo deste relatório não reflete necessariamente o posicionamento oficial do Ministério da Defesa do Brasil e de outras instituições organizadoras e participantes, bem como não registra a literal transcrição dos conteúdos apresentados e discutidos no decorrer do evento.

Brasília, 2022

The content of this report does not necessarily reflect the official position of the Brazilian Ministry of Defence and other organizing and participating institutions, nor does it record the literal transcription of the contents presented and discussed during the event.

Brasília, 2022

SUMÁRIO

TABLE OF CONTENTS

Apresentação.....	8
<i>Presentation</i>	
Programação do Evento.....	10
<i>Event schedule</i>	
Minibiografia dos Oradores, Palestrantes e Mediadores.....	15
<i>Minibiography of Speakers and Facilitators</i>	
Orador Principal Sul-Americano.....	26
<i>South American Keynote Speaker</i>	
Orador Principal Europeu.....	37
<i>European Keynote Speaker</i>	
Painel 1 - Tratado da Antártica: 60 anos de sua entrada em Vigor.....	48
<i>Panel 1 - Antarctic Treaty: 60th anniversary of its entry into force</i>	
Painel 2 - Operações de Paz: Possibilidades de Cooperação Europa-América do Sul.....	73
<i>Panel 2 - Peacekeeping Operations: Possibilities for Europe-South America Cooperation</i>	
Painel 3 - Atuação das Forças Armadas em Ações Humanitárias.....	118
<i>Panel 3 - Action of the Armed Forces in Humanitarian Actions</i>	
Fotos do evento.....	137
<i>Event photos</i>	
Mensagem do Comitê Organizador.....	140
<i>Message from the Organizing Committee</i>	



APRESENTAÇÃO

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

PRESENTATION

EUROPEAN UNION DELEGATION

APRESENTAÇÃO

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

A sétima edição anual do Simpósio sobre Segurança Regional Europa-América do Sul ofereceu-nos a oportunidade de revisitar a relevância do trajeto que temos procurado construir ao longo dos últimos anos em torno dos diferentes vetores de inserção internacional de nossos continentes em matéria de segurança e defesa e debater perspectivas de sua intensificação em contexto de significativa transformação da ordem internacional.

A amplitude das abordagens dos diferentes intervenientes europeus e sul-americanos em seus painéis temáticos apontou para notável convergência de nossa avaliação dos atuais desafios de segurança e defesa enfrentados em âmbito global. Evidenciou, igualmente, a oportunidade de reforço das modalidades de cooperação entre a Europa e a América do Sul, em especial na contínua modulação, conjugação e complementaridade de instrumentos civis e militares na prevenção, contenção e resolução de crises e conflitos.

Neste contexto, merece especial destaque a crescente intensificação da cooperação bilateral entre a União Europeia e países sul-americanos em matéria de segurança e defesa, focalizada na manutenção da paz e da segurança em seus entornos regionais e em alcance global, com base nos princípios da Carta das Nações Unidas. O delineamento e implementação dessa promissora cooperação no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa resultam do estabelecimento de acordos-quadro de participação em operações de gestão de crises conduzidas pela União Europeia, a exemplo dos firmados com Colômbia e Chile, sem prejuízo da autonomia decisória dos países participantes, incluindo modalidades de seu aporte em níveis estratégico e operacional. Parece-me indispensável ressaltar que adentramos um período de acelerada transição, marcada por significativas mudanças geopolíticas e econômicas. As relações entre os principais atores tornam-se crescentemente confrontacionistas e unilateralistas, diferentes agendas e visões sobre a ordem mundial competem entre si, ao mesmo tempo em que desafios globais requerem maior e efetivo protagonismo do multilateralismo e da cooperação internacional.

As atuais rivalidades geopolíticas têm inquestionável impacto negativo sobre os esforços de promoção da paz e prevenção de conflitos, por desafiar os princípios basilares da salvaguarda da democracia, direitos humanos e estado de direito e ameaçar a segurança e a estabilidade global.

Diante desse contexto de incerteza e urgência que alcança indistintamente a totalidade da comunidade internacional, nos defrontamos com um teste crítico para a resiliência dos diferentes marcos operacionais de nossas políticas de defesa e segurança, em que a ausência de espaço para respostas exclusivamente nacionais deve nos conduzir necessariamente para a promoção genuína do adensamento do diálogo e da cooperação para superação de desafios coletivos. Permito-me reafirmar a firme disposição da União Europeia de assumir papel de liderança na reformatação do contexto global, alicerçada nos pilares fundamentais e indissociáveis da inclusividade e da sustentabilidade, através do reforço de sua autonomia estratégica e promoção de parcerias robustas que permitam antecipar-se e enfrentar de forma eficaz as ameaças e desafios no âmbito da segurança regional e global.

Ao concluir, cumprimento as instituições europeias e brasileiras implicadas na organização do Simpósio sobre Segurança Regional Europa-América do Sul, em sua edição 2021, por proporcionarem aos formuladores e operadores de política externa e aos pesquisadores acadêmicos das relações internacionais a continuidade de importante coletânea de análises sobre temas relevantes de segurança e defesa de alcance regional e global, oferecendo estímulos mútuos para sua constante renovação e revigoração frente as transformações em curso na geopolítica global.

Ignacio Ybáñez

Embaixador da União Europeia no Brasil

PRESENTATION

EUROPEAN UNION DELEGATION

The seventh annual edition of the Europe-South America Regional Security Symposium offered us the opportunity to revisit the relevance of the path that we have sought to build over the last few years around the different international vectors of inclusion of our continents in terms of security and Defence and to debate perspectives of its intensification in the context of significant international transformation.

The breadth of approaches by the different European and South American speakers in their thematic panels pointed to a remarkable convergence of our assessment of the current security and Defence challenges faced at the global level. It also highlighted the opportunity to strengthen the modalities of cooperation between Europe and South America, especially in the continuous modulation, combination, and complementarity of civil and military tools in the prevention, containment and resolution of crises and conflicts.

In this context, we highlight the growing intensification of bilateral cooperation between the European Union and South American countries in terms of security and Defence, focused on the maintenance of peace and security in their regional environments and on a global scale, based on the principles of United Nations Charter. The design and implementation of this promising cooperation within the scope of the Common Security and Defence Policy result from the establishment of framework agreements for participation in crisis management operations led by the European Union, such as those signed with Colombia and Chile, without jeopardizing the autonomy for decision-making of the participating countries, including modalities for their contribution at strategic and operational levels.

It is important to emphasize that we have entered a period of accelerated transition, marked by significant geopolitical and economic changes. Relations between the main actors become increasingly confrontational and unilateralist, different agendas and visions of the world order compete with each other, at the same time that global challenges require greater and effective protagonism of multilateralism and international cooperation.

Current geopolitical rivalries have an unquestionable negative impact on peace promotion and conflict prevention efforts, as they challenge the fundamental principles of safeguarding democracy, human rights, and the rule of law and threaten global security and stability.

Faced with this context of uncertainty and urgency that indiscriminately affects the entire international community, we are challenged with a critical test for the resilience of the different operational frameworks of our defence and security policies, in which the absence of space for exclusively national responses necessarily leads us to genuinely promote dialogue and cooperation to overcome Collective challenges.

I would like to reaffirm the European Union's strong willingness to assume a leading role in reformatting the global context, based on the fundamental and inseparable pillars of inclusivity and sustainability, through the reinforcement of its strategic autonomy and the promotion of robust partnerships that allow it to anticipate and effectively address threats and challenges in the context of regional and global security.

In conclusion, I congratulate the European and Brazilian institutions involved in the organization of the Europe-South America Regional Security Symposium, in its 2021 edition, for providing foreign policy makers and operators and international relations academic researchers the continuity of an important Collection of analyses on relevant regional and global topics of security and defence, offering mutual stimuli for their constant renewal and invigoration in the face of the ongoing transformations in global geopolitics.

Ignacio Ybáñez

Ambassador of the European Union to Brazil

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

EVENT SCHEDULE

8 DE DEZEMBRO DE 2021
DECEMBER 8th, 2021

Abertura
Opening

Vice-Almirante Paulo Renato Rohwer Santos
Comandante da Escola Superior de Defesa
Vice Admiral Paulo Renato Rohwer Santos
Commander of the Brazilian Defence College

Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto
Secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania do Ministério das Relações Exteriores do Brasil
Ambassador Paulino Franco de Carvalho Neto
Secretary for National Sovereignty and Citizenship Affairs at the Brazilian Ministry of Foreign Affairs

Embaixador Ignacio Ybáñez
Embaixador da União Europeia no Brasil.
Ambassador Ignacio Ybáñez
Ambassador of the European Union to Brazil

Orador principal sul-americano
“PERSPECTIVAS SUL-AMERICANAS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA”

South American keynote speaker
“South American Perspectives on Defence Cooperation”

Tenente-Brigadeiro do Ar Luís Roberto do Carmo Lourenço
Chefe de Educação e Cultura do Ministério da Defesa
Air Chief Marshal Luís Roberto do Carmo Lourenço
Head of Education and Culture of the Ministry of Defence

Orador principal Europeu
“PERSPECTIVAS EUROPEIAS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA”

European keynote speaker
“European perspectives on Defence cooperation”

Embaixador Pawel Herczynski
Diretor Executivo da Política Comum de Segurança e Defesa e do Serviço Europeu de Ação Externa de Resposta a Crises
Ambassador Pawel Herczynski
Managing Director for Common Security and Defence Policy and Crisis Response at the European External Action Service

PAINEL 1

“Tratado da Antártica: 60 anos de sua entrada em vigor”

Panel 1

“Antarctic Treaty: 60th anniversary of its entry into force”

Senhor Olivier Poivre d’Arvor

Embaixador para os Pólos e as Questões Marítimas (França)

Mr. Olivier Poivre d’Arvor

Ambassador for the Poles and Maritime Issues (France)

Contra-Almirante Antonio Cesar da Rocha Martins

Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Brasil)

Rear Admiral Antonio Cesar da Rocha Martins

Secretary of the Inter-ministerial Commission for Marine Resources (Brazil)

Moderadora: Professora Ana Flávia Barros-Platiau, Universidade de Brasília

Moderator: *Professor Ana Flávia Barros-Platiau, University of Brasilia*

Encerramento do primeiro dia

End of the first day

Sra. Anja Czymmeck

Diretora da Fundação Konrad Adenauer no Brasil

Ms. Anja Czymmeck

Director of the Konrad Adenauer Foundation in Brazil

General de Divisão Edson Skora Rosty

Diretor do Departamento de Ensino do Ministério da Defesa

Lieutenant General Edson Skora Rosty

Director of the Education Department at the Ministry of Defence

9 DE DEZEMBRO DE 2021

DECEMBER 9th, 2021

Boas-vindas ao segundo dia

Welcome to the second day

Senhor Patrick Herman

Embaixador da Bélgica no Brasil

Mr. Patrick Herman

Ambassador of Belgium in Brazil

Senhora Brigitte Collet

Embaixadora da França no Brasil

Ms. Brigitte Collet

Ambassador of France in Brazil

PAINEL 2

“Operações de Paz da ONU: Possibilidades de Cooperação Europa-América do Sul”

Panel 2

“UN Peace Operations: Possibilities for Europe-South America Cooperation”

Professora Nina Wilén

Diretora para o Programa África do Instituto Egmont (Bélgica)

Professor Nina Wilén

Director for the Africa Program at the Egmont Institute (Belgium)

Professor Julián González Guyer

Universidade de la República (Uruguai)

Professor Julián González Guyer

University of the Republic (Uruguay)

Contra-Almirante Carlos Augusto Chaves Leal Silva

Subchefe de Organismos Internacionais do Ministério da Defesa (Brasil)

Rear Admiral Carlos Augusto Chaves Leal Silva

Deputy Head of International Organizations at the Ministry of Defence (Brazil)

Moderador: Professor Alcides Costa Vaz, Universidade de Brasília.

Moderator: *Professor Alcides Costa Vaz, University of Brasilia.*

PAINEL 3

“ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS EM AÇÕES HUMANITÁRIAS”

Panel 3

“Role of the Armed Forces in Humanitarian Actions”

Contra-Almirante Eric Aymard

Comandante Superior das Forças Armadas nas Antilhas (França)

Rear Admiral Eric Aymard

Commander of the French Armed Forces in the Antilles (France)

Embaixadora María Gabriela Troya

Subsecretária de Soberania e Relações Fronteiriças do Ministério das Relações Exteriores e Mobilidade Humana (Equador)

Ambassador María Gabriela Troya

Undersecretary for Sovereignty and Border Relations at the Ministry of Foreign Affairs and Human Mobility (Ecuador)

General de Divisão R1 Antônio Manoel de Barros

Ex-Comandante da Operação Acolhida (Brasil)

Lieutenant General Antônio Manoel de Barros, Retd.

Former Commander of Operation Acolhida (Brazil)

Moderador: Federico Martínez-Monge,
Representante Adjunto do ACNUR no Brasil
[Moderator: Federico Martínez-Monge,](#)
[UNHCR Deputy Representative in Brazil](#)

Encerramento do evento
[Closing Remarks](#)

Embaixadora Márcia Loureiro
Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG/MRE)
[Ambassador Márcia Loureiro](#)
[President of the Alexandre de Gusmão Foundation](#)
[\(FUNAG/Ministry of Foreign Affairs\)](#)

Vice-Almirante Paulo Renato Rohwer Santos
Comandante da Escola Superior de Defesa
[Vice Admiral Paulo Renato Rohwer Santos](#)
[Commander of the Brazilian Defence College](#)



**MINIBIOGRAFIA DOS ORADORES,
PALESTRANTES E MEDIADORES**

*MINIBIOGRAPHY OF THE SPEAKERS
AND FACILITATORS*

ORADOR PRINCIPAL SUL-AMERICANO
SOUTH AMERICAN KEYNOTE SPEAKER



Tenente Brigadeiro do Ar Luis Roberto do Carmo Lourenço

Possui os cursos acadêmicos de Política e Estratégia do Exército Brasileiro e MBA Executivo em Gestão Administrativa (Fundação Getúlio Vargas). Dentre os cursos operacionais que fez, destaque para o Curso de Piloto de Transporte e o Curso de Analista de Informações. Ocupou os cargos, em destaque: Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral do Pessoal; Comandante do Quarto Comando Aéreo Regional; Vice-Secretário da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica; e Comandante-Geral do Pessoal da Aeronáutica. Atualmente, é o Comandante da Escola Superior de Guerra. Será o futuro Chefe de Educação e Cultura do Ministério da Defesa do Brasil.

Air Chief Marshal Luis Roberto do Carmo Lourenço

Air Chief Marshal Lourenço has the following academic courses: Politics and Strategy in the Brazilian Army and an Executive MBA in Administrative Management at Fundação Getúlio Vargas. Among the operational courses, the Transport Pilot Course and the Information Analyst Course stand out. He held the following positions: Chief of Staff of the Air Force Personnel General Office; Commander of the Fourth Regional Air Command; Vice-Secretary of the Secretariat of Economy, Finance and Administration of the Air Force; and Commander of Air Force Personnel General Office. Currently, he is the Commander of the Brazilian War College. He will be the future Head of Education and Culture of the Ministry of Defence of Brazil.

ORADOR PRINCIPAL EUROPEU
EUROPEAN KEYNOTE SPEAKER



Embaixador Pawel Herczynski

O Sr. Herczynski tem mestrado em Economia pela Escola de Economia de Varsóvia e estudou na Espanha, Alemanha, Japão e China. Anteriormente, ocupou os seguintes cargos: Diretor de Política de Segurança e Defesa do SEAE; Embaixador, Representante da Polônia no Comité Político e de Segurança da União Europeia e Representante Adjunto da Polônia no Comité Político da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Atualmente é Diretor Executivo da Política Comum de Segurança e Defesa e do Serviço Europeu de Ação Externa de Resposta a Crises. É responsável pelas relações da política comum de segurança e defesa da UE com países terceiros e organizações internacionais e regionais.

Ambassador Pawel Herczynski

Mr. Herczynski holds a Master's in Economics from the Warsaw School of Economics and has studied in Spain, Germany, Japan, and China. Previously, he held the following positions: Director of Security and Defence Policy at EEAS; Ambassador, Representative of Poland to the Political and Security Committee of the European Union, and Deputy Representative of Poland on the Political Committee of the North Atlantic Treaty Organization (NATO). He is currently the Managing Director for the Common Security and Defence Policy and Crisis Response at the European External Action Service. He is responsible for EU's common security and Defence policy relations with third countries and international and regional organizations.

AINEL 1

Tratado da Antártica: 60 anos de sua entrada em vigor

PANEL 1

Antarctic Treaty: 60th anniversary of its entry into force



Palestrante: Olivier Poivre d'Arvor, Embaixador para os Pólos e as Questões Marítimas (França)

Diplomata, responsável cultural, especialista em assuntos marítimos, escritor. Com formação em filosofia, Olivier Poivre d'Arvor foi primeiramente assessor literário em diversas Editoras, ator e diretor de teatro, jornalista, fundador do Semanário econômico e cultural "Tel". Perito em assuntos marítimos e ambientais, exerce desde 2014, o cargo de Presidente do Museu Nacional da Marinha e de fundador, a partir de 2018, da Estação Azul (Associação promovendo a economia azul sustentável, inclusive no Mediterrâneo). Outrossim, com Pascal Lamy, criou o Fórum Mundial do Mar/Bizerta (Tunísia). Em dezembro de 2020, foi nomeado Embaixador dos pólos e desafios marítimos.

Speaker: Olivier Poivre d'Arvor, Ambassador for the Poles and Maritime Issues (France)

Diplomat, culturally engaged, specialist in maritime issues, writer. With a background in philosophy, Olivier Poivre d'Arvor was first a literary advisor to several publishing houses, actor, and theatre director, journalist, founder of the economic and cultural weekly newspaper "Tel". Expert in maritime and environmental matters, he has been President of the National Navy Museum since 2014 and founder of Saison Bleue (association promoting a sustainable blue economy, including in the Mediterranean) since 2018. Also, with Pascal Lamy, he created the World Sea Forum/Bizerte (Tunisia). In December 2020, he was appointed Ambassador For the Poles and Maritime Issues.



Palestrante: Contra-Almirante Antonio Cesar da Rocha Martins, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Brasil)

Dentre os diversos cursos realizados, destacam-se: Curso de Graduação em Engenharia Hidrográfica e Oceanográfica (Serviço Hidrográfico do Chile); Curso Superior de Defesa (Escola Superior de Guerra). Atuou como Comandante do Corpo de Aspirantes na Escola Naval; Assessor-Chefe de Pessoal e Subchefe no Gabinete do Comandante da Marinha; e Subchefe de Assuntos Marítimos e Organização no Estado-Maior da Armada. Atualmente, exerce o cargo de Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Speaker: Rear Admiral Antonio Cesar da Rocha Martins, Secretary of the Inter-ministerial Commission for Marine Resources (Brazil)

Among the various courses attended, the following stand out: Undergraduate Course in Hydrographic and Oceanographic Engineering (Chilean Hydrographic Service); Higher Defence Course (Brazilian War College). He served as Commander of the Corps of Cadets at the Brazilian Naval School; Chief Adviser of Personnel and Deputy Chief in the Navy Commander's Office; and Deputy Chief of Maritime Affairs and Organization in the General Staff of the Navy. He currently holds the position of Secretary of the Inter-ministerial Commission for Marine Resources.

Moderadora: Professora Ana Flávia Barros-Platiau, Universidade de Brasília (UnB)



Professora Associada da Universidade de Brasília no Instituto de Relações Internacionais desde 2002. Diretora do Brasilia Research Centre do Earth System Governance. Senior Research Fellow e Membro da Ocean Task Force da Rede Earth System Governance. Pesquisadora do Centro de Estudos Globais. Conselheira do Women Leaders for Planetary Health, Alemanha. Membro do PPGMar da SECIRM. Realizou pós-doutorado no CERIC (Centre d'Etudes et de Recherches Internationales et Communautaires) da Universidade Aix Marseille (França) no âmbito do Edital Mar II da CAPES, Projeto "A estratégia brasileira para a gestão sustentável dos recursos vivos e não vivos marinhos", com bolsa da CAPES (Programas Estratégicos - DRI). Doutora em Relações internacionais - Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), 2000.

Moderator: Professor Ana Flávia Barros-Platiau, University of Brasilia (UnB)

Associate Professor at the University of Brasilia at the Institute of International Relations since 2002. Director of the Brasilia Research Centre under the Earth System Governance. Senior Research Fellow and Member of the Ocean Task Force of the Earth System Governance Network. Researcher at the Centre for Global Studies. Counsellor for Women Leaders for Planetary Health, Germany. Member of Research and Post-Graduate Program in Sea Sciences (PPGMar) of the Secretariat of the Inter-ministerial Commission for the Sea Resources (SECIRM). She has a post-doctorate at the Centre d'Etudes et de Recherches Internationales et Communautaires (CERIC) at the Aix Marseille University (France) within the scope of CAPES's Mar II Public Notice and a project "The Brazilian strategy for the sustainable management of living and non-living marine resources", with a CAPES scholarship (Strategic Programs - DRI). Doctor in International Relations - Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), 2000.

PAINEL 2

Operações de Paz da ONU: possibilidades de cooperação Europa-América do Sul

PANEL 2:

UN Peacekeeping Operations: Possibilities for Europe-South America Cooperation

Palestrante: Nina Wilén, Diretora para o Programa África do Instituto Egmont (Bélgica)

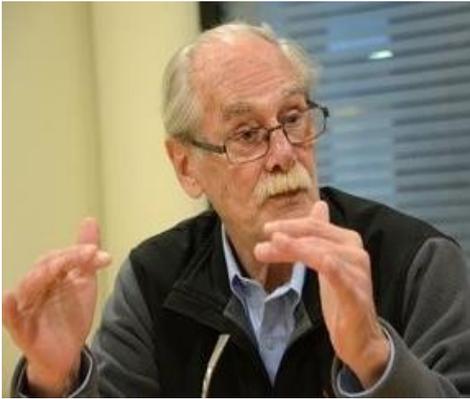


A Profa. Dra. Nina Wilén é Diretora de Pesquisa do Programa África do Instituto Egmont de Relações Internacionais e Professora Associada do Departamento de Ciência Política da Universidade de Lund, Suécia. Ela publicou vários artigos sobre os desafios de SSR, operações de paz e relações militares em uma série de periódicos acadêmicos internacionais, como *International Affairs*, *Third World Quarterly* e *Journal of Eastern African Studies*. Desde 2018, ela é um Global Fellow no PRIO (Peace Research Institute em Oslo) e desde janeiro de 2020, Editor-chefe do *International Peacekeeping*. Ela é autora do livro “*Justifying Interventions: (De) Stabilizing Sovereignty*” com Palgrave, e em 2022 seu livro *African Peacekeeping*, co-escrito com o Dr. Jonathan Fisher, será publicado com a Cambridge University Press.

Speaker: Nina Wilén, Director for the Africa Program at the Egmont Institute (Belgium)

Professor Nina Wilén is the Research Director of the Africa Program at the Egmont Institute for International Relations and an Associate Professor in the Department of Political Science at Lund University, Sweden. She has published numerous articles on the challenges of SSR, peace operations, and military relations in a number of international academic journals such as the International Affairs, the Third World Quarterly, and the Journal of Eastern African Studies. Since 2018, she has been a Global Fellow at PRIO (Peace Research Institute in Oslo) and since January 2020, Editor-in-Chief of International Peacekeeping. She is the author of the book “Justifying Interventions: (De) Stabilizing Sovereignty” with Palgrave, and in 2022, her book “African Peacekeeping”, co-written with Dr. Jonathan Fisher, will be published by Cambridge University Press.

**Palestrante: Professor Julián González Guyer,
Universidad de la República (Uruguai)**



É Doutor em Ciência Política pela Universidade da República, Uruguai, e Pesquisador Nível I do Sistema Nacional de Pesquisadores em Regime de Dedicção Total. Seus tópicos de interesse são Segurança Internacional e Relações Civas Militares. Realizou os seguintes cursos: Oficina Opcional Política e Sociedade das Forças Armadas, Oficina Opcional sobre Segurança Internacional, Política Externa e Defesa, e Curso Poder, Estado e Sistema Político. Entre suas publicações mais relevantes, destaca-se "A Contribuição do Uruguai para as Operações de Paz das Nações Unidas: sobre as motivações e a interpretação de um registro".

Speaker: Professor Julián González Guyer, University of the Republic (Uruguay)

He holds a PhD in Political Science from the University of the Republic (UdelaR), Uruguay, and is a Level I Full-Time Researcher at the National System of Researchers in UdelaR. His topics of interest are International Security and Civil-Military Relations. He took the following courses: Optional Workshop on Politics and Society of the Armed Forces, Optional Workshop on International Security, Foreign Policy and Defence, and Course on Power, State and Political System. Among his most relevant publications, "Uruguay's Contribution to United Nations Peacekeeping Operations: on the motivations and interpretation of a record" stands out.

**Palestrante: Contra-Almirante Carlos Augusto Chaves Leal
Silva, Subchefe de Organismos Internacionais do
Ministério da Defesa (Brasil)**



Em sua vida militar realizou e concluiu os cursos regulares da carreira de oficial, dentre os quais se destacam o Curso de Aperfeiçoamento de Hidrografia para Oficiais, o Curso Básico na Escola de Guerra Naval, o Mestrado em Oceanografia Física na Universidade de São Paulo, o Curso Superior de Guerra Naval e a Maestria em Defesa Nacional, na Argentina. Ocupou vários cargos e funções inerentes ao oficial nos Navios e Organizações Militares. Como Oficial General, exerceu os cargos de Subchefe de Organização do Comando de Operações Navais e Diretor de Obras Civas da Marinha. Atualmente é Subchefe de Organismos Internacionais do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Speaker: Rear Admiral Carlos Augusto Chaves Leal Silva, Deputy Chief of International Organizations at the Ministry of Defence (Brazil)

During his military life, he completed regular courses as an officer, among which the Hydrography Improvement Course for Officers, the Basic Course at the Brazilian Naval War College, a master's degree in Physical Oceanography at the University of São Paulo, the Higher Course in Naval Warfare and Mastery in National Defence, in Argentina. He held various positions and functions inherent to the officer in Ships and Military Organizations. As a General Officer, he held the positions of Deputy Chief of Organization of the Naval Operations Command, Director of Civil Construction Works at the Navy; He is currently Deputy Chief of International Organizations of the Joint Staff of the Armed Forces.

Moderador: Professor Alcides Costa Vaz, Universidade de Brasília (UnB)



Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1982), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1987) e doutorado em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP (2001).

Ex-Presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) (2016-2020). Ex-pesquisador sênior do Centro de Estudos Estratégicos do Exército Brasileiro (CEEEX). Foi Diretor e Vice-Diretor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Foi Coordenador de Programa de Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Tutor do Programa de Educação Tutorial. Atualmente é Professor

Titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília onde exerce a Coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Segurança Internacional (GEPSI).

Moderator: Professor Alcides Costa Vaz, University of Brasilia (UnB)

He holds a degree in International Relations from the University of Brasilia (1982), a master's degree in International Relations from the University of Brasilia (1987), and a PhD in Sociology from the Department of Philosophy, Languages, and Human Sciences - USP (2001). Former President of the Brazilian Association of Defence Studies (ABED) (2016-2020). Former senior researcher at the Centre for Strategic Studies of the Brazilian Army (CEEEX). He was Director and Vice-Director of the Institute of International Relations at the University of Brasilia. He was Coordinator of the Interinstitutional Doctoral Program in International Relations and Tutor of the Tutorial Education Program. He is currently Full Professor at the Institute of International Relations at the University of Brasilia, where he coordinates the Group of Studies and Research on International Security (GEPSI).

PAINEL 3

Atuação das Forças Armadas em ações humanitárias

PANEL 3:

Role of the Armed Forces in Humanitarian Actions



Palestrante: Contra-Almirante Eric Aymard, Comandante Superior das Forças Armadas nas Antilhas (França)

Esteve em dois postos de comando, um de um esquadrão e depois o do *Embedded Air Group*. Participou de diversas missões em porta-aviões franceses. Foi responsável por estudos operacionais e doutrinas de emprego na aviação naval dentro do Estado-Maior da Marinha (2014). Foi lotado no Centro de Planejamento e Condução das Operações do Estado-Maior das Forças Armadas (2017). Foi o representante do Comandante das Forças Armadas da Guiana Francesa e Comandante da Zona Marítima da Guiana Francesa (2019). Em 2021, ele se tornou o Comandante das Forças Armadas no Caribe e da Zona Marítima do Caribe.

Speaker: Rear Admiral Eric Aymard, Commander of the French Forces in the Antilles (France)

He was allocated in two command posts, one of a squadron and then the Embedded Air Group. He participated in several missions on French aircraft carriers. He was responsible for operational studies and naval aviation employment doctrines within the Navy General Staff (2014). He was assigned to the Centre for Planning and Conducting Operations of the General Staff of the Armed Forces (2017). He was the Representative of the Commander of the Armed Forces of French Guiana and Commander of the Maritime Zone of French Guiana (2019). In 2021, he became the Commander of the French Forces in the Caribbean and the Caribbean Maritime Zone.



Palestrante: General de Divisão R/1 Antônio Manoel de Barros, ex-Comandante da Operação Acolhida (Brasil)

Entre os diversos cursos que fez, destacam-se: Mestrado em Operações Militares; Doutorado em Ciências Militares; Mestrado em Administração, Universidade de Troy, Alabama – EUA; e Altos Estudos de Política e Estratégia, Escola Superior de Guerra (ESG). Exerceu diversas funções relevantes, com destaque para sua atividade como Chefe do Emprego da Força Terrestre do Comando de Operações Terrestres em 2019; Coordenador Operacional da Operação Acolhida; Secretário-Executivo da Coordenação de Ações de Assistência Emergencial do Ministério da Defesa e Comandante da Força-Tarefa Logística Humanitária.

Speaker: Lieutenant General Antônio Manoel de Barros, Retd., former Commander of Operation Acolhida (Brazil)

Among the various courses he took, the following stand out: Master's in military Operations; Doctorate in Military Sciences; Master of Business Administration, University of Troy, Alabama – USA; and Higher Studies in Politics and Strategy, Brazilian War College (ESG). He has held several relevant roles, notably his activity as the Commander of Land Force Deployment at the Land Operations Command in 2019; Operational Coordinator of Operation Acolhida; Executive Secretary of the Emergency Assistance Actions Coordination of the Ministry of Defence and Commander of the Humanitarian Logistics Task Force.



Palestrante: Embaixadora María Gabriela Troya

Diplomata de carreira, com o grau obtido na Academia Diplomática Andrés Bello, do Ministério das Relações Exteriores do Chile, Santiago. É advogada e Doutora em Jurisprudência pela Pontifícia Universidade Católica do Equador. Possui especialização em Migração, Desenvolvimento e Direitos Humanos e Diploma em Política Externa, pela FLACSO, Equador. No Ministério das Relações Exteriores do Equador, atuou em diversas áreas, inclusive na Subsecretaria de Soberania Nacional e na Direção de Soberania Territorial e Marítima, Aérea e Espacial.

Speaker: Ambassador María Gabriela Troya

Diplomat, with a degree from the Andrés Bello Diplomatic Academy, Ministry of Foreign Affairs of Chile, Santiago. She is a lawyer and a Doctor in Jurisprudence from the Pontifical Catholic University of Ecuador. She has a specialization in Migration, Development and Human Rights and a Diploma in Foreign Policy from FLACSO, Ecuador. At the Ecuadorian Ministry of Foreign Affairs, she worked in several areas, including in the Undersecretariat of National Sovereignty and in the Directorate of Territorial and Maritime, Air and Space Sovereignty.

**Moderador: Federico Martínez-Monge,
Representante Adjunto do ACNUR no Brasil**



Natural de San José, Costa Rica, é advogado e possui um mestrado em Direito Internacional e Direitos Humanos pela Universidade para a Paz. No período 1999-2002, trabalhou como Advogado Assistente na Corte Interamericana de Direitos Humanos em San José, Costa Rica. Durante o período 2004-2011, o senhor Martínez foi Oficial Legal Associado da Unidade Jurídica Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com sede em San José, Costa Rica, prestando assessoria técnica sobre proteção de refugiados e direitos humanos a autoridades estaduais e funcionários do ACNUR em toda a América Latina, bem como treinamentos sobre o Direito Internacional dos

Refugiados. Atuou como Chefe de Missão do ACNUR na República Dominicana desde novembro de 2015, onde trabalhou anteriormente como Oficial de Proteção, supervisionando todas as questões relacionadas à proteção de refugiados e pessoas apátridas. Federico Martínez-Monge é o Representante Adjunto do ACNUR no Brasil desde maio de 2018.

Moderator: Federico Martínez-Monge, UNHCR Deputy Representative in Brazil

Born in San José, Costa Rica, he is a lawyer and holds a master's degree in International Law and Human Rights from the University for Peace. From 1999 to 2002, he worked as an Assistant Attorney at the Inter-American Court of Human Rights in San José, Costa Rica. Between 2004 and 2011, Mr. Martínez was an Associate Legal Officer of the Regional Legal Unit of the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), based in San José, Costa Rica, providing technical advice on refugee protection and human rights to state officials and UNHCR staff across Latin America, as well as training on International Refugee Law. He has served as UNHCR's Head of Mission in the Dominican Republic since November 2015, where he previously worked as a Protection Officer, overseeing all matters relating to the protection of refugees and stateless persons. Federico Martínez-Monge has been UNHCR's Deputy Representative in Brazil since May 2018.



ORADOR PRINCIPAL SUL-AMERICANO

SOUTH AMERICAN KEYNOTE SPEAKER

Perspectivas Sul-Americanas de Cooperação em Defesa
South American Perspectives on Defence Cooperation

Tenente-Brigadeiro do Ar Luís Roberto do Carmo Lourenço
Air Chief Marshal Luís Roberto do Carmo Lourenço

Chefe de Educação e Cultura do Ministério da Defesa
Head of Education and Culture of the Ministry of Defence

ORADOR PRINCIPAL SUL-AMERICANO

Perspectivas Sul-Americanas de Cooperação em Defesa

Tenente-Brigadeiro do Ar Luís Roberto do Carmo Lourenço

Chefe de Educação e Cultura do Ministério da Defesa

“Muito bom dia, senhoras e senhores. Conhecendo a relevância deste Simpósio, quero inicialmente agradecer a oportunidade de participar das discussões sobre Segurança Regional Europa-América do Sul, nas quais serão abordados temas importantes e estará aberta a possibilidade de troca de experiências e conhecimentos entre todos os participantes. Desse ensejo, aproveito a oportunidade, em nome do Senhor Ministro de Estado da Defesa do Brasil, General Walter Braga Netto, para cumprimentar, pela indispensável parceria e cooperação na consolidação desta iniciativa, a todos que organizam esse evento: a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa; o Ministério das Relações Exteriores; a Embaixada da França; a Embaixada da Bélgica; a Delegação da União Europeia; a Fundação Alexandre de Gusmão; e a Fundação Konrad Adenauer.

A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil aponta que a América do Sul é uma das regiões mais estáveis do mundo. Qualquer um dos presentes poderá constatar este fato se, em um exercício de imaginação, compararem os mapas com os traçados das fronteiras nacionais na época em que nasceram com o que se observa na atualidade em nosso continente. As fronteiras não mudaram. Nesse ponto, destaca-se que historicamente o continente vivenciou um certo grau de imunidade em relação às ações de conquista, pois América do Sul é uma região distinta, como se fosse uma grande ilha, separada do restante do mundo por extensas massas oceânicas, o que a fez distante do eixo de grandes dramas da humanidade. Adicionalmente, o continente também é dividido por, chamemos, de outras “ilhas”, separadas pela Floresta Amazônica e pela Cordilheira dos Andes, fato que limitou a relação conflituosa entre os Estados, criando, por outro lado, um ambiente receptivo à cooperação, ainda que com entraves decorrentes das dificuldades de interação.

Assim, senhores e senhoras, no âmbito Regional, um longo período sem conflitos graves e a convergência de interesses potencializam as possibilidades de incremento de cooperação entre os países sul-americanos, o que traz como benefício relevante a consolidação de confiança mútua e inúmeras possibilidades de parcerias para a solução dos problemas comuns.

SOUTH AMERICAN KEYNOTE SPEAKER

South American Perspectives on Defence Cooperation

Air Chief Marshal Luís Roberto do Carmo Lourenço
Head of Education and Culture of the Ministry of Defence

“Good morning, ladies and gentlemen. Knowing the relevance of this Symposium, I would first like to thank you for the opportunity to participate in the discussions on Europe-South America Regional Security, in which important topics will be addressed and there will be the possibility of exchanging experiences and knowledge among all participants. On this occasion, I take the opportunity, on behalf of the Brazilian Minister of Defence, General Walter Braga Netto, to congratulate, for the indispensable partnership and cooperation in the consolidation of this initiative, all those who organize this event: the Secretariat of Personnel, Education, Health and Sports of the Ministry of Defence; the Ministry of Foreign Affairs; the French Embassy; the Belgian Embassy; the Delegation of the European Union; the Alexandre de Gusmão Foundation; and the Konrad Adenauer Foundation.

The National Defence Strategy of Brazil points out that South America is one of the most stable regions in the world. Any of those present will be able to verify this fact if, in an exercise of imagination, they compare the maps with the tracings of national borders at the time when they were born with what is observed today in our continent. The borders have not changed. At this point, it is noteworthy that the continent has historically experienced a certain degree of immunity in relation to conquest efforts, as South America is a distinct region, as if it were a large island, separated from the rest of the world by extensive oceanic masses, that made it distant from the axis of the great dramas of humanity.

Additionally, the continent is also divided by, let’s call it, other “islands”, separated by the Amazon Forest and the Andes Mountains, a fact that limited the conflicting relationship between the States, creating, on the other hand, an environment receptive to cooperation, despite obstacles arising from the difficulties of interaction.

Thus, ladies and gentlemen, at the Regional level, a long period without serious conflicts and the convergence of interests enhance the possibilities of increasing cooperation between South American countries, which brings the consolidation of mutual trust and countless possibilities for partnerships to solve common problems as a relevant benefit.

É fato que o tema cooperação interestatal é complexo, dadas as características próprias do sistema internacional e das questões de soberania e de autodeterminação dos Estados. Além disso, a postura de um país no ambiente internacional é afetada pelas condicionantes do cenário doméstico, podendo ser ainda mais complexas quando se trata de cooperação na área de Defesa. Entretanto, na América do Sul, os óbices para o desenvolvimento de cooperação são atenuados pela identidade cultural decorrente da formação e evolução política dos países da região.

O Brasil, nesse tocante, se posiciona claramente desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando ficou estabelecido, dentre os princípios que regem o nosso relacionamento internacional, em seu artigo 4º, que o país buscará a integração econômica, política e social dos povos da América do Sul. Antes disso, esta porção do continente já figurava como um espaço importante para os cálculos estratégicos brasileiros, conforme se observou desde o início da década de 80 com Acordo Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai, e também o Acordo de Cooperação Nuclear entre Brasil e Argentina. Esses acordos propiciaram o início do novo contexto de Segurança Regional, marcando o início do fim de potenciais conflitos no sul do continente. De acordo com os autores Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, o governo brasileiro, com suas iniciativas pacíficas, passou a influir sobre o desarme do Cone Sul e a construção de uma zona de paz e cooperação na América do Sul. O contexto favoreceu então a construção de um profícuo processo de Integração Regional que, em 1991, se tornaria o chamado Mercado Comum do Sul, comumente conhecido como Mercosul. Com esse cenário, começaram a sobressair interesses do Brasil voltados à esfera regional, com maior premência nos campos econômico e tecnológico.

De modo análogo e decorrente, observa-se que a relevância da América do Sul tem tomado espaço importante nos documentos estratégicos militares brasileiros de maior precedência, mais especificamente nas diferentes edições da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e também do Livro Branco de Defesa Nacional. Por exemplo, desde a Política Nacional de Defesa de 2005 já ficou expressa a menção ao Entorno Estratégico, definido como espaço de preocupações primordiais da Nação. Apesar do nosso entorno não se resumir especificamente à América do Sul, para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América fica claro que esta região é uma porção de grande relevância nesse contexto.

It is a fact that the issue of inter-state cooperation is complex, given the characteristics of the international system and the issues of sovereignty and self-determination of States. In addition, the position of a country in the international environment is affected by the constraints of the domestic scenario, which can be even more complex when it comes to cooperation in Defence. However, in South America, obstacles to the development of cooperation are mitigated by the cultural identity resulting from the formation and political evolution of the countries in the region.

In this regard, Brazil has clearly positioned itself since the enactment of the Federal Constitution of 1988, when it was established, among the principles that govern our international relationship, in its article 4, that the country will seek the economic, political, and social integration of the peoples of South America. Before that, this portion of the continent already represented an important space for Brazilian strategic calculations, as observed since the beginning of the 80's with the Tripartite Agreement between Brazil, Argentina, and Paraguay, and also the Nuclear Cooperation Agreement between Brazil and Argentina. These agreements provided the beginning of the new context of Regional Security, marking the beginning of the end of potential conflicts in the southern part of the continent.

According to authors Amado Cervo and Clodoaldo Bueno, the Brazilian government, with its peaceful initiatives, began to influence the disarmament of the Southern Cone and the construction of a zone of peace and cooperation in South America. The context then favoured the construction of a fruitful process of Regional Integration that, in 1991, would become the so-called Southern Common Market, commonly known as Mercosur. Having this scenario in mind, Brazil's interests at the regional level began to stand out, with greater urgency in the economic and technological fields.

In a similar way, and as a result, the relevance of South America has assumed an important place in Brazilian military strategic documents of greater precedence, more specifically in the different editions of the Brazilian Defence Policy, the Brazilian Defence Strategy, and also the Brazilian Defence White Paper. For example, since the Brazilian Defence Policy of 2005, the Strategic Environment has already been mentioned, and defined as a space of primary concerns of the nation. Although our environment is not limited to South America, it is clear that this region is a portion of great relevance in this context.

O documento afirmava que, como consequência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, o que se estende naturalmente às áreas de Defesa e de Segurança Regionais. Este pensamento se perpetua na atualização da Política Nacional de Defesa aprovada no ano de 2018 que, na análise do ambiente externo, estabeleceu que, na esfera regional, a convergência de interesses contribui para o incremento da cooperação entre os países sul-americanos, o que poderá promover a consolidação da confiança mútua e a execução de projetos de defesa visando, entre outros, o desenvolvimento tecnológico e industrial, além de estratégias para a solução de problemas comuns. Essas breves referências ratificam então, senhores, a disposição do Brasil em relação à América do Sul.

Contudo, sabemos que a ausência de conflitos interestatais não significa a paz. A paz é fruto da ausência de violências físicas ou estruturais e não da inexistência de guerras, como assinalado pelo sociólogo norueguês Johan Galtung em suas obras. Adicionalmente, temos que considerar que os cenários evoluem. No caso da América do Sul e do seu Entorno, que estendemos até o litoral africano, verifica-se que o avançar do tempo suprimiu distâncias e tornou o afastamento desprezível, trazendo novos desafios e ameaças multifacetados para as nações sul-americanas. Trata-se de uma tarefa hercúlea, mas não custa lembrar que, já no distante século 18, Jean-Jacques Rousseau nos advertia quanto à imperiosa necessidade de se desenvolver a cooperação em benefício da coletividade, onde os grandes objetivos só podem ser alcançados a partir da união e cooperação dos indivíduos e dos grupos.

Então, o que se busca é a criação de parcerias estratégicas que, segundo os autores Lessa e Oliveira, referem-se a instrumentos diplomáticos popularizados após a Guerra Fria, voltados a imprimir priorização em determinados relacionamentos bilaterais. Trata-se, portanto, de uma expressão que designa, em geral, a instituição de normas para interações internacionais com base na estabilidade, na amplitude da agenda proposta e na percepção da reputação, credibilidade e compromisso entre os países envolvidos.

Ademais, o uso do termo “parcerias estratégicas” tem-se consolidado para definir relações que vão além das noções clássicas de aliança que normalmente eram restritas relaciona ao controle de fronteiras, do espaço aéreo e marítimo, permeáveis à ação de organizações criminosas transnacionais. Quanto a esse cenário, a agenda de ao escopo político militar e hoje essa vertente é apenas mais uma entre as muitas possíveis.

Surge, então, o primeiro cenário para desenvolvermos cooperação, que se cooperação entre os países da região envolve a execução de projetos de Defesa e interações, tanto no campo interno, quanto no campo externo.

The document stated that, as a consequence of its geopolitical situation, it is important for Brazil to deepen the process of integrated and harmonious development in South America, which naturally extends to the areas of Defence and Regional Security. This thought is perpetuated in the update of the Brazilian Defence Policy approved in 2018, which, in the analysis of the external environment, established that, in the regional sphere, the convergence of interests contributes to the increase in cooperation between South American countries, which can promote the consolidation of mutual trust and the execution of defence projects aimed at technological and industrial development, among others, in addition to strategies for solving common problems. These brief references then ratify Brazil's disposition towards South America.

However, we know that the absence of interstate conflicts does not mean peace. Peace is the result of the absence of physical or structural violence and not of the absence of wars, as pointed out by the Norwegian sociologist Johan Galtung in his works. Additionally, we have to consider that scenarios evolve. In the case of South America and its surroundings, which we extend to the African coast, it appears that the advance of time has suppressed distances and made distance negligible, bringing new challenges and multifaceted threats to South American nations. It is a Herculean task, but it is worth remembering that, as far back as the 18th century, Jean-Jacques Rousseau warned us about the imperative need to develop cooperation for the benefit of the Collective, in which major objectives can only be achieved from of the union and cooperation of individuals and groups.

Therefore, the goal is to create strategic partnerships that, according to the authors Lessa and Oliveira, refer to diplomatic tools popularized after the Cold War, aimed at giving priority to certain bilateral relationships. Consequently, it is an expression that generally designates the establishment of norms for international interactions based on stability, the breadth of the proposed agenda, and the perception of reputation, credibility, and commitment among the countries involved.

Furthermore, the use of the term “strategic partnerships” has been consolidated to define relationships that go beyond the classic notions of alliance that were normally restricted to the political-military scope and that today, this aspect is just one of many possible ones.

We, thus, have the first scenario to develop cooperation, which is related to the control of borders, of the air and maritime space, permeable to the action of transnational criminal organizations. Regarding this scenario, the cooperation agenda among the countries of the region involves the execution of Defence and interagency projects, both in the internal and external fields.

No campo interno, é de caráter interagencial, visto que agrega uma ampla gama de agentes públicos dos três poderes e agentes privados, tais como: Forças Armadas, Relações Exteriores, Segurança Pública, Aduana, Controle de Migração, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Saúde, Educação, Legislação, entre muitos outros temas. Vale dizer que a segurança envolve todos os setores da vida nacional, transcendendo o segmento e sendo fundamental o desenvolvimento, na sociedade, de uma cultura que coloque a mentalidade de Segurança e de Defesa como relevantes.

No campo externo, do mesmo modo, é exigido o desenvolvimento de parcerias que permitam executar operações multinacionais interagências relacionadas à Segurança e à Defesa com eficiência e em amplo espectro, envolvendo Forças Armadas, policiais, agentes públicos, o estabelecimento de estrutura logística, bem como ferramentas de controle de áreas marítimas e aéreas e de fronteiras, assistência técnica, treinamento e educação. No caso específico do Brasil, os produtos gerados pelo Sistema de Vigilância da Amazônia, pelo gerenciamento da Amazônia Azul e pelo monitoramento das Fronteiras podem ter os países vizinhos como parceiros, reduzindo-se assim a necessidade de investimentos em infraestruturas da mesma natureza.

Outra área importante é o desenvolvimento de interoperabilidade, fundamental para a realização de operações multinacionais combinadas, seja por ocasião das operações de paz, seja por atendimento a populações afetadas por desastres naturais, ou pelo incremento de ataques diversos como o cibernético, atividades que demandam a atenção do segmento militar. Dessa maneira, dar prosseguimento a atividades cooperativas no âmbito do adestramento de tropas, unidades navais e aéreas apresenta-se como solução prática e econômica para a participação eficaz em operações de grande envergadura ou mesmo a detecção e o enfrentamento de ameaças multifacetadas, o que para um só país seria de difícil realização.

Outras áreas que podem ser incrementadas por parcerias profícuas são as de instrução e de ensino, que não só contribuem para melhoria de capacitação do nosso pessoal, como desenvolvem conhecimento mútuo. É motivo de satisfação e orgulho constatar que milhares de civis e militares vinculados aos segmentos de defesa, há mais de um século, de forma crescente, frequentam as organizações de instrução e de ensino das Forças Armadas Brasileiras.

Outra área relevante é a da Indústria de Defesa, principalmente considerando o seu amplo espectro, o que permite o ingresso de atores de variados graus de capacitação. No cenário regional sul-americano, já ocorrem várias iniciativas de cooperação nesse segmento. Mesmo aquelas que não prosperaram serviram para colhermos ensinamentos e angariarmos experiências.

In the domestic field, it is interagency in nature, since it brings together a wide range of public agents from the three branches and private agents, such as: Armed Forces, Foreign Affairs, Public Security, Customs, Migration Control, Environment, Science and Technology, Health, Education, Legislation, among many other topics. It is worth mentioning that security involves all sectors of national life, transcending the Defence segment, and it is essential to develop, in society, a culture that places the Security and Defence mentality as relevant.

In the external field, in the same way, we must develop partnerships that allow executing multinational interagency operations related to Security and Defence with efficiency and in a wide spectrum, involving Armed Forces, police, public agents, the establishment of a logistical structure, as well as tools for controlling maritime and air areas and borders, technical assistance, training and education. In the specific case of Brazil, the products generated by the Amazon Surveillance System, the management of the Blue Amazon, and the monitoring of Borders can have neighbouring countries as partners, thus reducing the need for investments in infrastructure of the same nature.

Another important area is the development of interoperability. This area is essential for carrying out combined multinational operations, whether during peace operations, or in response to populations affected by natural disasters, or by the increase in various attacks such as a cybernetic one, activities that demand the attention of the military segment. Consequently, continuing cooperative activities within the scope of training troops and naval and air units presents itself as a practical and economical solution for the effective participation in large-scale operations or even the detection and confrontation of multifaceted threats, which would be difficult for one country to achieve alone.

It is a source of satisfaction and pride to see that thousands of civilians and military personnel linked to the Defence segments, for more than a century, increasingly attend the instruction and teaching organizations of the Brazilian Armed Forces.

Another relevant area is the Defence Industry, especially considering its broad spectrum, which allows the inclusion of actors with varying degrees of training. In the South American regional scenario, there are already several cooperation initiatives in this segment.

Como histórias de sucesso, podemos exemplificar: o emprego consagrado das aeronaves Tucano e Super Tucano em muitos países do continente; o exitoso avião KC-390 Millennium, que conta com a participação argentina e chilena em fabricação, além das Repúblicas Tcheca e de Portugal. Trata-se de um modelo cooperativo exitoso, com resultados muito eficientes nas atividades de cunho militar, como transporte de tropas, suplementos, reabastecimento em voo e lançamento de paraquedistas, dentre outras, além da ajuda humanitária. Importante lembrar que essa aeronave foi de grande valia no apoio logístico durante a crise da COVID-19. Dentre os feitos, destaca-se de maneira muito excepcional o transporte, num voo de Belém para Manaus, de ISO container carregado de mais de 6 mil metros cúbicos de oxigênio, um transporte de elevado risco e de elevado perigo, dadas as características perigosas da carga que foi transportada.

Em resumo, pelas projeções conjunturais voláteis, incertas, complexas e ambíguas do cenário internacional, a Indústria de Defesa se mostra cada vez mais vital para a Segurança e a Defesa dos países. Assim sendo, mostra-se fundamental o desenvolvimento de parcerias que expandam as condições mercadológicas para comercialização de produtos e compartilhem os custos envolvidos na pesquisa e no desenvolvimento dos projetos.

No contexto militar *stricto sensu*, está claro que a crise econômica e as consequências sociais, em especial em uma sociedade pouco equalizada como a latino-americana, certamente restringirão os investimentos no segmento de Defesa, que são notadamente vultosos. Além disso, as ameaças terroristas e cibernéticas, o crime organizado transnacional, as ameaças e a polaridade política poderão ensejar um emprego doméstico de forças armadas. Assim dizendo, os instrumentos de Defesa Nacional serão instados a cumprir mais tarefas com menos gastos e, nesse mesmo contexto, surgirá a necessidade de desenvolver novas capacidades para atuar em outras dimensões como por exemplo o ciberespaço.

Concluo, senhores e senhoras, portanto, esta exposição, enfatizando que o desenvolvimento de estratégias de Segurança Internacional em nosso ambiente tem que ser alicerçado na existência de uma mentalidade de Segurança e Defesa associada ao incremento da cooperação. Seja em âmbito interno ou âmbito internacional, a América do Sul, hoje, possui os elementos que constituem um ambiente favorável à consolidação da nossa união, sobretudo nesses três eixos falados: compartilhamentos de produtos de defesa, interoperabilidade e indústria de defesa. Dessa forma, podemos juntos construir a América do Sul mais forte que almejamos para as nossas gerações futuras.

Muito obrigado”.

Even those that did not prosper served to gather lessons and experiences. As success stories, we can exemplify: the renowned use of Tucano and Super Tucano aircrafts in many countries of the continent; the successful KC-390 Millennium aircraft, which has Argentine and Chilean participation in manufacturing, in addition to the Czech Republic and Portugal. It is a successful cooperative model, with very efficient results in military activities, such as troop and supplies transport, in-flight refuelling, and parachute launches, among others, in addition to humanitarian aid. It is important to remember that this aircraft was of great value in logistical support during the COVID-19 crisis. Among the accomplishments, the transport, on a flight from Belém to Manaus, of an ISO container loaded with more than 6 thousand cubic meters of oxygen can be highlighted; a transport of high risk and danger, given the dangerous characteristics of the cargo that was transported.

In summary, due to the volatile, uncertain, complex, and ambiguous conjunctural projections of the international scenario, the Defence Industry is increasingly vital for the Security and Defence of countries. Therefore, it is fundamental to develop partnerships that expand the market conditions for the commercialization of products and share the costs involved in the research and development of the projects.

In the strict military context, it is clear that the economic crisis and the social consequences, especially in a poorly equalized society such as Latin America, will certainly restrict investments in the Defence segment, which are notably large. In addition, terrorist and cyber threats, transnational organized crime, threats, and political polarity could lead to a domestic employment of the armed forces.

Thus, the instruments of National Defence will be urged to fulfil more tasks with less expenses and, in this same context, there will be a need to develop new capabilities to act in other dimensions, such as cyberspace.

Therefore, ladies and gentlemen, I conclude this exposition by emphasizing that the development of International Security strategies in our environment must be based on the existence of a Security and Defence mentality associated with increased cooperation. Whether nationally or internationally, South America today has the elements that constitute a favourable environment for the consolidation of our unity, especially in these three axes we mentioned: sharing of Defence products, interoperability, and the Defence industry. Thus, we can together build the stronger South America we aspire for our future generations. Thank you very much".



ORADOR PRINCIPAL EUROPEU
EUROPEAN KEYNOTE SPEAKER

Perspectivas Europeias de Cooperação em Defesa
European Perspectives on Defence Cooperation

Embaixador Pawel Herczynski
Embaixador Pawel Herczynski

**Diretor Executivo da Política Comum de Segurança e Defesa e do
Serviço Europeu de Ação Externa de Resposta a Crises.**
*Managing Director for Common Security and Defence Policy and Crisis
Response at the European External Action Service*

ORADOR PRINCIPAL EUROPEU

Perspectivas Europeias de Cooperação em Defesa

Embaixador Pawel Herczynski

Diretor Executivo da Política Comum de Segurança e Defesa e do Serviço Europeu de Ação Externa de Resposta a Crises

“Bom dia, senhoras e senhores. É uma honra estar aqui com os senhores nesse seminário. Esta é uma grande oportunidade para trocarmos ideias sobre tópicos estratégicos e para que eu apresente as perspectivas da União Europeia (UE) no tocante à cooperação de segurança e defesa.

A União Europeia e os países latino-americanos compartilham uma forte crença na importância do multilateralismo efetivo e do trabalho conjunto no apoio à paz e à segurança global. Os Estados-membros da UE e os países latino-americanos são importantes contribuintes para operações de paz da ONU. Ao mesmo tempo, a UE também coopera bilateralmente com certos países nessa região no que tange questões de segurança e defesa. Vários contribuem com operações de paz da UE, às quais chamamos de missões e operações dentro da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

Compartilharei com os senhores algumas ideias sobre a ambição da UE no campo de segurança e defesa. Globalmente, enfrentamos muitos desafios, sem falar na pandemia de COVID-19 e seus impactos sem precedentes. Na Europa, a crise do COVID-19 foi como um alerta sobre a importância de aumentar nossa resiliência com base no imenso sentimento de solidariedade dos europeus. Com a segurança ao nosso redor se deteriorando rapidamente, e com a desestabilização ocorrendo ao redor do mundo, fica claro que precisamos de uma Europa mais unida nas questões de segurança e defesa. Estamos desenvolvendo uma resposta estratégica abrangente para tendências e desafios geopolíticos mais amplos.

Sendo assim, nossos Estados-membros estão trabalhando em um novo documento que deverá guiar nossa política sobre segurança e defesa nos próximos anos, e que chamamos de Bússula Estratégica. A ideia principal da Bússula é de que a UE deveria se responsabilizar mais por sua própria segurança e ter um papel maior como provedor da segurança global.

Entendemos que devemos incrementar nossa eficiência operacional, resiliência e nossas capacidades civil e militar, além da cooperação com parceiros chave. Uma grande maioria dos nossos cidadãos pede regularmente uma Europa mais unida em matéria de segurança e defesa, uma Europa que defenda os nossos valores e interesses.

A promoção do multilateralismo e a ordem global baseada em regras estão no centro de como a UE se vê como um ator internacional. Acreditamos que o multilateralismo seja capaz de trazer benefícios tangíveis para todos.

EUROPEAN KEYNOTE SPEAKER

European Perspectives on Defence Cooperation

Embaixador Pawel Herczynski

Managing Director for Common Security and Defence Policy and Crisis Response at the European External Action Service

“Good morning, ladies and gentlemen. It is an honour for me to join you for today’s Seminar. It is a great opportunity to exchange views on strategic topics and for me to briefly present European Union (EU) perspectives on security and defence cooperation.

The EU shares with Latin American countries a firm belief in the importance of effective multilateralism and working together in support of global peace and security. European Union Member States and Latin American countries are important contributors to UN peacekeeping operations. At the same time, the European Union also cooperates bilaterally with a number of countries in the region on security and defence issues. Several of them contribute to the EU’s peacekeeping operations, which we call Common Security and Defence Policy (CSDP) missions and operations.

Let me share with you a few words on EU ambition in the field of security and defence. Globally we are confronted with many challenges, not least the continued COVID-19 pandemic and its unprecedented impact. In Europe, the COVID-19 crisis was a wake-up call about the critical importance of increasing our resilience based on a strong sense of European solidarity. With the security environment around us deteriorating rapidly, and with further destabilisation around the world on the rise, it is clear that we need a more united Europe in security and defence matters. We are developing a comprehensive strategic response to the wider geopolitical trends and challenges.

Therefore, our Member States are currently working on a new document that should guide our policy on security and defence for the next years, which we call Strategic Compass. The main idea of the Compass is that the EU should regularly ask for a more united Europe in security and defence matters, take more responsibility for its own security and to play a bigger role as a global security provider.

We have understood that we need to increase our operational effectiveness, resilience, civilian and military capabilities and cooperation with key partners. A large majority of our citizens regularly ask for a more united Europe in security and defence matters, a Europe that defends our values and interests.

Promotion of multilateralism and the rules-based global order are at the core of the way the EU sees itself as an international actor. We believe in the ability of multilateralism to deliver tangible benefits for all.

A União Europeia se mantém com o compromisso de incrementar seu trabalho com organizações regionais e internacionais. A parceria estratégica UE-ONU na gestão da Manutenção da Paz e Crises é uma das parcerias mais longas e estruturadas com interações regulares no terreno entre nossas missões e operações, assim como quartéis-generais, incluindo reuniões bianuais do Comitê Executivo EU-ONU. No ano passado, assinamos um Acordo-quadro de Apoio Mútuo para melhorar a cooperação em apoio logístico, de segurança e médico no terreno – mais importante ainda em tempos de COVID. Esse ano começamos uma reflexão conjunta com a ONU sobre como adaptar essa parceria a novos desafios, incluindo mudança climática e desinformação.

A parceria estratégica duradoura UE-ONU faz parte dos esforços da UE em segurança e defesa. Nos últimos 5 anos, atingimos um progresso memorável na implementação das Declarações Conjuntas de Varsóvia e de Bruxelas. De maneira conjunta, estamos examinando maneiras de fortalecer mais nosso relacionamento com a OTAN. Também ansiamos aumentar mais nossa cooperação com a União Africana, inclusive na implementação do Memorando de Entendimento UE-AU de 2018 sobre Paz, Segurança e Governança, e com a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) em questões de interesse para ambas organizações.

Em 2020, a União Europeia e a Associação das Nações do Sudeste Asiático começaram um novo capítulo em sua relação de longa data ao se tornarem parceiros estratégicos. A relação está baseada em princípios e valores que são compartilhados, tais como a ordem internacional baseada em regras, multilateralismo eficaz e sustentável, e em um comércio livre e justo. Claro que nós também procuramos caminhos nos quais podemos melhorar nossa interação e engajamento com países da América Latina, tais como antecipar ameaças híbridas, ataques cibernéticos e crime organizado, assim como engajar em diálogo e ações sobre clima e segurança e segurança marítima. Nosso objetivo também é promover a participação de países da América Latina em nossos esforços de segurança e defesa.

Vou atualizá-los sobre os desenvolvimentos recentes em nossa Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP). Recentemente, a UE lançou 3 novas missões: uma operação naval no Mediterrâneo (Operação Irini), uma missão civil de assessoramento na República Centro-Africana e uma missão de treinamento em Moçambique. Com isso, o total de engajamentos da PCSD foi de 19 missões e operações lideradas pela UE, com civis e militares, desdobrados atualmente fora da UE.

The EU remains committed to enhance our work with international and regional organisations. The EU-UN Strategic Partnership on Peacekeeping and Crisis Management is one of the most longstanding and structured partnerships with regular interactions in the

The EU remains committed to enhance our work with international and regional organisations. The EU-UN Strategic Partnership on Peacekeeping and Crisis Management is one of the most longstanding and structured partnerships with regular interactions in the field between our missions and operations as well as headquarters, including through the bi-annual meetings of the EU-UN Steering Committee. Last year we signed a Framework Agreement on Mutual Support to improve cooperation on logistics, security and medical support in the field - even more important in the time of COVID. This year we started a joint reflection with UN on how to adapt this partnership to the new challenges, including climate change or disinformation.

The long-standing EU-NATO strategic partnership is integral to EU efforts in security and defence. Over the last five years, we have achieved remarkable progress in the implementation of the Warsaw and Brussels Joint Declarations. We are jointly examining ways on how to strengthen further our mutually beneficial relationship with NATO across the board. We also look forward to further enhancing our cooperation with the African Union, including in the implementation of the 2018 AU-EU Memorandum of Understanding on Peace, Security and Governance, and with the OSCE on issues of interest to both organisations.

In 2020, the European Union and the Association of Southeast Asian Nations opened a new chapter in their longstanding relationship by becoming Strategic Partners. The relationship is based on shared values and principles such as rules-based international order, effective and sustainable multilateralism, free and fair trade. Of course, we also look at ways in which we can boost our interaction and engagement with countries in Latin America, for example on issues such as countering hybrid threats, cyberattacks and organised crime, as well as engaging in dialogue and action on climate and security and maritime security. Our objective is also to further promote the participation of Latin American countries in our EU security and Defence efforts.

Let me now briefly update you on the recent developments in our Common Security and Defence Policy (CSDP). Recently, the EU has launched 3 new missions and operations: a naval operation in the Mediterranean (Operation Iriini), a civilian advisory mission in the Central African Republic and an EU training mission in Mozambique. This brings the total of CSDP engagements to 19 EU-led operations and missions, military and civilian, currently deployed outside the EU.

A maioria delas são conduzidas com Operações de Paz da ONU e sob resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Muitas estão abertas para a participação de países de fora da UE.

As missões e operações da CSDP da UE são bem diversas. Nossas operações militares incluem a Operação EUFOR Althea, que desde 2004 ajuda autoridades da Bósnia e Herzegovina a manter um ambiente seguro e estável. Desde 2008, a Operação EUNAVFOR Atalanta foca na luta contra a pirataria no Oceano Índico. A outra operação naval da UE, a EUNAVFOR Irini, contribui para a implementação do embargo de armas pela ONU na Líbia por meios aéreos, satelitais e marítimos.

Onze missões civis cobrem uma diversidade de atividades: desde a Missão de Monitoramento da UE na Geórgia, à missão de construção de capacidade da UE no Mali para apoio do trabalho de forças de segurança nacional, à implementação da reforma do setor de segurança desde 2014.

Também estamos constantemente avaliando novas maneiras de melhorar o engajamento operacional da UE. Por exemplo, o conceito de Presença Marítima Coordenada, recentemente estabelecida por Estados-membros da UE, é um mecanismo que possibilita a presença naval de Estados-membros a fim de coordenar certas áreas de interesse da UE, o que nos ajudará a contribuir com a segurança marítima global. Recém começamos um novo conceito no Golfo da Guiné para combater a pirataria e estamos buscando a possibilidade de levar isso para outras regiões do mundo, talvez na área a noroeste do Oceano Índico.

A UE é ativa no domínio marítimo, não somente pela Presença Marítima Coordenada ou pelas operações e missão da CSDP, tais como Irini e Atalanta, mas também pelas várias agências especializadas tais como a Agência Europeia de Segurança Marítima (EMSA) e a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (FRONTEX). Ambas repassam recursos substanciais para a cooperação com parceiros de fora da UE. Esses novos desenvolvimentos na área marítima vão de encontro a nossa ambiciosa Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia (EUMSS). No ciberespaço, a UE se compromete a elevar a segurança e estabilidade internacionais, e juntar forças para promover comportamento responsável no ciberespaço.

Para esse fim, a UE apoia o estabelecimento de um Programa de Ação nas Nações Unidas, que fornece uma estrutura para que os Estados fortaleçam sua cooperação em favor de um ciberespaço aberto, estável e seguro.

The majority of these are conducted alongside UN Peacekeeping operations and under UNSC resolutions. Most are open also to the participation of third states.

The EU's CSDP missions and operations are quite diverse. Our military operations include Operation EUFOR Althea, which since 2004 has supported authorities of Bosnia and Herzegovina in maintaining a safe and secure environment. Since 2008, Operation EUNAVFOR Atalanta has focused on the fight against piracy in the Indian Ocean. The EU's other naval operation EUNAVFOR Irini, contributes to implementation of the UN arms embargo on Libya by aerial, satellite and maritime means.

11 civilian missions cover a diverse range of tasks: from the EU Monitoring Mission in Georgia, to an EU capacity-building mission in Mali supporting the work of internal security forces to implement a security sector reform since 2014.

We are also constantly examining new ways to enhance the EU's operational engagement. For example, the Coordinated Maritime Presence concept, recently established by EU Member States, is a mechanism that enables the naval presence of Member States to be coordinated in certain areas of interest to the EU. It will help us to contribute to global maritime security. We have just started this new concept in the Gulf of Guinea to combat piracy and are looking at the possibility of applying it in other regions of the world, perhaps next to the northwestern area of the Indian Ocean.

The EU is active in the maritime domain, not just through the Coordinated Maritime Presence or CSDP missions and operations, like Irini and Atalanta, but also by means of its various specialized agencies such as the European Maritime Safety Agency (EMSA) and the EU's border security agency FRONTEX. They both dedicate substantial resources to cooperation with non-EU partners. These new developments in the maritime domain come against the background of our ambitious European Union Maritime Security Strategy (EUMSS). In cyberspace, the EU is committed to enhance international security and stability through strong international partnerships, and to join forces in promoting responsible behaviour in cyberspace.

To this end, the EU supports the establishment of a Programme of Action in the United Nations, which provides a framework for States to strengthen their cooperation in favour of an open, stable and secure cyberspace.

Para chegar a esse nível de ambição no campo de segurança e defesa, a UE também foca na implementação de suas iniciativas de defesa. Lançamos o Fundo Europeu de Defesa (EDF) para financiar ações de desenvolvimento de capacidades e cooperação transfronteiriça para atender a necessidades de capacidades comumente acordadas. O EDF tem um orçamento de 8 bilhões de euros para o período de 2021-2027, dos quais 2,6 bilhões de euros estão alocados para pesquisa e 5,3 bilhões para o desenvolvimento de tecnologias de defesa. A Cooperação Estruturada Permanente (PESCO), na qual 25 Estados-membros estão engajados, busca contribuir com a cooperação de Defesa Coletiva em áreas como gastos com defesa, colaboração em desenvolvimento de capacidades e melhoria da interoperabilidade. Essas iniciativas procuram fazer da UE um parceiro global mais forte, capaz de contribuir mais com a segurança transatlântica, assumindo mais responsabilidade.

O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP), lançado em julho de 2021, permite que a UE auxilie operações militares de apoio à paz conduzidas por países de fora da UE e organizações regionais em qualquer lugar do mundo, em apoio aos objetivos da CSDP. Algumas das prioridades de apoio são entregar equipamentos e serviços a unidades treinadas por missões de treinamento da UE no Mali, Somália e República Centro-Africana. O orçamento gira em torno de 5 bilhões de euros para o período de 2021-2027. O mecanismo já começou a apoiar forças militares de parceiros.

Deixe-me falar um pouco sobre a cooperação de defesa com nossos parceiros na CSDP. A CSDP é um processo aberto desde seu começo. Um número de parceiros vem contribuindo com nossas missões e operações desde que a primeira missão CIVPOL da UE, na Bósnia e Herzegovina, começou em 2003. Desde esses primeiros dias, a escala e o alcance das ambições da UE na gestão de crises aumentaram e recebemos contribuições de um grupo maior de parceiros para nossas missões e operações.

Vinte países assinaram um Acordo-Quadro de Participação (FPA) com a UE, que estabelece a base para suas contribuições. No contexto da América Latina, estou muito feliz em poder mencionar que os FPA com o Chile e a Colômbia estão em voga, e que há um processo a caminho com o Peru, o qual esperamos assinar em breve.

Até 01 de dezembro de 2021, treze países parceiros terão contribuído com as oito missões e operações da CSDP com um total de 247 pessoas. A UE reconhece essas contribuições valiosas de países terceiros a missões e operações da CSDP, inclusive com algumas capacidades muito importantes.

To fulfil its new level of ambition in the field of security and Defence, the EU is also focussing on the implementation of its Defence initiatives. We have launched the European Defence Fund (EDF) to finance capability development actions and cross border cooperation to address commonly agreed capability needs. The EDF has a budget of EUR 8 billion for the period 2021-2027, of which EUR 2.6 billion is allocated to research and EUR 5.3 billion to the development of Defence technologies. The Permanent Structured Cooperation (PESCO), in which 25 EU Member States engage, aims to contribute to collective defence cooperation in areas like defence spending, collaboration in capability development and improvement of interoperability. These new developments in the maritime domain come against the background of our ambitious European Union Maritime Security Strategy (EUMSS).

The European Peace Facility, launched in July 2021, allows the EU to support military peace-support operations conducted by third countries and regional organisations anywhere in the world, in support of the objectives of the CSDP. Some of the first priorities for support is to deliver equipment and services to units trained by EU training missions in Mali, Somalia and Central African Republic. The budget is worth approximately EUR 5 billion for the period 2021-2027. The European Peace Facility has already started to support military forces of our partners.

Let me say also a few words about the Defence cooperation with our partners in the CSDP. The EU's Common Security and Defence Policy has been an open process since its earliest days. A number of partners have been contributing to our CSDP missions and operations since the first EU civilian police mission, in Bosnia Herzegovina, was established in 2003. Since those early days, the scale and scope of the EU's ambitions in crisis management have increased and we have welcomed contributions to our missions and operations from a larger group of partners.

Twenty countries have signed a Framework Participation Agreement (FPA) with the EU, which establishes the basis for their contributions. In the context of Latin America, I am very happy to mention that FPAs with Chile and Colombia are in place, and that the process is underway towards concluding an FPA with Peru, which we hope to sign in a near future.

As of 1 December 2021, 13 partner countries are contributing to 8 CSDP missions and operations with a total of 247 personnel. The EU recognises these valuable contributions by third States to CSDP missions and operations, including with some very important capabilities.

Agradecemos nossos parceiros contribuintes, por seu envolvimento junto à UE no apoio a soluções multilaterais para crises de segurança ao redor do mundo.

O Colégio Europeu de Segurança e Defesa (ESDC) é um ator importante ao falarmos de parcerias. Em 2020, o ESDC intensificou sua cooperação com organizações internacionais e com um determinado número de países fora da UE e organizações regionais. Forneceu treinamento a vários parceiros. Também estamos buscando um convite mais sistemático a terceiros para participar do treinamento pré-desdobramento do Colégio Europeu de Segurança e Defesa e para explorar a possibilidade de estender a Rede de Parceiros Associados do ESDC a instituições de treinamento de terceiros.

Além de gestão de crise, a UE está trabalhando para a construção de capacidades de seus parceiros. Por exemplo, as ameaças híbridas. Esses desenvolvimentos demonstram claramente que a UE dispensa muita atenção aos seus parceiros e à cooperação de defesa. Trabalhar multilateralmente com parceiros que pensam da mesma maneira para abordar ameaças em comum é a única maneira de fazer o mundo um local mais seguro. Obrigado por sua atenção. Fico no aguardo da discussão.”

We remain thankful to our contributing partners, for their involvement alongside the EU in support of multilateral solutions to security crises around the world.

The European Security and Defence College (ESDC) is an important actor when it comes to partnerships. In 2020, the ESDC stepped up its cooperation with international organisations and a number of non-EU countries and regional organisations. It provided training classes to numerous partners. We are also looking into the more systematic invitation of participating third States to pre-deployment training provided by the European Security and Defence College and exploring the possibility of further granting of Associated Network Partner to the ESDC to training institutions of third states.

Beyond crisis management, the EU is working on the capacity building of its partners. For instance, including on hybrid threats. These developments demonstrate clearly that the EU attaches tremendous attention to our partnerships and defence cooperation. Working multilaterally with like-minded partners to address common threats is the only way to make the world more secure. Thank you for your attention I am looking forward to the discussion”.



PAINEL 1

PANEL 1

**TRATADO DA ANTÁRTICA: 60 ANOS DE SUA
ENTRADA EM VIGOR**
*ANTARCTIC TREATY: 60TH ANNIVERSARY OF ITS
ENTRY INTO FORCE*

Relatores:

Rapporteurs:

Prof. Dr. Fábio Albergaria de Queiroz
Prof. Fábio Albergaria de Queiroz

Prof. Dra. Viviane Machado Caminha
Prof. Viviane Machado Caminha

PAINEL 1

Tratado da Antártica: 60 Anos de sua Entrada em Vigor

Relatores¹:

*Prof. Dr. Fábio Albergaria de Queiroz*²

*Prof. Dra. Viviane Machado Caminha*³

1. Contextualização Temática

Em dezembro de 1959 foi firmado, em Washington, o Tratado da Antártica que, dois anos depois, em junho de 1961, entrava em vigor inaugurando, pois, uma arquitetura jurídico-diplomática que trouxe inéditas repercussões e múltiplas possibilidades em torno de um tema de inegável sensibilidade. Na oportunidade, onde abundavam desconfianças derivadas das incertezas da Guerra Fria, os doze signatários originários do instrumento - África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Reino Unido e a então União Soviética - sete dos quais com reivindicações territoriais no Continente⁴, colocaram em segundo plano divergências, aparentemente inconciliáveis, e criaram as bases normativas de um singular Regime Internacional⁵.

1 As ideias e pontos de vista deste texto são de natureza exclusivamente acadêmica e expressam o pensamento de seus autores, não representando necessariamente posições oficiais de qualquer órgão ou entidade do governo brasileiro.

2 É graduado em Relações Internacionais (2000). Possui Mestrado em Desenvolvimento Sustentável (2003), Doutorado (2011) e Pós-Doutorado (2015) em Relações Internacionais e Pós-Doutorado em Estudos Latino-Americanos (2022) pela Universidade de Brasília. Atualmente é professor adjunto na Escola Superior de Defesa (ESD). E-mail: fabio.queiroz@defesa.gov.br

3 É Doutora em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2017), Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ-FFP (2010) e graduada em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2007). Na Escola Superior de Defesa (ESD) é professora adjunta e líder do Laboratório de Pesquisa em Segurança, Desenvolvimento e Defesa (LAB-SDD). E-mail: viviane.caminha@defesa.gov.br

4 São eles Argentina, Austrália, Chile, Nova Zelândia, França, Noruega e Reino Unido. Em linhas gerais, nenhum dos Estados pactuantes, por ingressar no Tratado, renunciou a eventuais pretensões de domínio sobre parte do continente, nem tampouco reconheceu pretensões alheias. O que o dispositivo estabelecia era o princípio da não militarização da Antártica que, destarte, só poderia ser utilizada para fins pacíficos como a pesquisa científica e preservação dos recursos biológicos.

5 Regimes Internacionais são definidos como um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões ao redor dos quais convergem as expectativas dos atores em uma dada área temática. Para maiores informações sobre o assunto, sugere-se a leitura de: KRASNER, Stephen. "*Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables*". In: **International Organization**, v. 36, n. 2, p. 185-205, Spring.1982.

PANEL 1

Antarctic Treaty: 60th anniversary of its entry into force

Rapporteurs⁶

Prof. Fábio Albergaria de Queiroz⁷

Prof. Viviane Machado Caminha⁸

1. Context on the issue

In December 1959, the Antarctic Treaty was signed in Washington, which, two years later, in June 1961, came into force, thus inaugurating a legal-diplomatic architecture that brought unprecedented repercussions and multiple possibilities around a theme of undeniable sensitivity. On the occasion, where there were many suspicions derived from the uncertainties of the Cold War, the twelve original signatories of the instrument - South Africa, Argentina, Australia, Belgium, Chile, United States, France, Japan, New Zealand, Norway, United Kingdom and the then Union Soviet Union - seven of which had territorial claims on the Continent⁹, put apparently irreconcilable differences behind them and created the normative foundation of a unique International Regime¹⁰.

⁶ The ideas and points of view in this text are exclusively academic in nature and express the thoughts of their authors, not necessarily representing official positions of any agency or entity of the Brazilian government.

⁷ Holds a degree in International Relations (2000), a Master's in Sustainable Development (2003), a Doctorate (2011) and a post-Doctorate degree in International Relations (2015) and a Post-Doctorate degree in Latin American Studies (2022) from the University of Brasilia. He is currently an adjunct professor at the Brazilian Defence College (ESD). E-mail: fabio.queiroz@defesa.gov.br

⁸ Holds a PhD in History of Sciences, Techniques and Epistemology (HCTE) from the Federal University of Rio de Janeiro - UFRJ (2017), a Master's in Social History from the State University of Rio de Janeiro UERJ-FFP (2010) and a degree in History from the Fluminense Federal University - UFF (2007). At the Brazilian Defence College (ESD) she is an adjunct professor and leader of the Security, Development, and Defence Research Laboratory (LAB-SDD). E-mail: viviane.caminha@defesa.gov.br

⁹ They are Argentina, Australia, Chile, New Zealand, France, Norway, and the United Kingdom. In general terms, none of the signatory States, by joining the Treaty, renounced any claims to dominion over part of the continent, nor did they recognize the claims of others. What the device established was the principle of non-militarization of Antarctica, which, therefore, could only be used for peaceful purposes such as scientific research and preservation of biological resources.

¹⁰ International regimes are defined as a set of principles, norms, rules, and decision-making procedures around which the expectations of actors in a given thematic area converge. For more information on the subject, we suggest reading: KRASNER, Stephen. "Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables". In: **International Organization**, v. 36, n. 2, p. 185-205, Spring.1982.

Afinal, trata-se de uma das poucas áreas estratégicas compreendidas como sendo parte do domínio público internacional: aqueles espaços cuja utilização suscita o interesse de mais de um Estado soberano¹¹. Isso, pois, a Antártica, com 14 milhões de quilômetros quadrados - aproximadamente 10% da superfície terrestre - onde estão concentrados cerca de 70% das reservas de água doce do mundo e incalculáveis recursos minerais e energéticos, além dos interesses econômicos e estratégicos que desperta, inequivocamente exerce profunda influência em assuntos candentes da agenda internacional hodierna, como o clima e o meio ambiente do planeta.

Dessa maneira, o Tratado da Antártica, somado ao Protocolo de Madri (1991) - que, complementarmente, dispunha que a Antártica deveria ser preservada contra toda e qualquer espécie de exploração mineral durante um prazo de cinquenta anos, findo o qual tal proibição só se abrandaria mediante consenso dos Estados que são partes consultivas no Tratado de 1959¹² - e a uma série de outros regramentos criados para normatizar as atividades no “Sexto Continente” compõem o Sistema do Tratado da Antártica (STA), ou, em termos ontológicos, um Regime Internacional que, ao longo das décadas que se seguiram, foi capaz de manter a Antártica desmilitarizada e como um espaço voltado à promoção da cooperação científica internacional, incluindo a troca de informações sobre pesquisa e pessoal.

Entretanto, em um contexto em que as ameaças que surgem tornaram-se mais difusas, dentre as quais aquelas com capacidade de impactar o destino da Antártica e que trazem consigo potencial disruptivo como: a emergência de novos polos de poder; as mudanças climáticas; a perda exponencial de biodiversidade ou, ainda; a escassez de recursos naturais estratégicos, suscitam questões paradigmáticas, algumas das quais trazidas à reflexão do público no 7º Simpósio sobre Segurança Regional Europa-América do Sul.

Assim, passadas seis décadas desde a entrada em vigor daquele que é o progenitor normativo do Regime Antártico, renomados especialistas europeus e sul-americanos foram convidados a trazer, sob múltiplos enfoques, possíveis respostas às seguintes perguntas:

11 A tradição doutrinária entende que certos espaços, mesmo que estejam sujeitos à incidência de uma determinada soberania, fazem parte do domínio público internacional. Nessa tipologia estão o mar, os rios internacionais, o espaço aéreo, o espaço extra-atmosférico e, ainda, o continente antártico. Fonte: REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público - Curso Elementar**. Saraiva, 6ª ed., 1996.

12 As Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica (*Antarctic Treaty Consultative Meetings*) ocorrem regularmente, desde 1961. Os membros consultivos integram um seleto grupo de países com direito a voz e veto nas decisões sobre o futuro do Continente Branco, condição que somente é possível pela comprovada, contínua e substancial atividade científica na região. Essa condição lhes assegura a plena participação nas Reuniões das Partes junto aos 12 países signatários originais. Atualmente, o Tratado da Antártica conta com 53 países signatários, dos quais 29 são considerados membros consultivos.

After all, it is one of the few strategic areas understood as part of the international public domain: those spaces whose use arouses the interest of more than one sovereign State¹³. That's because Antarctica, with 14 million square kilometres - approximately 10% of the earth's surface - where about 70% of the world's freshwater reserves and incalculable mineral and energy resources are concentrated, in addition to the economic and strategic interests it awakens, unequivocally exerts a profound influence on burning issues on today's international agenda, such as the planet's climate and environment.

Therefore, the Antarctic Treaty, added to the Madrid ProtoCol (1991) - which, in addition, provided that Antarctica should be preserved against any and all types of mineral exploration for a period of fifty years, after which such prohibition only would ease by consensus of the States that are consultative parties to the 1959 Treaty¹⁴ - and a series of other regulations created to regulate activities on the "Sixth Continent" make up the Antarctic Treaty System (ATS), or, in ontological terms, an International Regime that, over the decades that followed, was able to keep Antarctica demilitarized and as a space aimed at promoting international scientific cooperation, including the exchange of information on research and personnel.

However, in a context in which the threats that emerge have become more diffuse, among which are those capable of impacting the fate of Antarctica and that bring with them disruptive potential such as: the emergence of new power hubs; climate change; the exponential loss of biodiversity or even; the scarcity of strategic natural resources, raise paradigmatic questions, some of which were brought to public reflection at the 7th Europe-South America Regional Security Symposium.

Thus, after six decades since the entry into force of what is the normative progenitor of the Antarctic Regime, renowned European and South American specialists were invited to bring, under multiple approaches, possible answers to the following questions:

¹³ *The doctrinal tradition understands that certain spaces, even if they are subject to the incidence of a certain sovereignty, are part of the international public domain. In this typology are the sea, international rivers, airspace, extra-atmospheric space, and the Antarctic continent. Source: REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público - Curso Elementar**. Saraiva, 6^a ed., 1996.*

¹⁴ *The Antarctic Treaty Consultative Meetings have been held regularly since 1961. The consultative members are part of a select group of countries with the right to voice and veto in decisions about the future of the White Continent, a condition that is only possible due to the proven, continuous, and substantial scientific activity in the region. This condition assures them full participation in the Meetings of the Parties with the 12 original signatory countries. Currently, the Antarctic Treaty has 53 signatory countries, of which 29 are considered consultative members.*

O Tratado da Antártica, especificamente, e o STA, em geral, tem atingido seus objetivos? Que ameaças e interesses unem a Europa e a América do Sul na consecução de uma agenda positiva e propositiva para a Antártica? E, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam a partir de conexões da mais variada ordem, o que se espera do STA a partir de 2048, quando abrir-se-á espaço para a flexibilização na revisão de importantes marcos normativos?

2 Painel 1 - Tratado da Antártica: 60 anos de sua entrada em vigor

O primeiro painalista, **Embaixador Olivier Poivre d'Arvor**, Embaixador para os Pólos e as Questões Marítimas da França, iniciou sua fala afirmando ser o Tratado da Antártica um caso extraordinário de sucesso coletivo, a afirmação de um concerto multilateral que perdura por 60 anos. Na esteira desse arranjo normativo, prossegue o painalista, o Tratado conseguiu propor um novo modelo de governança internacional em que contenciosos entre nações foram colocados em segundo plano para privilegiar atividades pacíficas baseadas na ciência e na valorização do meio ambiente.

Citou, como exemplo de uma série de conquistas de vanguarda advindas desse esforço, aquelas resultantes da Reunião Consultiva do Tratado da Antártica, realizada em Paris, em 1989. Na ocasião, por iniciativa francesa e australiana, ações coordenadas convergiram na materialização do emblemático Protocolo de Madri sobre a proteção do meio ambiente, garantindo, pois, o respeito à característica única do continente antártico ao reconhecê-lo como reserva natural dedicada à paz e à ciência.

Todavia, o Embaixador d'Arvor enfatizou que são crescentes as tensões e pressões geopolíticas com as quais vem se deparando a Antártica e o Oceano Austral desde então. Desafios como as mudanças climáticas e ameaças à sua biodiversidade endêmica alimentam esse complexo quadro, o que demanda ações orquestradas coletivamente, no amparo desses marcos legais e, por extensão, na cooperação, para evitar ou corrigir falhas.

Foi o caso, por exemplo, da 43ª Reunião Consultiva do Tratado da Antártica - ocorrida em 14 de junho de 2021, e por Olivier d'Arvor presidida - que resultou numa declaração ambiciosa que, além de relembrar os 60 anos do 30º aniversário da assinatura do Protocolo de Madri, renovou o compromisso por uma governança internacional eficaz e sustentável, reforçando que a exploração antártica seja feita para fins pacíficos, por meio da liberdade de pesquisa científica e da cooperação. Nessa direção, destacou que, ao mesmo tempo, os Estados-partes reconheceram a necessidade de trabalhar conjuntamente para colocar em prática ações alinhadas com os objetivos da Conferência das Partes de 2015¹⁵, a fim de limitar efeitos deletérios das mudanças climáticas sobre o ambiente antártico.

15 Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas ou COP-21, realizada em Paris.

have the Antarctic Treaty, specifically, and the ATS, in general, achieved their objectives? What threats and interests unite Europe and South America in the pursuit of a positive and purposeful agenda for Antarctica? And, in this complex scenario in which the destinies of its actors are intertwined from connections of the most varied order, what is expected of the ATS as of 2048, when room for flexibility in the revision of important regulatory frameworks will be opened?

2 Panel 1 - Antarctic Treaty: 60th anniversary of its entry into force

The first panellist, **Ambassador Olivier Poivre d'Arvor**, Ambassador for the Poles and Maritime Issues of France, began his speech by stating that the Antarctic Treaty was an extraordinary case of Collective success, the affirmation of a multilateral concert that has lasted for 60 years. In the wake of this normative arrangement, the panellist continues, the Treaty managed to propose a new model of international governance in which disputes between nations were set aside to privilege peaceful activities based on science and on the promotion of the environment.

As an example of a series of avant-garde achievements resulting from this effort, he cited those resulting from the Consultative Meeting of the Antarctic Treaty, held in Paris, in 1989. On that occasion, by French and Australian initiative, coordinated actions converged in the materialization of the emblematic ProtoCol of Madrid on the protection of the environment, thus guaranteeing respect for the unique feature of the Antarctic continent by recognizing it as a natural reserve dedicated to peace and science.

However, Ambassador d'Arvor emphasized that the geopolitical tensions and pressures that Antarctica and the Southern Ocean have been facing since then are growing. Challenges such as climate change and threats to its endemic biodiversity feed this complex scenario, which demands collectively orchestrated actions, in support of these legal frameworks and, by extension, in cooperation to avoid or correct failures.

This was the case, for example, of the 43rd Antarctic Treaty Consultative Meeting - held on June 14, 2021, and chaired by Olivier d'Arvor - which resulted in an ambitious declaration that, in addition to remembering the 60th anniversary of the Antarctic Treaty and the 30th anniversary of the signing of the Madrid ProtoCol, renewed the commitment to an effective and sustainable international governance, reinforcing that Antarctic exploration is carried out for peaceful purposes, through freedom of scientific research and cooperation.

In this regard, he highlighted that, at the same time, the States Parties recognized the need to work together to put into practice actions in line with the objectives of the 2015

Quanto ao Oceano Austral, pontuou que este tem papel vital na regulação do clima planetário, uma vez que o aumento de quantidade de gás carbônico na atmosfera - entre uma glaciação e um período quente - é resultado, em parte, da liberação, por parte dessa massa líquida, de milhares de toneladas de gás carbônico abrigados em suas profundezas.

A importância da Convenção sobre a Conservação da Fauna e da Flora Marítima da Antártica (CCAMLR), elemento central do STA, foi outro ponto abordado pelo painalista, sobretudo, por representar a materialização de esforços conjuntos de conservação de uma biodiversidade única. Contudo, quanto aos desafios geopolíticos atinentes ao tema, salientou o Embaixador d'Arvor que China e Rússia têm resistido em assinar a resolução sobre mudanças climáticas e as emendas sobre as medidas de tratamento de resíduos marinhos e observação científica sobre embarcações que cruzam o Oceano Austral.

Por isso, a convergência dos principais atores internacionais é fundamental para evitar externalidades como a introdução de espécies exóticas e o despejo de dejetos na zona resguardada pelo Tratado da Antártica. Concomitantemente, apontou que também é preciso regular uma atividade em ascensão: o turismo, de forma que ocorra em consonância com altos padrões de segurança e de consciência do valor desse ambiente singularíssimo.

Essas preocupações, dentre outras mais, são de ímpar relevância uma vez que, segundo d'Arvor, em 2048 abre-se a possibilidade para revisão de importantes marcos normativos que, hoje, ratificam a Antártica como espaço dedicado à paz e à ciência e a resguardam de atividades comerciais, militares e nucleares.

Na última etapa de sua exposição, d'Arvor apresentou breve histórico da pesquisa e exploração polar francesa, desde o atracamento de Dumont d'Urville, em 1840¹⁶, para Expedição Tara, empreendimento capitaneado pela Fundação *Tara Océan*¹⁷. Nesse longo percurso, destacou, ainda, as contribuições de nomes como Charcot, Paul Emile Victor, Claude Lorius e, atualmente, as explorações de Jean Louis Etienne que, em seu conjunto, aportaram, e aportam, significativos avanços em áreas como glaciologia, paleoclima, astronomia, física, química atmosférica, biologia e medicina. Para tanto, a cooperação com parceiros estrangeiros é essencial e, nessa direção, citou como caso de sucesso a estação franco-italiana Concordia.

¹⁶ Jules Sébastien César Dumont d'Urville (1790-1842) foi um oficial naval e explorador francês que viajou pelo sul e oeste do Pacífico, Austrália, Nova Zelândia e Antártica.

¹⁷ A *Tara Ocean Foundation* - primeira fundação reconhecida na França como sendo de utilidade pública por seus estudos sobre os oceanos - desenvolve pesquisas objetivando prever impactos das mudanças climáticas nos ecossistemas marinhos e propor medidas protetivas e preventivas.

Conference of the Parties¹⁸, in order to limit the deleterious effects of climate change on the Antarctic environment. As for the Southern Ocean, he pointed out that it plays a vital role in regulating the planetary climate, since the increase in the amount of carbon dioxide in the atmosphere - between a glaciation and a warm period - is partly a result of the release by this net mass of thousands of tons of carbon dioxide housed in its depths.

The importance of the Commission for the Conservation of Antarctic Marine Living Resources (CCAMLR), a central element of the ATS, was another point addressed by the panellist, mainly because it represents the materialization of joint efforts to conserve a unique biodiversity. However, regarding the geopolitical challenges related to the subject, Ambassador d'Arvor stressed that China and Russia have resisted signing the resolution on climate change and the amendments on measures for the treatment of marine waste and scientific observation of vessels crossing the Southern Ocean.

Therefore, the convergence of the main international actors is essential to avoid externalities such as the introduction of exotic species and the dumping of waste in the zone protected by the Antarctic Treaty. At the same time, he pointed out that it is also necessary to regulate an activity on the rise: tourism, so that it takes place in line with high standards of safety and awareness of the value of this unique environment.

These concerns, among others, are of unparalleled relevance since, according to d'Arvor, in 2048 the possibility opens for reviewing important regulatory frameworks that, today, ratify Antarctica as a space dedicated to peace and science and protect them from commercial, military, and nuclear activities.

In the last stage of his presentation, d'Arvor presented a brief history of French polar research and exploration, from the docking of Dumont d'Urville, in 1840¹⁹, to the Tara Expedition, undertaken by the Tara Ocean Foundation²⁰. In this long journey, and still do, significant advances in areas such as glaciology, paleoclimate, astronomy, physics, atmospheric chemistry, biology, and medicine. To this end, cooperation with foreign partners is essential and, in this regard, he cited the French-Italian station Concordia as a success story.

¹⁸ United Nations Conference on Climate Change or COP-21, held in Paris.

¹⁹ Jules Sébastien César Dumont d'Urville (1790-1842) was a French naval officer and explorer who travelled across the south and west of the Pacific, Australia, New Zealand, and Antarctica.

²⁰ The Tara Ocean Foundation - the first foundation recognized in France as being of public utility for its studies on the oceans - develops research aimed at predicting the impacts of climate change on marine ecosystems and proposing protective and preventive measures.

Finda a exposição, a mediadora, **Professora Ana Flávia Barros-Platiau**, ratificou a importância de se buscar compreender, amplamente, possíveis externalidades capazes de impactar o futuro da governança do continente gelado, tanto de uma perspectiva militar, como do ponto de vista tecnológico, nuclear, comercial, econômico e turístico. Em seguida, perguntou ao Embaixador em que medida a atual geopolítica do Ártico apontaria sinais com relação aos desafios para a segurança e estabilidade da Antártica. Em resposta à arguição, d'Arvor reforçou a necessidade de se promover a cooperação entre as partes interessadas em uma escala ainda maior, com mais ambição. Rememorou que o regime antártico é a herança resultante de um sonho que perdura há 60 anos e que, em 2048, a discussão sobre a proteção dessa magnífica biodiversidade deve buscar alternativas que permitam superar egoísmos, interesses nacionais, comerciais e militares.

A Professora Ana Flávia finalizou seu comentário enfatizando que, nesse cenário que se desenha para o futuro próximo, caberá a sul-americanos e europeus definirem interesses comuns e, por conseguinte, agendas de cooperação que permitam investir na manutenção e observância das normas internacionais, sobretudo, no que concerne à diversidade biológica. É o caso do tratado multilateral que está em vias de negociação: o Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional (BBNJ, na sigla em inglês) que terá implicações diretas para a Antártica, haja vista ser um espaço sobre o qual não incide soberania. Após agradecer ao primeiro painalista, a mediadora convidou o Contra-Almirante Antônio César da Rocha Martins, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar do Brasil (SECIRM), para proferir sua palestra.

Assim, dando prosseguimento ao painel, após cumprimentar a assistência, o Contra-Almirante Rocha Martins iniciou sua fala enfatizando que trazer à baila o tema Antártica, em um simpósio sobre Segurança e Defesa, é fundamental para a discussão do futuro do próprio planeta. Pontuou que muitas das preocupações emanadas da exposição do Embaixador d'Arvor são compartilhadas pelos países sul-americanos, fato implicações diretas para a Antártica, haja vista ser um espaço sobre o qual não incide soberania. Após agradecer ao primeiro painalista, a mediadora convidou o **Contra-Almirante Antônio César da Rocha Martins**, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar do Brasil (SECIRM), para proferir sua palestra. Que denota alinhamento com a União Europeia em questões vitais para a governança antártica.

Em sua introdução, explicou que o Tratado da Antártica nasceu durante a Guerra Fria, no contexto de reclames territoriais distintos, e que um fato se destacou, sobretudo, na ocasião: a proclamação, pela Organização das Nações Unidas, do Ano Geofísico Internacional, em 1957. Objetivou-se, com isso, congregando dezenas de milhares de cientistas de 66 nações, do Brasil inclusive, em torno de uma maior e melhor compreensão dos fenômenos relacionados à estrutura, composição, propriedades físicas e processos dinâmicos do planeta, o que repercutiu, imensamente, no avanço da ciência antártica.

After the presentation, the mediator, **Professor Ana Flávia Barros-Platiau**, confirmed the importance of broadly understanding possible externalities capable of impacting the future of governance of the frozen continent, both from a military perspective and from a technological, nuclear, commercial, economic, and tourism one. She then asked the Ambassador to what extent the current geopolitics of the Arctic would give signals regarding challenges to Antarctica's security and stability. In response to the argument, d'Arvor reinforced the need to promote cooperation between stakeholders on an even larger scale, with more ambition. She recalled that the Antarctic regime is the legacy resulting from a dream that has lasted for 60 years and that, in 2048, the discussion on the protection of this magnificent biodiversity must seek alternatives that allow overcoming selfishness and national, commercial, and military interests.

Professor Ana Flávia concluded her comment by emphasizing that, in this scenario that is designed for the near future, it will be up to South Americans and Europeans to define common interests and, therefore, cooperation agendas that allow investing in the maintenance and observance of international norms, especially, with regard to biological diversity. This is the case of the multilateral treaty that is being negotiated: the Biodiversity Beyond National Jurisdiction (BBNJ), which will have direct implications for Antarctica, given that it is a space over which sovereignty does not apply. After thanking the first panellist, the moderator invited **Rear Admiral Antônio César da Rocha Martins**, Secretary of the Inter-ministerial Commission for Marine Resources (SECIRM), to deliver his lecture.

Thus, continuing the panel, after greeting the audience, Rear Admiral Rocha Martins began his speech by emphasizing that bringing up the topic of Antarctica, in a symposium on Security and Defence, is fundamental for the discussion of the future of the planet itself. He pointed out that many of the concerns emanating from Ambassador d'Arvor's presentation are shared by South American countries, a fact that denotes alignment with the European Union on vital issues for Antarctic governance.

In his introduction, he explained that the Antarctic Treaty was born during the Cold War, in the context of different territorial claims, and that one fact stood out, above all, on the occasion: the proclamation, by the United Nations, of the International Geophysical Year, in 1957. The objective was to bring together tens of thousands of scientists from 66 nations, including Brazil, around a greater and better understanding of phenomena related to the structure, composition, physical properties, and dynamic processes of the planet, which had vast repercussions in the advancement of Antarctic science.

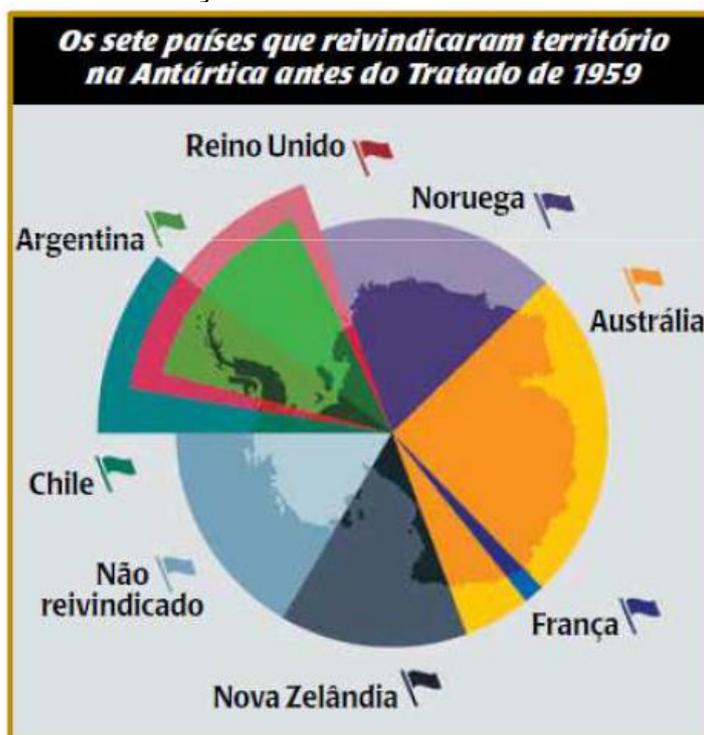
Desse esforço coletivo foi, portanto, natural o caminho para que, em 1959, fosse assinado o Tratado da Antártica e, pouco depois, em 23 de junho de 1961, ele entrasse em vigor. Nesse episódio paradigmático, o expositor lembrou que o critério para participação na conferência que deu origem ao Tratado foi a realização de pesquisas significativas naquele continente durante o ano geofísico internacional. Doze países se enquadravam nesse critério e, por isso, foram os signatários originais.

Quanto ao Brasil, o país não tomou parte em pesquisas na Antártica durante o recorte temporal estabelecido como referência, logo, não foi chamado a participar da conferência.

O Ministério das Relações Exteriores apresentou protestos, contudo, sem êxito em seu pleito. Interessante ressaltar que, segundo o painelista, pouco antes, em 23/03/1955, o Estado-Maior do Exército encaminhou estudo ao Secretário do Conselho de Segurança Nacional defendendo a possibilidade de o Brasil reivindicar território na Antártica.

O tema foi, inclusive, destaque na edição de 09/02/1956 do jornal “O Globo” que trouxe, em seu editorial, a seguinte lide: “Também temos direito à Antártica”. O expositor apresentou, então, um mapa com as frações da Antártica reivindicadas antes do Tratado:

Figura 1 – Reivindicações territoriais na Antártica antes de 1959



Fonte: Rocha Martins, Antonio Cesar da. “Tratado da Antártica: 60 anos de sua entrada em vigor”. 7º Simpósio sobre Segurança Regional Europa-América do Sul.²¹

²¹ Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/simposio-sobre-seguranca-regional-europa-america-do-sul/painel-1-brasil-alte-rocha-martins-7o-simposio-sobre-seguranca-regional-europa-america-do-sul-tratado-da-antartica-60-anos-de-sua-entrada-em-vigor.pdf/

Therefore, this Collective effort was the natural way for the Antarctic Treaty to be signed in 1959 and to come into force on June 23, 1961. In this paradigmatic episode, the speaker recalled that the criterion for participating in the conference that gave rise to the Treaty was to carry out significant research on that continent during the international geophysical year. Twelve countries fit this criterion and, therefore, were the original signatories.

As for Brazil, the country did not take part in research in Antarctica during the time frame established as a reference, so it was not invited to participate in the conference. The Ministry of Foreign Affairs presented protests, however, without success in their claim. It is interesting to note that, according to the panellist, shortly before, on 03/23/1955, the Brazilian Army General Staff sent a study to the Secretary of the National Security Council defending the possibility of Brazil claiming territory in Antarctica.

The theme was even highlighted in the 02/09/1956 edition of the newspaper “O Globo” which brought, in its editorial, the following lead: “We also have the right to Antarctica”. The exhibitor then presented a map with the fractions of Antarctica claimed before the Treaty:

Figure 1 - Territorial claims in Antarctica before 1959



Source: Rocha Martins, Antonio Cesar da. “Antarctica Treaty: 60th anniversary of its entry into force”. 7th Europe-South America Regional Security Symposium.²²

²² Available at: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/simposio-sobre-seguranca-regional-europa-america-do-sul/painel-1-brasil-alte-rocha-martins-7o-simposio-sobre-seguranca-regional-europa-america-do-sul-tratado-da-antartica-60-anos-de-sua-entrada-em-vigor.pdf/

Foi nesse contexto que o painelista destacou as contribuições da professora Therezinha de Castro (geógrafa do IBGE e professora na Escola Superior de Guerra) e de Carlos Delgado de Carvalho (professor do Colégio Pedro II e do Instituto Rio Branco) que se notabilizaram, sobremaneira, nos anos 1950, pela publicização e defesa da Teoria da Defrontação.

Tal constructo intelectual, em linhas gerais, argumentava que a Antártica deveria ser dividida tendo como referência a projeção dos meridianos extremos dos territórios dos países do hemisfério sul²³.

Voltando às tratativas concernentes ao Tratado, o Contra-Almirante Rocha Martins explicou que o mesmo permaneceu aberto à adesão de novos membros e, atualmente, 29 países, dentre os quais o Brasil, fazem jus ao status de partes consultivas, ou seja, são Países que desenvolvem significativa atividade científica na Antártica e que, por essa razão, têm direito de participar plena e ativamente das decisões sobre o futuro do Continente durante as Reuniões Consultivas do Tratado. Em outras palavras, estes países integram um exclusivo grupo que detém prerrogativa de voz e voto sobre o destino daquela regulamentação, que estabeleceu o uso do Continente para pesquisa e fins pacíficos e congelou reivindicações territoriais²⁴.

Sobre o caminho percorrido pelo Brasil rumo ao reconhecimento como tal, salientou a importância decisiva do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), criado em janeiro de 1982. Nesse mesmo ano, complementou o Almirante Rocha Martins, iniciaram-se as ações do País no Sexto Continente, com a realização da primeira Operação Antártica (OPERANTAR I). Tais esforços foram reconhecidos com a elevação do Brasil, em 1983, à categoria de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, denotando, pois, o papel da ciência como inegável instrumento de poder.

A ratificação do papel protagonista brasileiro viria pouco depois, em 1984, quando foi montada a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), na Península Keller, dentro da Baía do Almirantado. Desde então, a Bandeira Nacional nunca deixou de ser içada no Continente Antártico, mesmo ante reveses aparentemente incontornáveis, como o incêndio ocorrido em 2012, que destruiu a maior parte da Estação.

²³ Amparado nesta perspectiva teórica, o Brasil teria respaldo para reivindicar o setor da Antártida situado entre os meridianos do Arroio Chuí e da Ilha Martim Vaz.

²⁴ Ainda sobre os antecedentes que credenciaram o Brasil a ocupar tal posição no Tratado da Antártica, o painelista citou as contribuições de nomes como do médico e jornalista Durval Rosa Borges, primeiro brasileiro a chegar na Antártica, em 1958 (Estação McMurdo - EUA); do meteorologista Rubens Junqueira Villela, primeiro brasileiro a atingir o Polo Sul, em 17 de novembro de 1961 e, também; dos primeiros militares brasileiros na Antártica: CC Sálvio Augusto de Oliveira Martins (1963-1964); CC Mario Edelman (1964-1965); CC José Henrique França Gomes (1966-1967), integrando expedições chilenas, e CC Luiz Antônio de Carvalho Ferraz (1975-1976), integrando expedição britânica.

It was in this context that the panellist highlighted the contributions of Professor Therezinha de Castro (geographer at IBGE - Brazilian Institute of Geography and Statistics - and professor at the Brazilian War College) and Carlos Delgado de Carvalho (professor at Pedro II Public School and Rio Branco Institute) in the 1950s, for publicizing and defending the Theory of Confrontation.

This intellectual construct, in general terms, argued that Antarctica should be divided with reference to the projection of the extreme meridians of the territories of the countries of the southern hemisphere²⁵.

Returning to the negotiations concerning the Treaty, Rear Admiral Rocha Martins explained that it remained that it remained open to the admission of new members and, currently, 29 countries, including Brazil, are entitled to the status of consultative parties, i.e., countries who carry out significant scientific activity in Antarctica and who, for that reason, are entitled to participate fully and actively in decisions on the future of the Continent during the Consultative Meetings of the Treaty. In other words, these countries are part of an exclusive group that has the prerogative of voice and vote on the fate of that regulation, which established the use of the Continent for research and peaceful purposes and suspended territorial claims²⁶.

Regarding Brazil's path towards being recognized as such, he highlighted the decisive importance of the Brazilian Antarctic Program (PROANTAR), created in January 1982. That same year, according to Admiral Rocha Martins, the country's efforts in the Sixth Continent were launched, with the completion of the first Antarctic Operation (OPERANTAR I). Such efforts were recognized with the elevation of Brazil, in 1983, to the category of Advisory Member of the Antarctic Treaty, thus denoting the role of science as an undeniable instrument of power.

*The ratification of Brazil's leading role would come shortly after, in 1984, when **the Comandante Ferraz Antarctic Station** (EACF, acronym in Portuguese) was set up on the Keller Peninsula, inside the Admiralty Bay. Since then, the Brazilian Flag has been hoisted on the Antarctic Continent, even in the face of seemingly unavoidable setbacks, such as the fire in 2012, which destroyed most of the Station.*

²⁵ Supported by this theoretical perspective, Brazil would have the support to claim the sector of Antarctica located between the meridians of Arroio Chuí and Martim Vaz Island.

²⁶ Still on the background that accredited Brazil to occupy such a position in the Antarctic Treaty, the panellist cited the contributions of names such as doctor and journalist Durval Rosa Borges, the first Brazilian to arrive in Antarctica, in 1958 (McMurdo Station - USA); the meteorologist Rubens Junqueira Villela, the first Brazilian to reach the South Pole, on November 17, 1961, and also; of the first Brazilian soldiers in Antarctica: LCDR Sálvio Augusto de Oliveira Martins (1963-1964); LCDR Mario Edelman (1964-1965); LCDR José Henrique França Gomes (1966-1967), integrating Chilean expeditions, and LCDR Luiz Antônio de Carvalho Ferraz (1975-1976), integrating British expedition.

Um novo capítulo foi, então, escrito na história antártica brasileira com a nova EACF, reinaugurada no dia 15 de janeiro de 2020. Com uma área construída de aproximadamente 4.500 m² (a anterior contava com 2.500 m²) a EACF conta, dentre outras instalações, com 14 unidades laboratoriais e 3 módulos isolados projetados para atender às múltiplas demandas oriundas das atividades científicas do mais alto nível, desenvolvidas no âmbito do PROANTAR. Outro aspecto lembrado pelo expositor foi a inclusão da Antártica como parte do Entorno Estratégico brasileiro, fato que ocorreu no mais alto nível decisório com a atualização da Política Nacional de Defesa (PND), aprovada em 25 de setembro de 2013, por meio do Decreto Legislativo nº 373. Assim, tal qual a América do Sul, o Atlântico Sul e a costa ocidental da África, a Antártica somou-se ao conjunto espacial considerado vital para a consecução dos interesses nacionais.

Retomando suas observações referentes ao complexo diplomático-jurídico construído ao longo de seis décadas, ao Tratado da Antártica - prossegue o painalista - se seguiu uma série de outros documentos relevantes que, juntos, compõem o Sistema do Tratado Antártico (STA). São eles: Convenção para a Conservação das Focas Antárticas (Londres, 1972); Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (Canberra, 1980); Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente (Madri, 1991), além das Recomendações adotadas nas Reuniões das Partes Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM). Houve, igualmente, esforços iniciados para a celebração de uma Convenção para a Regulamentação da Exploração de Recursos Minerais Antárticos (Wellington, 1988), contudo, sem alcançar êxito, dado o entendimento prevalecente à época de que não era conveniente abrir debate sobre o tema.

Quanto à possibilidade de revisão do STA em 2048, o Almirante Rocha Martins esclareceu que há confusão em torno do assunto, uma vez que mudanças no texto sempre foram possíveis.

No entanto, no Protocolo de Madri, assinado em 1991, mas em vigor desde 1998, inseriu-se um dispositivo que permite que depois de 50 anos de sua entrada em vigor, ou seja, em 2048, o STA já não mais necessite da anuência unânime das partes para ser alterado, como ocorre hoje, mas de maioria qualificada de $\frac{3}{4}$ dos membros consultivos, o que flexibilizaria as amarras jurídicas vigentes.

Caminhando para o desfecho de sua apresentação, Rocha Martins ratificou que, no Brasil, o entendimento corrente é o de que a exploração da Antártica deve continuar somente para fins de pesquisa científica, de forma a garantir a preservação de seu meio ambiente único e sua manutenção como patrimônio da humanidade.

A new chapter was then written in Brazilian Antarctic history with the new EACF, reopened on January 15, 2020. With a built area of approximately 4,500 m² (the previous one had 2,500 m²) the EACF has, among other facilities, 14 laboratory units and 3 isolated modules designed to meet the multiple demands arising from state-of-the-art scientific activities, developed within the scope of PROANTAR. Another aspect mentioned by the speaker was the inclusion of Antarctica as part of the Brazilian Strategic Environment, a fact that occurred at the highest decision-making level with the update of the Brazilian Defence Policy (PND, acronym in Portuguese), approved on September 25, 2013, through Legislative Decree no. 373. Thus, like South America, the South Atlantic and the west coast of Africa, Antarctica was added to the spatial set considered vital for the achievement of national interests.

Resuming his observations regarding the diplomatic-legal complex built throughout six decades, the Antarctic Treaty - the panellist continues - was followed by a series of other relevant documents that, together, make up the Antarctic Treaty System (ATS). They are Convention for the Conservation of Antarctic Seals (London, 1972); Commission for the Conservation of Antarctic Marine Living Resources (Canberra, 1980); ProtoCol on Environmental Protection to the Antarctic Treaty (Madrid, 1991), in addition to the Recommendations adopted at the Antarctic Treaty Consultative Meetings (ATCM). Efforts were also made to conclude a Convention on the Regulation of Antarctic Mineral Resource Activities (Wellington, 1988), however, without success, given the prevailing understanding at the time that it was not convenient to open a debate on the subject.

As for the possibility of revising the ATS in 2048, Admiral Rocha Martins clarified that there is confusion around the subject, since changes in the text were always possible.

However, in the Madrid ProtoCol, signed in 1991, but in force since 1998, a provision was included that determines that after 50 years of its entry into force, i.e., in 2048, the ATS no longer needs unanimous consent of the parties to be amended, as is the case today, but a qualified majority of 3/4 of the advisory members, which would make the legal constraints in force more flexible.

Moving towards the end of his presentation, Rocha Martins confirmed that, in Brazil, the current understanding is that the exploration of Antarctica should continue solely for scientific research purposes, to ensure the preservation of its unique environment and its maintenance as a heritage of humanity.

Entretanto, admoestou que, por todos os motivos apresentados, a Antártica é um continente que desperta cobiça e, igualmente, enfrenta grandes desafios, como a questão do aquecimento global. Nesse sentido, relatou as correlações existentes entre as mudanças climáticas na Antártica e variações na incidência das frentes frias que, de lá, chegam à América do Sul evidenciando, destarte, complexas relações de interdependência que precisam ser compreendidas em seu espectro mais amplo.

Chamou a atenção, também, para possíveis externalidades decorrentes de outras fontes de pressão como a redução na capacidade de captura e retenção de CO₂ da atmosfera; o crescimento exponencial do turismo; a incapacidade de fiscalizar a atividade pesqueira comercial; a disputa por recursos estratégicos (petróleo, gás, água) e; a

bioprospecção e o compartilhamento de conhecimento - tema este objeto de deliberação na última Reunião Consultiva do Tratado da Antártica, realizada na França, em junho de 2021.

Ademais, lembrou que a pandemia de COVID-19 foi um fator agravante como constatado, por exemplo, em relato de casos notificados em pelo menos uma embarcação turística.

Não obstante os multifacetados desafios contemporâneos, ressaltou os avanços alcançados por meio de arranjos cooperativos e, também, os potenciais ganhos que se delineiam por meio da promoção de ações coletivas. Exemplificou citando os trabalhos técnico-científicos coordenados pelos países-membros da Reunião dos Administradores dos Programas Antárticos Latino-Americanos (RAPAL), pelo *Scientific Committee on Antarctic Research* (SCAR) - que é o mais importante conselho científico da Antártica - e por outros fóruns e comitês de pesquisa que, exitosamente, vêm permitindo trocas de experiência entre os diversos programas antárticos.

Um desafio e, ao mesmo tempo, oportunidade para alçar a cooperação é a premente necessidade de criação de áreas marinhas protegidas, consideradas vitais para a preservação da biodiversidade antártica. Nessa direção, duas propostas já foram aprovadas - Ilhas Orkney do Sul (2009) e Mar de Ross (2016) - entretanto, por resistência de Rússia e China, três outras não avançaram: Antártica Oriental (2012); Mar de Weddell (2016) e Península Antártica (2017), como ilustrado pelo painalista ao projetar o seguinte mapa:

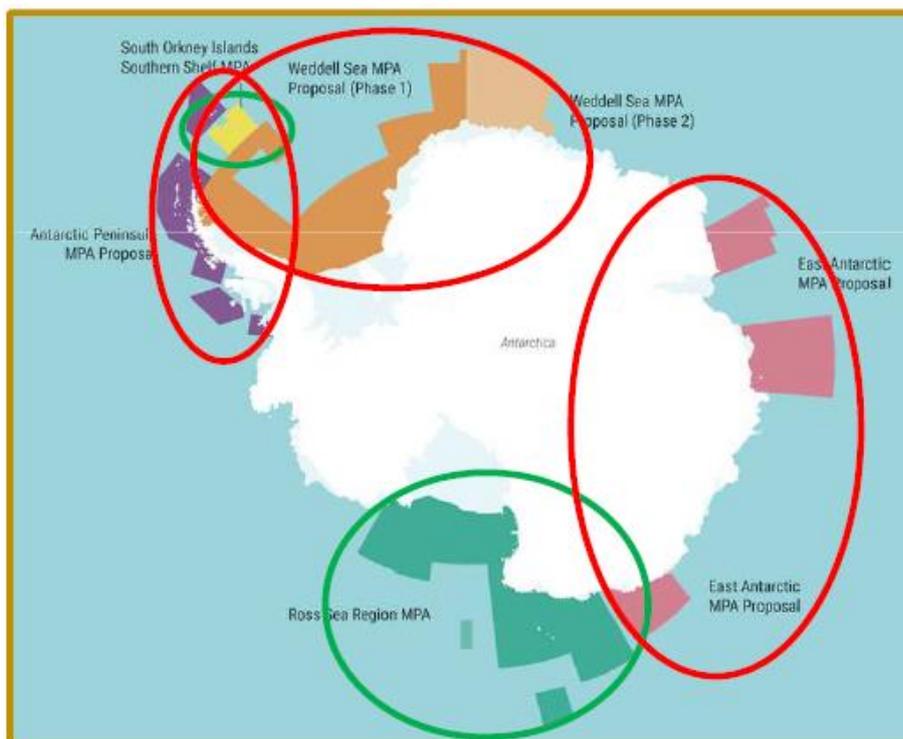
However, he warned that, for all the reasons presented, Antarctica is a continent that arouses greed and faces great challenges, such as the issue of global warming. In this sense, he reported the existing correlations between climate change in Antarctica and variations in the incidence of Cold fronts that, from there, reach South America, thus demonstrating complex interdependence relationships that need to be understood in their broader spectrum.

He also drew attention to possible externalities arising from other sources of pressure, such as the reduction in the capacity to capture and retain CO₂ from the atmosphere; the exponential growth of tourism; the inability to oversee commercial fishing activities; the dispute for strategic resources (oil, gas, water) and; bioprospecting and knowledge sharing – a subject that was debated at the last Antarctic Treaty Consultative Meeting, held in France, in June 2021. In addition, he recalled that the COVID-19 pandemic was an aggravating factor as verified, for example, in a report of cases described on at least one tourist vessel.

Notwithstanding the multifaceted contemporary challenges, he highlighted the advances achieved through cooperative arrangements and also the potential gains that are outlined through the promotion of Collective actions. He cited as examples the technical-scientific works coordinated by the member countries of the Meeting of Latin American Antarctic Programs Administrators (RAPAL, acronym in Portuguese), by the Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR) - which is the most important scientific council in Antarctica - and by other and research committees that have successfully enabled exchanges of experience between the various Antarctic programs.

A challenge and, at the same time, an opportunity to increase cooperation is the pressing need to create marine protected areas, considered vital for the preservation of Antarctic biodiversity. In this direction, two proposals have already been approved - South Orkney Islands (2009) and Ross Sea (2016) - however, due to Russian and Chinese resistance, three others have not advanced: East Antarctica (2012); Weddell Sea (2016), and Antarctic Peninsula (2017), as illustrated by the panellist when designing the following map:

Mapa 1 – Áreas Marinhas Protegidas na Antártica



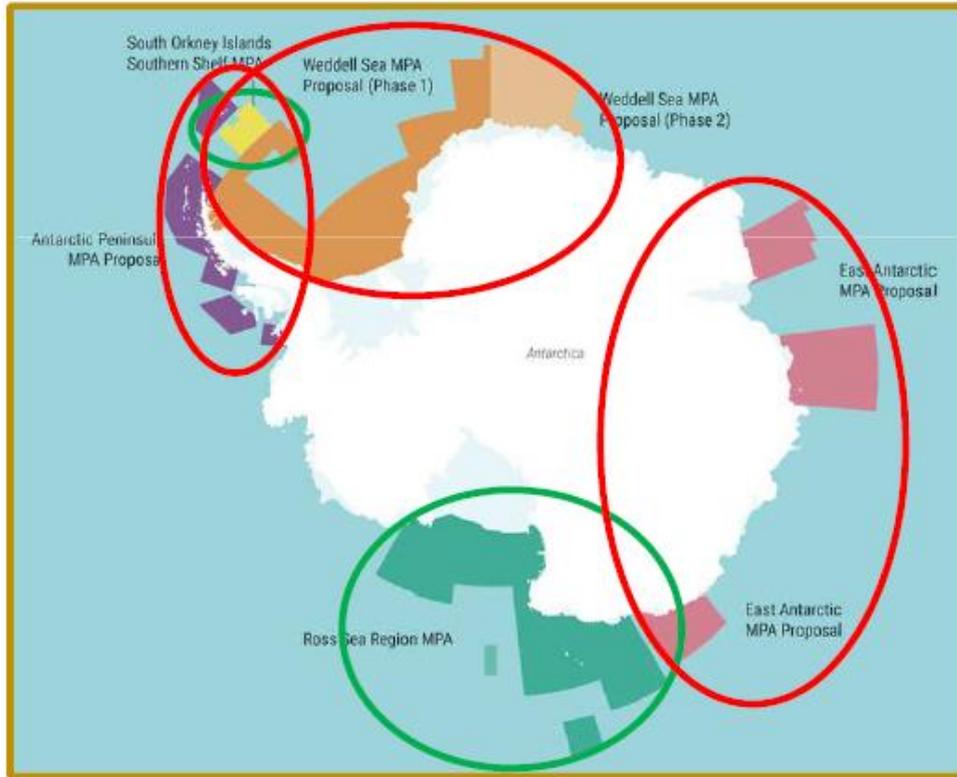
Fonte: Rocha Martins, Antonio Cesar da. “Tratado da Antártica: 60 anos de sua entrada em vigor”. 7º Simpósio sobre Segurança Regional Europa-América do Sul.²⁷

O Contra-Almirante Rocha Martins finalizou sua exposição exaltando que, passados 60 anos desde sua entrada em vigor, o Tratado da Antártica continua sendo o firme baluarte fundador que sustenta o STA, em sua percepção um complexo jurídico-diplomático que deu contornos a um regime cooperativo com características únicas e que pode ser sintetizado em duas palavras: resiliência e eficiência.

Devolvida a palavra à mediadora, a **Professora Ana Flávia Barros-Platiau** agradeceu ao painalista pela brilhante exposição sobre a importância geopolítica da Antártica e a política brasileira para o Continente. Ato contínuo, reproduziu pergunta feita pela assistência em que se questionou se a substantiva expansão de pesqueiros chineses pelo Atlântico poderia causar algum dano significativo à biodiversidade da Antártica. Em resposta, o painalista argumentou que, infelizmente, a pesca ilegal - não declarada e não regulamentada - não é realizada apenas por chineses, é um problema mundial. Trata-se de um tema que, obviamente, preocupa ao Brasil que, por sua vez, vem envidando esforços para combater esta prática ilegal.

²⁷ Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/simpósio-sobre-seguranca-regional-europa-america-do-sul/painel-1-brasil-alte-rocha-martins-7o-simpósio-sobre-seguranca-regional-europa-america-do-sul-tratado-da-antartica-60-anos-de-sua-entrada-em-vigor.pdf/

Map 1 - Marine Protected Areas in Antarctica



Source: Rocha Martins, Antônio Cesar da. “Antarctica Treaty: 60th anniversary of its entry into force”. 7th Europe-South America Regional Security Symposium.²⁸

Rear Admiral Rocha Martins ended his presentation by commending that, 60 years after its entry into force, the Antarctic Treaty continues to be the firm founding bulwark that sustains the ATS. In his perception, it is a legal-diplomatic complex that gave shape to a cooperative regime with unique characteristics that can be summarized in two words: resilience and efficiency.

Once the floor was returned to the mediator, **Professor Ana Flávia Barros-Platiau** thanked the panellist for his brilliant presentation on the geopolitical importance of Antarctica and Brazilian policy for the Continent. Subsequently, she reproduced a question raised by the audience on whether the substantial expansion of Chinese fisheries across the Atlantic could cause any significant damage to the biodiversity of Antarctica. In response, the panelist argued that, unfortunately, illegal fishing – unreported – and unregulated - is not just carried out by Chinese, it is a worldwide problem. This is an issue that obviously concerns Brazil, which, in turn, has been making efforts to combat this illegal practice.

²⁸ Available (in Portuguese) at: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/simposio-sobre-seguranca-regional-europa-america-do-sul/painel-1-brasil-alte-rocha-martins-7o-simposio-sobre-seguranca-regional-europa-america-do-sul-tratado-da-antartica-60-anos-de-sua-entrada-em-vigor.pdf/

Sobre repercussões na Antártica, explicou que, atualmente, há cotas de pesca estabelecidas para a região, acordadas por consenso pelos membros consultivos do Tratado da Antártica. O problema é que a capacidade de fiscalização é muito limitada e há relatos de que a pesca ilegal tem sido fato recorrente, sendo, pois, necessário reprimir toda a cadeia que alimenta esta prática, da pesca ao consumidor final.

Complementarmente, a mediadora ratificou os efeitos deletérios da sobrepesca (retirada acima das quotas estabelecidas) e de outras atividades extrativistas sobre a fauna e flora, como a mineração nos fundos marinhos, cuja proposta de um código regulatório encontra-se em discussão no âmbito da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (*International Seabed Authority - ISA*). Na sequência, destacou o papel desempenhado pelas Forças Armadas na promoção da ciência brasileira ao viabilizar o acesso de pesquisadores à Antártica.

Ademais, salientou em seu comentário o efeito de ações propositivas como a iniciativa da Fundação Alexandre de Gusmão que realizou, em 22 e 23 de novembro de 2021, seminário para celebrar os 40 anos de pesquisa científica brasileira na Antártica. O evento contou com a participação do Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Meio Ambiente, Universidade de Brasília, Escola Superior de Guerra, Escola Superior de Defesa, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dentre outras instituições, demonstrando, dessa forma, a vitalidade do pensamento nacional sobre o tema 'Antártica'.

Por fim, quando interpelado pelo diretor do Departamento da Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Defesa (DETIC), Contra-Almirante Jeferson Denis Cruz de Medeiros, sobre a importância da construção de uma mentalidade marítima nacional, Rocha Martins ressaltou a grande contribuição aportada ao país pela Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM). Destacou ser a CIRM um verdadeiro patrimônio institucional do Brasil: um colegiado que reúne 15 Ministérios - mais o Comando da Marinha, que atua como Autoridade Marítima Brasileira - e que, dentre outras atribuições, gerencia o Programa Antártico Brasileiro.

Agradecendo a audiência, a mediadora declarou encerrado o painel "Tratado da Antártica: 60 anos de sua entrada em vigor" e passou a palavra, respectivamente, à senhora Anja Czymmeck, Diretora da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, e ao General de Divisão Edson Skora Rosty, Diretor do Departamento de Ensino do Ministério da Defesa, para o encerramento dos trabalhos do primeiro dia do Simpósio.

On repercussions in Antarctica, he explained that, currently, there are fishing quotas established for the region, agreed by consensus by the advisory members of the Antarctic Treaty. The problem is that the inspection capacity is very limited and there are reports that illegal fishing has been a recurrent fact. Therefore, it is necessary to repress the entire chain that feeds this practice, from fishing to the final consumer.

In addition, the mediator ratified the deleterious effects of overfishing (fishing above the established quotas) and other extractive activities on fauna and flora, such as mining on the seabed, whose proposal for a regulatory code is under discussion within the International Seabed Authority (ISA). He then highlighted the role played by the Armed Forces in promoting Brazilian science by enabling researchers to have access to Antarctica.

Furthermore, he highlighted the effect of propositional actions such as the initiative of the Alexandre de Gusmão Foundation, which held, on November 22 and 23, 2021, a seminar to celebrate 40 years of Brazilian scientific research in Antarctica. The event was attended by the Ministry of Defence, Ministry of Foreign Affairs, Ministry of the Environment, University of Brasilia, Brazilian War College, Defence College, Federal University of Minas Gerais, Federal University of Rio Grande do Sul, among other institutions, thus demonstrating the vitality of the nation's approach to the Antarctica theme.

Finally, when asked by the director of the Department of Information and Communication Technology of the Ministry of Defence (DETIC), Rear Admiral Jeferson Denis Cruz de Medeiros, about the importance of building a national maritime mentality, Rocha Martins highlighted the great contribution made to the country by the Inter-ministerial Commission for Sea Resources (CIRM, acronym in Portuguese). He highlighted that the CIRM is a true institutional heritage of Brazil: a Collegiate that brings together 15 Ministries plus the Brazilian Navy Command, which acts as the Brazilian Maritime Authority and which, among other attributions, manages the Brazilian Antarctic Program.

Thanking the audience, the mediator declared the panel "Antarctica Treaty: 60th anniversary of its entry into force" closed and gave the floor to Ms. Anja Czymmeck, Director of the Konrad Adenauer Foundation in Brazil, and to Lieutenant General Edson Skora Rosty, Director of the Education Department of the Ministry of Defence, to close the first day of the Symposium.

3. Considerações Finais dos Relatores

O painel nos brindou com um breve relato dos resultados de uma jornada que já dura 60 anos e que, em síntese, entre avanços e reveses, materializou-se, com notável sucesso, no constructo epistemológico definido pela literatura especializada como sendo um Regime Internacional Clássico²⁹: conjunto de princípios normativos e procedimentos de tomada de decisões que demanda a convergência de duas variáveis. De um lado, a existência de regras explícitas, devidamente referenciadas (alta formalidade) e, de outro, o acatamento consistente a elas por parte dos atores envolvidos (alta convergência de expectativas).

Tal convergência pode ser observada (i) pela quantidade de violações claras ao regimento existente, que devem ser escassos; (ii) pelo fato de que, em caso de eventuais violações, os devidos protestos são formulados em referência ao regimento existente; e (iii) pelo reconhecimento, por parte dos violadores, das regras e normas constantes nesses instrumentos. Essencialmente, assim tem sido o Sistema do Tratado Antártico (STA).

Logo, nesse sentido, como demonstraram os dois painelistas, o STA tem-se mostrado exitoso por conseguir manter a paz na região antártica, além de fomentar a cooperação e facilitar a pesquisa científica internacional no Sexto Continente. Seus logros também se refletem na construção de arranjos concertados para a gestão ambiental dos recursos vivos e não vivos da Antártica, principalmente, em decorrência do emblemático Protocolo de Madri. Dessa assertiva, destacamos um ponto correlato de ímpar relevância. Além dos doze membros originais que assinaram o Tratado da Antártica, um dos pilares jurídico diplomáticos do STA, outros Estados que a ele aderiram³⁰, dentre os quais, o Brasil, foram reconhecidos como Partes Consultivas, o que somente é possível pela comprovada, contínua e substancial atividade científica na região.

Essa constatação denota o papel da ciência como lúdimo instrumento de poder e ferramenta indispensável para a projeção dos interesses nacionais em uma arena decisória complexa que, ademais de buscar a acomodação de consensos, tem, também, de gerenciar conflitos e divergências. Sobretudo, no caso em questão, uma vez que, em 2048, o STA poderá passar por mudanças estruturais substantivas com repercussões em um dos últimos domínios públicos internacionais.

²⁹ LEVY, Marc A.; YOUNG, Oran R.; ZÜRN, Michael. The Study of International Regimes. **European Journal of International Relations**, SAGE, London, Thousand Oaks and New Delhi, vol 1(3), p. 267-330, set. 1995.

³⁰ Um Estado pode fazer parte de um tratado, caso este abra tal possibilidade, por meio da adesão que é uma forma de expressão definitiva do consentimento do Estado em relação ao tratado internacional do qual, originalmente, não faz parte.

3. Final Considerations of the Rapporteurs

The panel provided us with a brief account of the results of a journey that has lasted 60 years and which, in short, between advances and setbacks, materialized, with remarkable

Thanking the audience, the mediator declared the panel “Antarctica Treaty: 60th anniversary of its entry into force” closed and gave the floor to Ms. Anja Czymmeck, Director of the Konrad Adenauer Foundation in Brazil, and to Lieutenant General Edson Skora Rosty,

success, in the epistemological construct defined by the specialized literature as a Classical International Regime³¹: a set of normative principles and decision-making procedures that require the convergence of two variables. On the one hand, the existence of explicit rules, duly referenced (high formality) and, on the other hand, the consistent compliance with them by the actors involved (high convergence of expectations).

Such convergence can be observed (i) by the number of clear violations of the existing rules, which should be few; (ii) by the fact that, in case of eventual violations, the due grievances are formulated in reference to the existing rules; and (iii) due to the recognition, on the part of the violators, of the rules and norms contained in these instruments. Essentially, this has been the Antarctic Treaty System (ATS).

Therefore, in this sense, as the two panellists demonstrated, the ATS has been successful in maintaining peace in the Antarctic region, in addition to fostering cooperation and facilitating international scientific research on the Sixth Continent. Its achievements are also reflected in the construction of concerted arrangements for the environmental management of living and non-living resources in Antarctica, mainly as a result of the emblematic Madrid Protocol. Based on this affirmation, we highlight a related point of unique relevance. In addition to the twelve original members who signed the Antarctic Treaty, one of the legal and diplomatic pillars of the ATS, other States that joined it³², including Brazil, were recognized as Consultative Parties, which is only possible due to proven, continuous, and substantial scientific activity in the region.

This finding denotes the role of science as a legitimate instrument of power and an indispensable tool for the projection of national interests in a complex decisive arena which, besides questioning the accommodation of consensus, also has to manage conflicts and divergencies. Above all, the present question, since, in 2048, the ATS may undergo substantive structural changes with repercussions in one of the last international public domains.

³¹ LEVY, Marc A.; YOUNG, Oran R.; ZÜRN, Michael. *The Study of International Regimes*. **European Journal of International Relations**, SAGE, London, Thousand Oaks and New Delhi, vol 1(3), p. 267-330, Sept. 1995.

³² A State may be party to a treaty, if the treaty opens up such a possibility, through accession, which is a form of definitive expression of the State's consent to the international treaty to which it is not originally a party.



PAINEL 2

PANEL 2

OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU: POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO EUROPA-AMÉRICA DO SUL *UN PEACE OPERATIONS: POSSIBILITIES FOR EUROPE-SOUTH AMERICA COOPERATION*

Relatores:
Rapporteurs:

Prof Dr. José Roberto Pinho de Andrade Lima (Cel Vet EB)
Prof. José Roberto Pinho de Andrade Lima (Colonel)

Prof Dr. Ivan Carlos Soares de Oliveira (Cel R/1 EB)
Prof. Ivan Carlos Soares de Oliveira (Colonel, Retd.)

PAINEL 2

Operações de Paz da ONU: Possibilidades de Cooperação Europa-América do Sul

Relatores³³

Prof Dr. José Roberto Pinho de Andrade Lima (Cel Vet EB)³⁴

Prof Dr. Ivan Carlos Soares de Oliveira (Cel R/1 EB)³⁵

1. Contextualização Temática

As Operações de Manutenção da Paz (OMP) são uma importante ferramenta da comunidade internacional para contribuir com a estabilidade regional, com a proteção dos direitos humanos e com a segurança global. Nas últimas décadas, diversas crises associadas a estados fragilizados eclodiram, provocando guerras civis, conflitos étnicos, migrações em massa, etc.

A Europa e a América do Sul têm uma participação destacada desde as primeiras Missões de Paz da ONU. Grandes missões da ONU, em especial no continente africano, contam hoje com tropas, observadores e equipes especializadas destas regiões. A complexidade crescente das Missões de Paz exige cada vez mais expertise, e recursos humanos altamente qualificados. As Operações de Manutenção da Paz permitem a proteção dos civis das áreas de conflito, e contribuem – concretamente – com a segurança internacional e a ajuda humanitária. Um ganho paralelo para o setor da defesa é a oportunidade de adestramento dos quadros das Forças Armadas, e a experimentação doutrinária e de equipamentos.

³³ As ideias e pontos de vista deste texto são de natureza exclusivamente acadêmica e expressam o pensamento de seus autores, não representando necessariamente posições oficiais de qualquer órgão ou entidade do governo brasileiro.

³⁴ Realizou pós-doutorado em Saúde Global e Ambiental - concentração em Saúde Única, na University of Florida - Gainesville/EUA (2015-2016). Possui doutorado em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na área de Epidemiologia (2012), Mestrado em Ciências Veterinárias (ênfase em Epidemiologia) pela Université de Montreal - Canadá (2001), e Graduação em Medicina Veterinária pela UFBA (1995). Coronel Veterinário do Exército Brasileiro, atualmente é professor / pesquisador na Escola Superior de Defesa (ESD). E-mail: jose.roberto@defesa.gov.br

³⁵ É graduado em Ciências Militares (área de atuação Engenharia Militar) pela Academia Militar das Agulhas Negras (1988); Possui Mestrado em Geologia, área de concentração Análise Ambiental, pela Universidade de Brasília (2006); e Doutorado em Ciências Militares, área de concentração Ciência e Tecnologia, pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (2010). Coronel do Exército Brasileiro na reserva, atualmente é professor na Escola Superior de Defesa). E-mail: ivan.oliveira@defesa.gov.br

PANEL 2

UN Peace Operations: Possibilities for Europe-South America Cooperation

Rapporteurs³⁶

Prof.Dr. José Roberto P. de Andrade Lima (Colonel)³⁷

Prof.Dr. Ivan Carlos Soares de Oliveira (Colonel, Retd)³⁸

1. Context on the Issue

Peacekeeping Operations (PKO) are an important tool for the international community to contribute to regional stability, the protection of human rights and global security. In recent decades, several crises associated with fragile states have erupted, causing civil wars, ethnic conflicts, mass migrations, etc.

Europe and South America have played a prominent role since the first UN Peacekeeping Missions. Large-scale UN missions, especially on the African continent, currently have troops, observers, and specialized teams from these regions. The increasing complexity of Peacekeeping Missions requires more and more expertise and highly qualified human resources. Peacekeeping Operations allow the protection of civilians in conflict areas and contribute – concretely – to international security and humanitarian aid. A parallel gain for the Defence sector is the opportunity to train Armed Forces personnel, validate tactics and procedures, and experiment with equipment.

³⁶ *The ideas and points of view in this text are exclusively academic in nature and express the thoughts of their authors, not necessarily representing official positions of any agency or entity of the Brazilian government.*

³⁷ *Postdoctoral degree in Global and Environmental Health - concentration in One Health, at the University of Florida - Gainesville/USA (2015-2016). He holds a PhD in Public Health from the Instituto de Saúde Coletiva (ISC) of the Federal University of Bahia (UFBA), in the area of Epidemiology (2012), a Master's in veterinary science (emphasis in Epidemiology) from the Université de Montreal - Canada (2001), and Degree in Veterinary Medicine from UFBA (1995). Colonel (Veterinarian) of the Brazilian Army, he is currently a professor/researcher at the Brazilian Defence College (ESD). E-mail: jose.roberto@defesa.gov.br*

³⁸ *Degree in Military Sciences (Military Engineering, area of expertise) from the Agulhas Negras Military Academy (1988); Holds a Master's degree in Geology, concentration area Environmental Analysis, from the University of Brasília (2006); and PhD in Military Sciences, Science and Technology concentration area, from the Brazilian Army Command and General Staff School (2010). Colonel Ret. of the Brazilian Army, he is currently a professor at the Brazilian Defence College. E-mail: ivan.oliveira@defesa.gov.br*

Os países com protagonismo nas missões da ONU fortalecem seus interesses diplomáticos e seus compromissos com a autodeterminação dos povos e com a solução pacífica dos conflitos.

Este painel foi planejado para promover o debate sobre este tema tão atual e premente. Algumas questões foram levantadas para orientar o debate e foram remetidas aos painelistas: quais são as Operações de Manutenção da Paz que tem gerado maiores esforços, engajamentos e atenção da Europa e América do Sul? Quais as principais capacidades, desafios e limitações encontradas para responder a estas demandas? Como tem evoluído a doutrina de gerenciamento de crises aplicada? Quais estratégias conjuntas ou de atuação interagências tem acontecido? Como tem se dado a experiência de emprego conjunto de tropas da Europa e a América do Sul? Quais os principais aprendizados? Quais as perspectivas para os próximos cinco anos?

2 Painel - Operações de Paz da ONU: Possibilidades de Cooperação Europa-América do Sul

A primeira painelistas, **Professora Nina Wilén**, Diretora para o Programa África do Instituto Egmont da Bélgica, e professora na Universidade de Lund iniciou sua apresentação tratando das pesquisas recentes sobre os desafios atuais da manutenção da paz, examinando os principais resultados das pesquisas quanto à composição e eficácia das Operações de Paz. Na sequência, a palestrante focalizou suas análises na contribuição do Brasil e dos estados membros da União Europeia nas OMP, apontando possíveis colaborações entre estes atores globais.

De acordo com a Professora, os estudiosos que pesquisaram a conexão entre manutenção da paz de terceiros e violência chegaram a resultados surpreendentes.

O primeiro ponto a destacar é que as evidências científicas mostram que, apesar de sua reputação “manchada” por eventos como Ruanda, as OMP continuam sendo uma ferramenta muito eficaz para diminuir a violência e acabar com conflitos armados. Dezenas de estudos focalizaram as OMP nas últimas décadas e foram realizados com diferentes conjuntos de dados e modelos.

Mesmo examinando operações realizadas em períodos diferentes, chegaram a resultados muito semelhantes: a manutenção da paz tem um efeito estatisticamente significativo na contenção e resolução de guerras civis. As OMP reduziram a violência durante as guerras, impediram a recorrência destas, favoreceram o diálogo, ajudando os líderes envolvidos nos conflitos a negociarem acordos.

The countries that play a leading role in UN missions strengthen their diplomatic interests and their commitment to the self-determination of peoples and the peaceful solution of conflicts.

This panel was designed to promote a debate on this current and compelling topic. Some questions were raised to guide the debate and were sent to the panellists: which are the Peacekeeping Operations that have generated the greatest efforts, engagements, and attention from Europe and South America? What are the main capabilities, challenges, and limitations found to respond to these demands? How has the employment of the doctrine in crisis management evolved? What joint strategies or interagency action have been taking place? How has the experience of joint employment of troops from Europe and South America been? What are the main lessons learned? What are the prospects for the next five years?

2 Panel - UN Peace Operations: Possibilities for Europe-South America Cooperation

*The first panellist, **Professor Nina Wilén**, Director for the Africa Program at the Egmont Institute of Belgium, and professor at Lund University began her presentation by looking at recent research on the current challenges of peacekeeping, examining the main research findings regarding the composition and effectiveness of Peacekeeping Operations. Afterwards, the speaker focused her analysis on the contribution of Brazil and the member states of the European Union to the PKOs, pointing out possible Collaborations between these global actors.*

According to the Professor, scholars who have researched the connection between third-party peacekeeping and violence have come to surprising results.

The first point to highlight is that scientific evidence shows that, despite their reputation “tarnished” by events like Rwanda, PKOs remain a very effective tool for reducing violence and ending armed conflicts. Dozens of studies have focused on PKOs in the last decades and have been carried out with different data sets and models.

Even when examining operations carried out in different periods, they found very similar results: peacekeeping has a statistically significant effect on the containment and relationship between peacekeeping and reduced levels of violence is so consistent at its resolution of civil wars. PKOs reduced violence during wars, curbed their reoccurrence, favored dialogue, helping the leaders involved in the conflict to negotiate agreements.

Uma vez terminados os conflitos e guerras, as OMP ajudaram a reconstruir a confiança nas instituições nacionais e estabelecer uma paz duradoura. Como afirmaram Walter, Howard e Fortna (2021)³⁹, a relação entre manutenção da paz e níveis mais baixos de violência é tão consistente que se tornou uma das descobertas mais robustas na pesquisa de relações internacionais durante a contemporaneidade.

A razão pela qual muitas vezes não ouvimos sobre esses resultados é porque ocorre um viés de reportagem que faz a mídia não relatar essas histórias de sucesso. Também porque é difícil o pensamento contrafactual, ou seja, o que teria acontecido nestes locais de conflito se a ONU não estivesse ali? Essas descobertas são impressionantes por si só, e especialmente notáveis, dado que a ONU geralmente intervém nos casos mais difíceis. As Operações de Manutenção da Paz estão onde ocorre mais violência, onde os níveis de desconfiança são os mais elevados, onde, simplesmente, a paz é mais difícil de se estabelecer.

Um aspecto relevante a destacar é que a maioria das OMP estão em zonas de guerra, onde não há paz para ser mantida. São desdobradas na linha de frente dos conflitos, assumindo riscos consideráveis e fazem tudo isso de uma maneira notavelmente barata. Este aspecto nos leva ao segundo ponto explorado pela Professora Nina Wilén - o “trilema” atual da ONU, conforme o entendimento de Williams (2020)⁴⁰.

Paul Williams argumentou que a ONU está atualmente enfrentando um “trilema” ao tentar alcançar os três objetivos estratégicos do Conselho de Segurança para as OMP: 1) conseguir implementar um mandato amplo (maximizar o sucesso); 2) minimizando as baixas dos mantenedores da paz (minimizar o risco) e 3) reduzir custos (maximizando a relação custo-benefício).

Alcançar o primeiro dos referidos objetivos estratégicos se torna cada vez mais difícil pela complexidade característica dos locais onde atua a ONU, sempre intervindo nos casos mais difíceis e onde não há paz para ser mantida. Em adição, cada membro do Conselho de Segurança da ONU quer adicionar uma nova tarefa para as Missões Multidimensionais de Paz, tornando as missões ainda mais difíceis e sobrecarregadas.

O estudo de Oksamytna e Lundgren (2021)⁴¹ mostra a evolução das múltiplas tarefas atribuídas às OMP entre 1998 e 2014, caracterizando este fenômeno da sobre carga nos Mandatos, que autores apelidaram de “mandatos árvore de Natal” (onde se “penduram” diversos enfeites, pesos e “presentes”).

39 WALTER, B.F.; HOWARD, L.M.; FORTNA, V. P. The Astonishing Success of Peacekeeping: The UN Program Deserves More Support—and Less Scorn—From America, *Foreign Affairs*, November 29, 2021. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2021-11-29/astonishing-success-peacekeeping>

40 WILLIAMS, Paul D. The Security Council's peacekeeping trilemma. *International Affairs*, v. 96, n. 2, p. 479-499, 2020.

41 OKSAMYTNA, K.; LUNDGREN, M. Decorating the “Christmas Tree”: The UN security council and the secretariat's recommendations on peacekeeping mandates. *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*, v. 27, n. 2, p. 226-250, 2021.

Once the conflicts and wars ended, the OMP helped to rebuild independence in nations and to establish a lasting peace. As Walter, Howard and Fortna (2021) argue, a relationship between peacekeeping and lower levels of violence is so consistent that it has become one of the most robust findings in contemporary international relations research.

The reason we often don't hear about these results is because there is a reporting bias that causes the media not to report these success stories. Also, because counterfactual thinking is difficult, i.e., what would have happened in these places of conflict if the UN had not been there? These findings are already impressive on their own, and especially notable given that the UN often intervenes in the most difficult cases. Peacekeeping operations are where the most violence occurs, where levels of mistrust are the highest, where, quite simply, peace is the hardest to establish.

A relevant aspect to highlight is that most PKOs are in war zones, where there is no peace to be maintained. They are deployed on the front lines of conflict, taking considerable risks, and doing all this remarkably cheaply. This aspect leads us to the second point explored by Professor Nina Wilén - the current UN "trilemma", according to Williams (2020)⁴².

Paul Williams argued that the UN is currently facing a "trilemma" in trying to achieve the Security Council's three strategic objectives for PKOs: 1) achieving a broad mandate (maximizing success); 2) minimizing peacekeeper casualties (minimizing risk) and 3) reducing costs (maximizing cost-effectiveness).

Achieving the first of the aforementioned strategic objectives becomes increasingly difficult due to the characteristic complexity of the places where the UN operates, always intervening in the most difficult cases and where there is no peace to be maintained. In addition, each member of the UN Security Council wants to add a new task to the Multidimensional Peacekeeping Missions, making the missions even more difficult and burdensome.

The study by Oksamytna and Lundgren (2021)⁴³ shows the evolution of the multiple tasks assigned to PKOs between 1998 and 2014, characterizing this phenomenon of overload in mandates, which authors have dubbed "Christmas Tree mandates" (where various decorations, weights, and gifts are hanged).

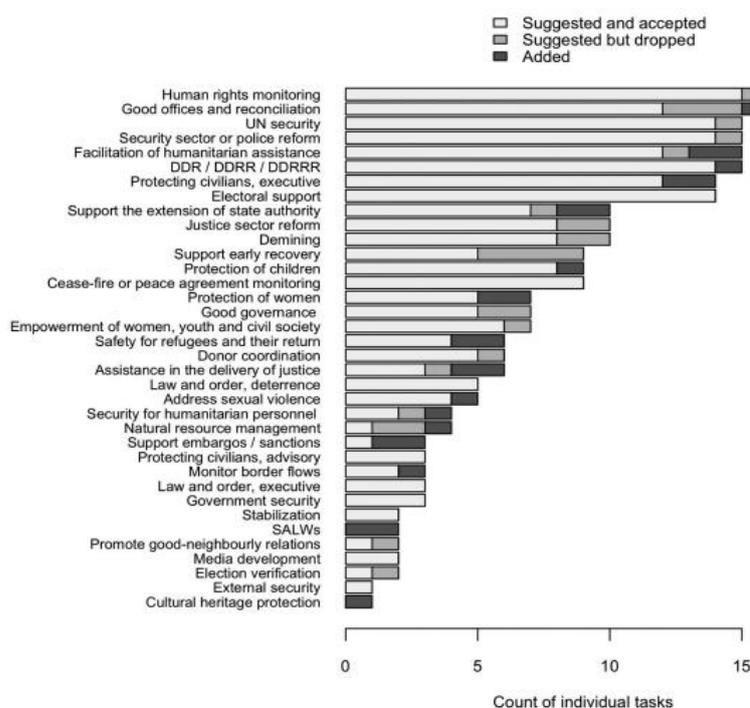
42 WILLIAMS, Paul D. The Security Council's peacekeeping trilemma. *International Affairs*, v. 96, n. 2, p. 479-499, 2020.

43 OKSAMYTNA, K.; LUNDGREN, M. Decorating the "Christmas Tree": The UN security council and the secretariat's recommendations on peacekeeping mandates. *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*, v. 27, n. 2, p. 226-250, 2021.

Na longa lista de novas tarefas, entraram missões muito diferentes como: proporcionar o empoderamento de mulheres jovens na sociedade local; proporcionar segurança para refugiados e realizar o monitoramento de acordos de paz.

Outras tarefas, bem mais arriscadas, também surgiram nos últimos anos, tais como: conduzir o desarmamento de facções rebeldes, em situações marcadas pela desconfiança geralmente presente após acordos de paz; organizar eleições em um ambiente altamente instável e proteger civis no meio de guerras. Estas tarefas devem ser operacionalizadas com restrições muito rígidas sobre quando e como os mantenedores da paz podem usar a força. A Figura 1, a seguir, elenca as múltiplas tarefas adicionadas aos mandatos das Missões de Paz da ONU, entre 1998 e 2014.

Figura 1 - Tarefas adicionadas aos mandatos das Missões de Paz da ONU, 1998 a 2014



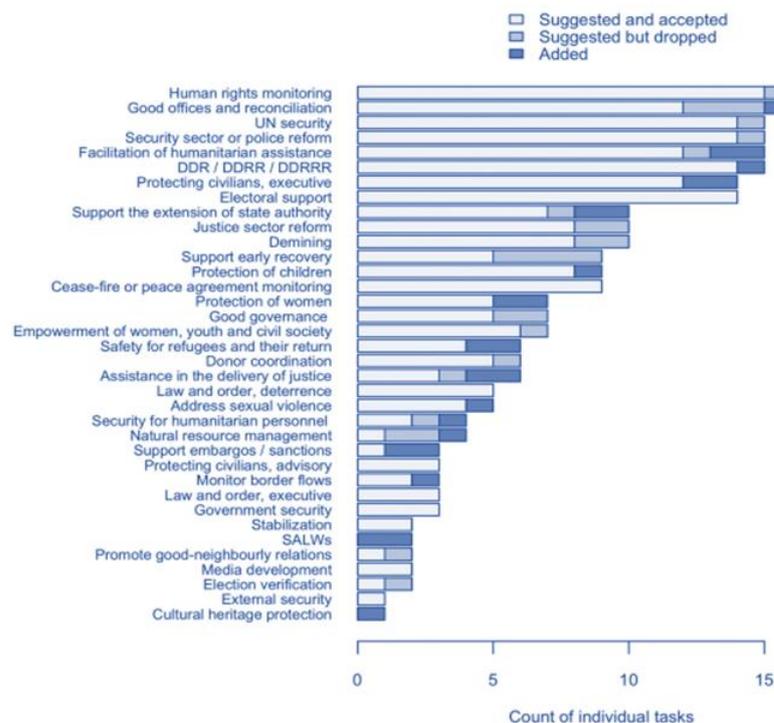
Fonte: Oksamytna e Lundgren (2021)

As tarefas adicionadas aos mandatos pelo Conselho de Segurança da ONU, por vezes, levam as forças de paz a enfrentar riscos consideráveis que estão ligados ao segundo dos objetivos estratégicos - minimizar fatalidades nas Operações de Manutenção da Paz. Como os mantenedores da paz são desdobrados em casos cada vez mais difíceis, onde muitas vezes não há paz para ser mantida, os riscos aumentaram consideravelmente. Este fenômeno foi exposto no relatório do General brasileiro Santos Cruz⁴⁴, que defendeu mais uso da força para dissuadir facções rebeldes.

44 DOS SANTOS CRUZ, C.A., WILLIAM R.P., CUSIMANO, S. Improving security of United Nations peacekeepers: We need to change the way we are doing business. UN, 2017.

In the long list of new tasks, very different missions have been included: providing the empowerment of young women in the local society; providing security for refugees and monitoring peace agreements. Other, much riskier, tasks have also emerged in recent years, such as: conducting the disarmament of rebel factions, in situations marked by the distrust usually present after peace agreements, organize elections in a highly unstable environment and protect civilians in the midst of wars. These tasks must be operationalized with very strict restrictions on when and how peacekeepers can use force. Figure 1, below, lists the multiple tasks added to the mandates of UN Peacekeeping Missions between 1998 and 2014.

Figure 1 - Tasks added to UN Peace Mission mandates between 1998 and 2014



Source: Oksamytna e Lundgren (2021)

Tasks added to mandates by the UN Security Council sometimes lead peacekeepers to face considerable risks that are linked to the second strategic objective - minimizing fatalities in Peacekeeping Operations. As peacekeepers are deployed to increasingly difficult cases where there is often no peace to keep, the stakes have increased considerably. This phenomenon was exposed in the report by Brazilian General Santos Cruz⁴⁵, who advocated V more use of force to deter rebel factions. This study follows a record number of blue helmet deaths resulting from multiple rebel attacks on UN mission facilities.

45 DOS SANTOS CRUZ, C.A., WILLIAM R.P., CUSIMANO, S. Improving security of United Nations peacekeepers: We need to change the way we are doing business. UN, 2017.

Este estudo surgiu após um número recorde de mortes de capacetes azuis decorrentes de diversos ataques de rebeldes a instalações de missões da ONU.

Este relatório iniciou um debate sobre as limitações da ferramenta de manutenção da paz da ONU como solução para todos os problemas, especialmente estando obrigada ao uso limitado da força em autodefesa e com consentimento das partes do conflito.

O documento confirmou, também, a tendência de sobrecarga e perdas nos locais onde as forças de paz não são encarregadas de neutralizar a facção rebelde. Entre 2010 e 2021, tem sido registrada muitas fatalidades nas OMP, com números que variaram entre 88 e 173 mortes por ano de capacetes azuis. Vale destacar que recentemente (7 de dezembro de 2021, véspera desta palestra) foram divulgadas as mortes de 7 mantenedores da força de paz, originários do Togo, na Missão de Paz no Mali (MINUSMA)⁴⁶.

Os dois objetivos estratégicos talvez pudessem ser alcançados se o terceiro objetivo estratégico não fosse maximizar a relação custo-benefício. Dados da ONU indicam que um “capacete azul” custou por ano cerca de 16 mil dólares no orçamento de 2014. A título de comparação, os EUA gastaram 2,1 milhões de dólares para cada soldado em missão no Afeganistão. O orçamento de manutenção da paz é muitas vezes taxado como sendo muito alto, chegando à cifra de 8,5 bilhões de dólares para desdobrar uma tropa de 400.000 capacetes azuis, em um ano. Este valor é menos de 1% dos gastos militares globais anuais, por ano. No orçamento anual das Missões de Paz o maior contribuidor é os EUA, com cerca de 28% de participação, seguido pela China (15%)⁴⁷.

Em outra comparação, os Estados Unidos já gastaram mais de 2,1 trilhões em operações de contingência no exterior e dotações do Departamento de Defesa, desde o 11 de setembro de 2001. A ONU destinou, no orçamento de 2021, menos de 1,5 bilhão para o projeto de manutenção da paz, o que equivale a cerca de 1/4 do que a cidade de Nova York gasta com o seu Departamento de Polícia, por ano. Estes números servem para dar uma ideia de quanto se pode realmente obter da manutenção da paz da ONU com um orçamento muito limitado em comparação com outros tipos de orçamentos. Portanto, tentar alcançar os três objetivos estratégicos ao mesmo tempo representa um verdadeiro “trilema”, que é o principal desafio para a ONU na atualidade. Um outro ponto relevante é a dificuldade de encontrar países que estejam dispostos a contribuir com um elevado número de Forças de Manutenção da Paz, especialmente para desdobrar tropas durante períodos mais longos.

46 Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2021/12/1107502>

47 Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/how-we-are-funded>

This report initiated a debate on the limitations of the UN peacekeeping tool as a solution to all problems, especially being obliged to use limited force in self-Defence and with the consent of the parties to the conflict.

The document also confirmed the trend of overload and losses in places where peacekeepers are not responsible for neutralizing the rebel faction. Between 2010 and 2021, many PKO fatalities have been recorded, with figures ranging between 88 and 173 deaths per year of blue helmets. It is worth noting that recently (December 7, 2021, the eve of this lecture) the deaths of 7 peacekeepers, originally from Togo, at the Peace Mission in Mali (MINUSMA) ⁴⁸ were reported.

Both strategic objectives could perhaps be achieved if the third strategic objective was not to maximize value for money. UN data indicate that a “blue helmet” cost around US\$16,000 a year in the 2014 budget. Comparatively, the US spent US\$2.1 million for each soldier on a mission in Afghanistan. The peacekeeping budget is often rated as being too high, reaching the figure of \$8.5 billion to deploy a troop of 400,000 peacekeepers in one year. This figure is less than 1% of annual global military spending per year. In the annual budget of Peacekeeping Missions, the biggest contributor is the USA, with about 28% of participation, followed by China (15%)⁴⁹.

In another comparison, the United States has spent more than \$2.1 trillion on overseas contingency operations and Department of Defence allocations since September 11, 2001. The UN has allocated less than \$1.5 billion in the 2021 budget for the peacekeeping project, which is about 1/4 of what New York City spends on its Police Department each year. These figures are intended to give you an idea of how much you can actually get from UN peacekeeping on a very limited budget compared to other types of budgets. Therefore, trying to achieve the three strategic objectives at the same time represents a true “trilemma”, which is the main challenge for the UN today. Another relevant point is the difficulty of finding countries that are willing to contribute a large number of Peacekeeping Forces, especially to deploy troops for longer periods.

⁴⁸ Available at: <https://news.un.org/en/story/2021/12/1107502>

⁴⁹ Available at: <https://peacekeeping.un.org/en/how-we-are-funded>

Para tornar as OMP viáveis, é necessário que muitos estados diferentes contribuam globalmente com o contingente de Forças de Manutenção da Paz. O número de militares desdobrados aumentou globalmente nos últimos 30 anos, de cerca de 11.000 em 1989 para 87.000 em 2021, com um pico de cerca de 107 mil soldados em 2015. Entretanto, este número está caindo drasticamente devido à pressão dos EUA e de outros estados membros para reduzir o escopo de atividade e o orçamento da ONU, mas o principal fator foi o encerramento natural de várias Missões de Manutenção da Paz pendentes, incluindo a da Libéria.

A distribuição das missões pelos continentes tem mudado ao longo do tempo. Até 2013, a Ásia e Oceania concentravam o maior efetivo de capacetes azuis em missão (mais de 140 mil). Esta concentração regional caiu drasticamente até 2015 e, desde 2013, a África Subsaariana detém a maior concentração de efetivo desdobrado dentre as 14 Missões de Paz da ONU (94 mil capacetes azuis, em 31 de dezembro de 2020)⁵⁰. A segunda maior concentração de tropas da ONU na atualidade está no Oriente Médio e Norte da África. Nesta região o Brasil teve grande protagonismo no Líbano, fornecendo o navio capitânia e grande efetivo de militares, durante o período no qual comandou a Força-Tarefa Marítima (FTM) da Missão Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

O Brasil participou de 47 missões entre 1947 e 2015, comandando algumas e sendo destaque pelo elevado número de tropas que o país desdobrou em ambiente crítico durante muito tempo. No Haiti, entre 2004 e 2017, cerca de 1.200 soldados estiveram em campo, o que representa um número muito alto. Este contingente foi elevado e chegou a mais de 2.000 quando ocorreram emergências humanitárias e desastres naturais como terremoto e furacões, totalizando uma participação de cerca de 33 mil militares e policiais na Missão da ONU de Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

Para comparação, os estados membros europeus e canadenses mobilizaram juntos cerca de 7.000 soldados de manutenção da paz durante a última década. No que foi chamado de retorno à manutenção da paz, desde 2013, vários estados europeus têm contribuído com a Missão Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Esta é também a missão para a qual a Bélgica contribuiu com mais tropas durante muitos anos, desdobrando mais de 5.000 no sul do Líbano, na região das Colinas de Golã, até 2014. Em 2008, forneceu uma fragata e comandou a Força-Tarefa Marítima⁵¹.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.sipri.org/commentary/topical-background/2021/multilateral-peace-operations-2020-developments-and-trends>

⁵¹ Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/belgian-troops-bid-farewell-south-lebanon>

To make PKOs viable, it is necessary for many different states to contribute globally to the Peacekeeping Forces contingent. The number of military deployments has increased globally over the past 30 years, from about 11,000 in 1989 to 87,000 in 2021, with a peak of about 107,000 in 2015. However, this number is falling dramatically due to pressure from the US and other member states to reduce the UN's scope of activity and budget. The main factor, however, was the natural closure of several outstanding Peacekeeping Missions, including the one in Liberia.

The distribution of missions across continents has changed over time. Until 2013, Asia and Oceania concentrated the largest number of blue helmets in mission (more than 140 thousand). This regional concentration dropped dramatically until 2015 and, since 2013, Sub-Saharan Africa has the highest concentration of deployed personnel among the 14 UN

To make PKOs viable, it is necessary for many different states to contribute globally to the Peacekeeping Forces contingent. The number of military deployments has increased globally over the past 30 years, from about 11,000 in 1989 to 87,000 in 2021, with a peak of Peacekeeping Missions (94,000 peacekeepers, as of December 31, 2020)⁵². The second largest concentration of UN troops today is in the Middle East and North Africa. In this region, Brazil played a major role in Lebanon, providing the flagship and a large number of military personnel, during the period in which it commanded the Maritime Task Force (MTF) of the United Nations Interim Mission in Lebanon (UNIFIL).

Brazil participated in 47 missions between 1947 and 2015, commanding some and standing out for the high number of troops that the country deployed in a critical environment for a long time. In Haiti, between 2004 and 2017, around 1,200 soldiers were in the field, which is a very high number. This contingent was increased and reached more than 2,000 when humanitarian emergencies and natural disasters such as earthquakes and hurricanes occurred, with a total participation of about 33,000 military and police in the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH).

In comparison, European and Canadian member states together mobilized around 7,000 peacekeepers over the past decade. In what has been called a return to peacekeeping, since 2013, several European states have contributed to the United Nations Interim Mission in Lebanon (UNIFIL). This is also the mission to which Belgium contributed the most troops for many years, deploying over 5,000 in southern Lebanon, in the Golan Heights region, until 2014. In 2008, it provided a frigate and commanded the Maritime Task Force⁵³.

⁵² Available at: <https://www.sipri.org/commentary/topical-backgrounder/2021/multilateral-peace-operations-2020-developments-and-trends>

⁵³ Available at: <https://unifil.unmissions.org/belgian-troops-bid-farewell-south-lebanon>

Apenas para comparar com alguns dos estados europeus individuais, a Alemanha teve, em 2019, as maiores contribuições europeias para Missões de Paz na África com 383 militares. Como se pode perceber, não é algo realmente comparável com os elevados compromissos e participação do Brasil.

Existe a necessidade de diferentes países contribuintes de tropas trabalharem juntos em uma missão que requer um grande contingente, como é o caso da maior missão da ONU na atualidade, a MONUSCO, na República Democrática do Congo (RDC). Nesta missão são 56 exércitos nacionais diferentes contribuindo com tropas, o que significa que há uma necessidade enorme de interoperabilidade. Significa, também, que existe muita diversidade na composição da tropa na missão, o que tem vantagens e desvantagens.

A pesquisa de Bove e Ruggeri (2016)⁵⁴ mostrou que a diversidade na composição das Missões de Paz pode melhorar o desempenho da proteção de civis e ajudar na Complementaridade de habilidades originárias de diferentes culturas militares e treinamentos, somando esforços em uma única direção. A investigação também mostrou que denúncias sobre mau comportamento são mais fáceis de ocorrer e serem investigadas se os mantenedores da paz não forem da mesma nação, o que eleva a responsabilidade das lideranças. Foi demonstrado, também, o aspecto positivo da liderança política e militar da missão ser diversa em termos de nacionalidade e educação, favorecendo o declínio sistemático da violência na área da missão.

Está claro que para países pequenos como a Bélgica é difícil enviar grandes contingentes de tropa, mas a integração de capacidades com outras nações é possível e pode ser muito positiva. Se o Brasil e um país europeu decidirem contribuir para a mesma operação, suas experiências serão trocadas e integradas, com ganhos para ambos.

Como as pesquisas indicam, uma liderança política de alto nível de um Estado europeu somado ao emprego de tropa e um Comandante de Força do Brasil poderiam levar a um declínio importante da violência sistêmica no local da Missão.

A Professora Nina Wilén concluiu afirmando que a aproximação da UE e países da América do Sul na contribuição de civis e tropas para atuarem juntos em Missões de Paz poderia ser o caminho a seguir para fomentar a colaboração. Em adição, a painelistra divulgou seu livro⁵⁵ recém-lançado em 2022 sobre a manutenção da paz africana, escrito em parceria com Jonathan Fisher, no qual pode-se obter mais informações sobre as Missões de Paz no continente africano.

54 BOVE, V.; RUGGERI, A. Kinds of blue: Diversity in UN peacekeeping missions and civilian protection. **British Journal of Political Science**, v. 46, n. 3, p. 681-700, 2016.

55 Fisher, J., & Wilén, N. **African Peacekeeping: New Approaches to African History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Um objetivo muito genérico que as duas regiões compartilham de buscar a segurança internacional e a paz, consagrado na carta das Nações Unidas. Um primeiro ponto a destacar, quando se busca tratar dessa cooperação entre dois atores em assuntos internacionais é a organização regional para inserção no cenário global. bridge University Press, 2022.

To compare with some of the individual European states, in 2019, Germany had the highest European contributions to Peacekeeping Missions in Africa with 383 military personnel. As can be seen, this is not something really comparable with Brazil's high commitments and participation.

There is a need for different troop contributing countries to work together on a mission that requires a large contingent, as is the case with the largest UN mission today, MONUSCO, in the Democratic Republic of Congo (DRC). In this mission, there are 56 different national armies contributing troops, which means there is a huge need for interoperability. It also means that there is a lot of diversity in the composition of the troops in the mission, which has advantages and disadvantages.

Research by Bove and Ruggeri (2016)⁵⁶ showed that diversity in the composition of Peacekeeping Missions can improve the performance of civilian protection and help in the complementarity of skills originating from different military cultures and training, joining efforts in a single direction. The investigation also showed that reports of misbehavior are easier to occur and be investigated if the peacekeepers are not from the same nation, which increases leadership responsibility. The positive aspect of the mission's political and military leadership was also shown to be diverse in terms of nationality and education, favouring the systematic decline of violence in the mission area.

It is clear that for small countries like Belgium it is difficult to send large contingents of troops, but the integration of capabilities with other nations is possible and can be very positive. If Brazil and a European country decide to contribute to the same operation, their experiences will be exchanged and integrated, with gains for both. As surveys indicate, high-level political leadership from a European state added to the employment of troops and a Brazilian Force Commander could lead to a major decline in systemic violence at the Mission site.

Professor Nina Wilén concluded by stating that the convergence of the EU and South American countries in the contribution of civilians and troops to work together in Peacekeeping Missions could be the way forward to foster Collaboration. In addition, the panellist released her recently released book⁵⁷ on African peacekeeping, written in partnership with Jonathan Fisher, in which you can find more information about Peacekeeping Missions on the African continent.

⁵⁶ BOVE, V.; RUGGERI, A. Kinds of blue: Diversity in UN peacekeeping missions and civilian protection. **British Journal of Political Science**, v. 46, n. 3, p. 681-700, 2016.

⁵⁷ Fisher, J., & Wilén, N. **African Peacekeeping: New Approaches to African History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

O segundo painalista, **Professor Julián González Guyer**, da Universidade de La República do Uruguai, concentrou sua apresentação nas duas grandes questões que se referem ao título deste painel. Primeiramente, as possibilidades de cooperação entre a América do Sul e a União Europeia no campo das Operações de Paz. Buscou, ainda, discutir as lacunas e dificuldades que identifica nesta aproximação, destacando algumas questões “desconfortáveis”. Por fim, procurou indicar algumas respostas para questões levantadas pela organização do evento: quais são as Operações de Manutenção da Paz que tem gerado maiores esforços, engajamentos e atenção da Europa e América do Sul? Quais as principais capacidades, desafios e limitações encontradas para responder a estas demandas? Como tem evoluído a doutrina de gerenciamento de crises aplicada? Quais as estratégias conjuntas ou de atuação interagências tem acontecido? Como tem se dado a experiência de emprego conjunto de tropas da Europa e a América do Sul? Quais os principais aprendizados? Quais as perspectivas para os próximos cinco anos?

O painalista levanta algumas perguntas elementares, mas fundamentais para o debate sobre as possibilidades de cooperação verdadeiras. Deve-se estabelecer, como ponto de partida, a definição do verbo “cooperar”. Cooperar, conforme a definição dos dicionários, diz respeito a trabalhar junto buscando os mesmos objetivos, os mesmos fins. Portanto, este painel se refere a como a União Europeia e a América do Sul cooperaram entre si ou como podem cooperar com um outro país em termos de Operações de Paz.

Vale a pena questionar, também, quais são os interesses, objetivos e metas comuns da União Europeia e da América do Sul em relação às Operações de Paz. As duas regiões compartilham o objetivo muito geral de buscar a segurança e a paz internacionais, consagrados na Carta das Nações Unidas.

Um primeiro ponto a destacar, quando se discute essa cooperação entre dois atores nos assuntos internacionais, é a organização regional sob a qual ela será inserida no cenário global. Além do América do Sul, apesar de ser uma região em termos geográficos, deixou de ser representada assim porque os países que compõem essa área geográfica decidiram, voluntariamente, deixar de estar unidos sob um ator internacional. Esta postura se materializou na dissolução da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas)⁵⁸, instituição que, de alguma forma, representava a América do Sul internacionalmente. Na UNASUL existia o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), espaço no qual, pela primeira vez, os países sul-americanos começaram a tentar chegar a um acordo sobre uma doutrina de defesa comum para a região.

⁵⁸ Disponível em: <http://observatorio.repri.org/glossary/unasul-uniao-das-nacoes-sul-americanas/?msckid=8b30db84a8b911ec9ddb6005ad449cbf>

The second panellist, **Professor Julián González Guyer**, from the Universidad de La República del Uruguay, focused his presentation on the two major issues that refer to the title of this panel. First, the possibilities of cooperation between South America and the European Union in the field of Peacekeeping Operations. He also discussed the gaps and difficulties he identified in this approach, highlighting some “uncomfortable” issues. Finally, he indicated some answers to questions raised by the organization of the event: which are the Peacekeeping Operations that have generated greater efforts, engagements and attention from Europe and South America? What are the main capabilities, challenges, and limitations found to respond to these demands? How has applied crisis management doctrine evolved? What joint strategies or interagency action have taken place? How has the experience of jointly using troops from Europe and South America been? What are the main lessons learned? What are the prospects for the next five years?

The panellist raises some elementary but fundamental questions for the debate on the real possibilities of cooperation. The definition of the verb “to cooperate” must be established as a starting point. Cooperating, as defined in dictionaries, is about working together seeking the same goals, the same ends. Therefore, this panel refers to how the European Union and South America have cooperated with each other or how they can cooperate with another country in terms of Peacekeeping Operations.

It is also worth asking what the common interests, objectives, and goals of the European Union and South America in relation to Peacekeeping Operations are, in addition to the very general objective that the two regions share of seeking international security and peace, enshrined in the United Nations Charter.

First point to highlight, when discussing this cooperation between two actors in international affairs is the regional organization under which it will be included in the global scenario. South America, despite being a region in geographic terms, is no longer represented as such because the countries that make up this geographic area have voluntarily decided to stop being united under an international actor. This stance materialized in the dissolution of UNASUR (Union of South American Nations)⁵⁹, an institution that, in some way, represented South America internationally. At UNASUR there was the South American Defence Council (CDS), a space in which, for the first time, South American countries began to try to reach an agreement on a common Defence doctrine for the region.

59 Available (in Portuguese) at: <http://observatorio.repri.org/glossary/unasul-uniao-das-nacoes-sul-americanas/?msclkid=8b30db84a8b911ec9ddb6005ad449cbf>

O outro ator, a União Europeia (UE), é uma realidade quanto à representação regional em suas facetas política e econômica. Todavia, quando se observa o comportamento dos países da União Europeia, quando se analisa os dados, não parece existir, de fato, uma doutrina comum, uma política comum em relação às Operações de Paz das Nações Unidas.

A cooperação em Defesa na União Europeia, contida no segundo pilar da Política Comum da União Europeia (Política Externa e de Segurança Comum – PESC) foi caracterizada como uma “bela adormecida” por alguns analistas⁶⁰. O painalista afirmou não conseguir definir bem qual é a verdadeira Política de Defesa na UE, indicando que talvez seja conveniente verificar a história da política dos países que são membros do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em relação às Operações de Paz.

No período da Guerra Fria (1948-1990), as Operações de Paz eram caracterizadas pelo que se chamava de mandatos Hammarskjöld-Pearson⁶¹. Estes mandatos eram baseados nos princípios estabelecidos pelo Secretário Geral da ONU e pelo Ministro das Relações Exteriores do Canadá para a primeira missão de paz, em Suez 1956, ou seja: consentimento das partes; imparcialidade; e não uso da força (exceto em legítima defesa e defesa do mandato). Entre os países europeus que mais contribuíram com tropas, neste período inicial das missões de paz, estão os países escandinavos, ao lado do Canadá. A contribuição da América do Sul para as Operações da ONU, nesse período, foi mínima.

Logo após o fim da Guerra Fria é que a América do Sul começa a participar mais das Operações de Paz dos mandatos autorizados pelo Conselho de Segurança da ONU. Nesta fase, após 1992, os mandatos tornam-se progressivamente mais robustos. Os países da América do Sul passam a contribuir significativamente em missões no Caribe (MINUSTAH, entre 2004 e 2017) e a única contribuição sustentada foi a do Uruguai na África, em Moçambique, Angola e, desde 2001, na República Democrática do Congo (MONUC/MONUSCO). Enquanto isto, os países europeus tornam-se importantes contribuintes para as Operações de Paz no Oriente Médio e na área mediterrânea (UNIFIL, UNDOF e UNFICYP), assim como para as Missões na África (MINUSMA e MONUSCO). O Quadro 1, a seguir, detalha a evolução de alguns parâmetros das Missões de Paz da ONU, entre 1988 e 2021.

⁶⁰ NOVÁKY, N. The EU's Permanent Structured Cooperation in defence: keeping sleeping beauty from snoozing. **European view**, v. 17, n. 1, p. 97-104, 2018.

⁶¹ Disponível em: <https://www.un.org/en/chronicle/article/dag-hammarskjold-and-united-nations-peacekeeping>

The other actor, the European Union (EU), is a reality in terms of regional representation in its political and economic aspects. However, when looking at the behavior of European Union countries, when analyzing the data, there does not seem to be, in fact, a common doctrine, a common policy in relation to United Nations Peacekeeping Operations.

Defence cooperation in the European Union, contained in the second pillar of the Common Policy of the European Union (Common Foreign and Security Policy – CFSP) was characterized as a “sleeping beauty” by some analysts⁶². The panellist stated that he was not able to properly define what is the true Defence Policy in the EU, indicating that it may be convenient to check the history of the policy of the countries that are members of the North Atlantic Treaty (NATO) in relation to Peacekeeping Operations.

During the Cold War period (1948-1990), Peacekeeping Operations were characterized by what were called Hammar skjöld-Pearson mandates⁶³. These mandates were based on the principles established by the UN Secretary General and the Canadian Foreign Minister for the first peacekeeping mission, in Suez 1956, i.e.: consent of the parties; impartiality; and non-use of force (except in self-defence and defence of the mandate). Among the European countries that contributed the most with troops, in this initial period of peace missions, are the Scandinavian countries, alongside Canada. South America's contribution to UN Operations during this period was minimal.

Shortly after the end of the Cold War, South America began to increasingly participate in Peacekeeping Operations authorized by the UN Security Council mandates. At this stage, after 1992, mandates become progressively more robust. South American countries started to contribute significantly to missions in the Caribbean (MINUSTAH, between 2004 and 2017) and the only sustained contribution has been that of Uruguay in Africa, Mozambique, Angola and, since 2001, in the Democratic Republic of Congo (MONUC/MONUSCO). Meanwhile, European countries have become important contributors to Peacekeeping Operations in the Middle East and the Mediterranean area (UNIFIL, UNDOF and UNFICYP), as well as to Missions in Africa (MINUSMA and MONUSCO). Table 1, below, details the evolution of some parameters of UN Peacekeeping Missions, between 1988 and 2021.

⁶² NOVÁKY, N. The EU's Permanent Structured Cooperation in defence: keeping sleeping beauty from snoozing. *European view*, v. 17, n. 1, p. 97-104, 2018.

⁶³ Available at: <https://www.un.org/en/chronicle/article/dag-hammar-skjold-and-united-nations-peacekeeping>

Tabela 1 – Evolução de custos e efetivos de Missões de Paz da ONU, entre 1988 e 2021

	1988	1992	1994	2000	2004	2008	2014	2021
UN Peace Operations	5	11	17	14	16	17	16	22
Contributing Countries	26	56	76	89	103	121	122	121
Uniformed personnel	9.605	11.650	75.523	37.338	62.271	87.637	103.661	81.932
DPKO Annual Budget (billions dollars)	2,30	1,69	3,61	2,22	4,5	7,4	7,06	6,38

Fonte: Elaborado por Guyer, J.G. com dados da ONU (2021)⁶⁴

O painelista ressaltou que os dados do Quadro 1 mostram que, entre 1988 e 2021, o número de Missões de Paz da ONU subiu de 5 para 22 e os países fornecedores de tropas cresceu de 26 para 121. Observa-se um enorme aumento de efetivos, passando dos 90 mil militares e policiais destacados em Operações de Paz. Ocorreu, também, um significativo aumento no orçamento das Nações Unidas para o Departamento de Operações de Paz ao longo deste período, embora tenha havido corte nas contribuições dos Estados Unidos, como consequência da crise de 2008.

No final dos anos 1990, as tropas fornecidas pela Europa para Missões da ONU representavam 55,4% do total e em 2021, apenas 7%. O número absoluto da tropa europeia desdobrada era praticamente o mesmo em 1990 e 2021, ou seja, não acompanhou a demanda crescente da ONU. Em 2009, havia um importante efetivo da América do Sul, em razão da Missão no Haiti. Atualmente esta proporção voltou a ser marginal, mínima. De qualquer modo, fica claro que as duas regiões têm sido grandes colaboradoras da ONU nos esforços de manutenção da paz, mesmo diante do cenário atual de participação reduzida.

A contribuição da União Europeia se concentrou basicamente no Líbano, na Missão das Colinas de Golã (UNDOF) e em Chipre. São três Operações de Paz que vêm da época da Guerra Fria, vigiando o acordo de paz das partes em conflito, compostas basicamente por observadores militares. Mais recentemente, a UE tem contribuído com as Operações na África, casos da República Democrática do Congo e Mali, onde ocorrem contribuições mais significativas de países europeus, principalmente Itália, França, Irlanda, Alemanha e Espanha.

⁶⁴ Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>

Table 1 - Evolution of costs and personnel of UN Peacekeeping Missions, between 1988 and 2021

	1988	1992	1994	2000	2004	2008	2014	2021
UN Peace Operations	5	11	17	14	16	17	16	22
Contributing Countries	26	56	76	89	103	121	122	121
Uniformed personnel	9.605	11.650	75.523	37.338	62.271	87.637	103.661	81.932
DPKO Annual Budget (billions dollars)	2,30	1,69	3,61	2,22	4,5	7,4	7,06	6,38

Source: Designed by Guyer, J.G. with UN data (2021)⁶⁵

The panellist pointed out that the data in Table 1 show that, between 1988 and 2021, the number of UN Peacekeeping Missions rose from 5 to 22 and the troop supplying countries grew from 26 to 121. There has been a significant increase in the number of personnel, surpassing the 90,000 military and police deployed in Peacekeeping Operations. There was also a significant increase in the United Nations budget for the Department of Peacekeeping Operations over this period, although there was a cut in US contributions as a consequence of the 2008 crisis.

In the late 1990s, troops provided by Europe for UN Missions represented 55.4% of the total and in 2021, only 7%. The absolute number of European troops deployed was practically the same in 1990 and 2021, i.e., it did not keep up with the growing demand from the UN. In 2009, there was an important force from South America, due to the Mission in Haiti. Currently, this proportion has returned to being marginal, minimal. In any case, it is clear that the two regions have been major contributors to the UN in peacekeeping efforts, even in the current scenario of reduced participation.

The European Union's contribution was primarily focused on Lebanon, the Golan Heights Mission (UNDOF), and Cyprus. There are three Peacekeeping Operations that come from the time of the Cold War, monitoring the peace agreement of the conflicting parties, composed basically by military observers. More recently, the EU has contributed with Operations in Africa, cases in the Democratic Republic of Congo, and Mali, where there are more significant contributions from European countries, mainly Italy, France, Ireland, Germany and Spain.

⁶⁵ Available at: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>

Quanto à América do Sul, o único contribuinte sistemático para as operações de paz das Nações Unidas, desde o fim da Guerra Fria até o presente, tem sido o Uruguai.

Foram colocadas cinco perguntas pela organização do evento e o painalista tentou respondê-las ao final da sua apresentação. A primeira indagava sobre quais as Operações de Paz que geraram os maiores esforços e compromissos e a atenção das duas regiões (Europa e América do Sul). O que a realidade mostra é que os países europeus têm, preferencialmente, atribuído tropas a algumas Operações de Paz das Nações Unidas, mas observando o comportamento geral da União Europeia em relação a estes efetivos nas Operações da ONU, exceção feita à MINUSTAH, que foi o momento de desdobramentos internacionais, essa organização internacional tem contribuído mais nas operações da OTAN do que naquelas das Nações Unidas. Os países da América do Sul mostraram pouco interesse na unidade de esforços e na participação de grande pico da cooperação sul-americana.

Na questão sobre as principais capacidades, desafios e limitações para responder às demandas das Nações Unidas, o **Professor Julián González Guyer** destacou o problema das doutrinas de cada um dos países. Nas duas regiões, não se observa uma doutrina que seja comum em relação a atuação nas Operações de Paz. Principalmente do lado sul-americano, é necessário definir as estratégias de ação conjunta. O emprego conjunto de tropas é uma questão a ser tratada pelas Forças Armadas, e neste ponto a experiência acumulada pelo Uruguai pode ser estendida a todos os países da América do Sul.

Quais são as verdadeiras perspectivas de cooperação nas Operações de Paz nos próximos 5 anos? União Europeia e América do Sul não têm sido atores muito importantes nessa questão. O painalista afirma que, se não houver grandes mudanças na realidade política mundial, não há motivos para otimismo quanto a transformações muito abrangentes na cooperação entre a América do Sul e a União Europeia, inclusive em termos de operações de paz das Nações Unidas.

O terceiro painalista, **Contra-Almirante Carlos Augusto Chaves Leal Silva**, Subchefe de Organismos Internacionais do Ministério da Defesa, iniciou sua participação delineando o histórico da participação brasileira nas Missões de Paz da ONU. Destacou que o Brasil iniciou sua trajetória na Missão Especial nos Balcãs (UNSCOB), por ocasião das guerras civis envolvidas pela Grécia na própria Europa, em 1948, antes mesmo da missão ser considerada formalmente pela ONU uma Missão de Paz.

As for South America, the only systematic contributor to United Nations peacekeeping operations from the end of the Cold War to the present days has been Uruguay.

Five questions were asked by the event organizers and the panellist tried to answer them at the end of his presentation. The first inquired about which Peacekeeping Operations generated the greatest efforts and commitments and the attention of the two regions (Europe and South America). What the reality shows is that European countries have preferentially assigned troops to some United Nations Peacekeeping Operations but, observing the general behaviour of the European Union in relation to these international developments, this international organization has contributed more to NATO operations than those of the United Nations. South American countries showed little interest in uniting efforts and in the participation of large numbers of troops in UN Operations, with the exception of MINUSTAH, which was the peak moment of South American cooperation.

*On the issue of the main capacities, challenges, and limitations to respond to the demands of the United Nations, **Professor Julián González Guyer** highlighted the problem of the doctrines of each of the countries. In both regions, there is no common doctrine regarding the work of Peacekeeping Operations. As for South America, the only systemic contributor to United Nations peacekeeping operations from the end of the Cold War to the present has been Uruguay. Mainly on the South American side, it is necessary to define joint action strategies. The joint employment of troops is an issue to be addressed by the Armed Forces, and at this point the experience accumulated by Uruguay can be extended to all South American countries.*

What are the real prospects for cooperation in Peacekeeping Operations over the next 5 years? The European Union and South America have not been very important emphasis on the preparation and training of its military and police officers who participate in Peacekeeping Operations. The panelist states that, if there are no major changes in the world political reality, there is no reason to be optimistic about very far-reaching transformations.

*The third panellist, **Rear Admiral Carlos Augusto Chaves Leal Silva**, Deputy Chief of International Organizations at the Ministry of Defence, began his participation by outlining the history of Brazilian participation in UN Peacekeeping Missions. He highlighted that Brazil began its trajectory in the Special Mission in the Balkans (UNSCOB), on the occasion of the civil wars involved by Greece in Europe itself, in 1948, even before the mission was formally considered a Peacekeeping Mission by the UN.*

Na sequência, o Brasil participou de uma grande empreitada, foram 10 anos (1957-1967) operando na região da Faixa de Gaza e no Sinai com o já histórico Batalhão Suez, na Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I). O país participou, também, da Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), com Força Aérea Brasileira, pilotos e tripulação de aeronaves de asa fixa e asa rotativa, entre os anos de 1960 e 1964. Já em 1965, contribuiu com duas importantes operações, a primeira foi a Missão de Representante Especial do Secretário-Geral da ONU na República Dominicana (DOMREP), com oficial brasileiro atuando para observar a fase de extinção dos conflitos naquele país. A segunda foi a Missão de Observação das Nações Unidas na Índia e Paquistão (UNIPOM), na qual cerca de 10 militares atuaram como oficiais observadores no conflito na fronteira entre aqueles países.

Houve uma pequena pausa e a participação brasileira foi retomada no final da década de 80, atuando em inúmeras outras missões, iniciando pela Missão em Angola, que durou vários anos. Em síntese, o Brasil adquiriu uma diversidade de experiências ao longo desse histórico, o que proporcionou muita expertise, não somente na atividade do mantenedor da paz (*peacekeeper*) dos militares, mas também fruto do contato com culturas e histórias diversas. Isso tudo amalgamou a participação brasileira nas Missões de Paz e, hoje em dia, o Brasil dá cada vez mais ênfase ao preparo e à capacitação dos seus militares e policiais que participam das Operações de Paz.

Na atualidade, o país atua com oficiais observadores, oficiais de Estado-Maior, policiais, homens e mulheres, em mais da metade das Missões de Paz que a ONU tem pelo mundo. O Anexo 1, detalha o efetivo atual de militares envolvidos em Operações de Paz. Cerca de 70 brasileiros estavam colaborando para essa empreitada das Nações Unidas, em dezembro de 2021.

O Brasil tem uma destacada participação em postos de Comandante da Força das Missões (*Force Commander*) desde Suez, em 1964, até a atualidade. Na MONUSCO, há uma sequência de Oficiais Gerais brasileiros chefiando esta importante missão.

Desde 2013 já foram quatro. Importante destacar a participação brasileira na UNIFIL, também chefiando a Força-Tarefa Marítima dessa missão, inclusive, um dos Almirantes que comandou a referida Força participa do presente evento. Nas últimas décadas, o Brasil contribuiu com grande efetivo nas Missões no Líbano (UNIFIL) e Haiti (MINUSTAH).

Merece destaque a grande evolução brasileira em termos de capacitação para os militares e demais integrantes das Missões de Paz. O Brasil acredita que tem uma grande contribuição a prestar nesse campo da capacitação.

Subsequently, Brazil participated in a major undertaking, for 10 years (1957-1967) operating in the Gaza Strip and Sinai with the already historic Suez Battalion, in the First United Nations Emergency Force (UNEF I). (UNEF I). The country also offered Brazilian Air Force pilots and crew, of fixed-wing and rotary-wing aircraft, to the United Nations Operation in Congo between 1960 and 1964. In 1965, it contributed with two important operations, the first was the Mission of the Special Representative of the UN Secretary-General in the Dominican Republic (DOMREP), with a Brazilian officer observing the phase of extinction of the conflicts in that country. The second was the United Nations Observation Mission in Subsequently, Brazil participated in a major undertaking, for 10 years (1957-1967) operating in the Gaza Strip and Sinai with the already historic Suez Battalion, in the First India and Pakistan (UNIPOM), in which about 10 military personnel acted as military observers in the conflict on the border between those countries.

There was a short pause and Brazilian participation was resumed at the end of the 80's, working in numerous other missions, starting with the Mission in Angola, which lasted several years. In summary, Brazil has acquired a diversity of experiences throughout this history, which has provided a lot of expertise, not only in the peacekeeping activity of the military, but also as a result of contact with different cultures and histories. This consolidated Brazilian participation in Peacekeeping Missions and, nowadays, Brazil places increasing emphasis on the preparation and training of its military and police officers who participate in Peacekeeping Operations.

Currently, the country works with military observers, Staff officers, UN Police, men and women, in more than half of the UN Peacekeeping Missions around the world. Table 2, below, details the current number of military personnel involved in Peacekeeping Operations. About 70 Brazilians were Collaborating for this United Nations endeavour in December 2021.

Brazil has an outstanding participation in the posts of Force Commander from Suez, in 1964, to the present day. At MONUSCO, there is a sequence of Brazilian General Officers heading this important mission. Since 2013, there have been four. It is important to highlight the Brazilian participation in UNIFIL, also heading the Maritime Task Force of this mission. One of the Admirals who commanded the referred Force participates in the present event. Over the last decades, Brazil has contributed with great force in the Missions in Lebanon (UNIFIL) and Haiti (MINUSTAH).

It is worth mentioning Brazil's significant evolution in terms of training for the military and other members of the Peacekeeping Missions. Brazil believes that it has a great contribution to make in this field of training.

Não são treinados apenas militares brasileiros. Duzentos militares estrangeiros já foram capacitados nos dois centros de capacitação. O primeiro é o Centro Conjunto de Operações de Paz no Brasil (CCOPAB), que recebeu o nome de Centro Sérgio Vieira de Melo em homenagem ao saudoso e ilustre Embaixador brasileiro, referência internacional. O segundo, mais recente, é o Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COPazNav), que também oferece cursos e treinamentos específicos, a exemplo do Curso Internacional de Operações de Paz de Caráter Naval e o Curso de Proteção de Civis, criado recentemente. Este último é muito interessante pois caracteriza bem essa relação que o “*peacekeeper*”, designado mantenedor da paz, deve ter com a população local, proporcionando elevada integração que facilita sobremaneira os bons resultados que a Missão de Paz pretende alcançar.

Na sequência, o painelista listou outros cursos oferecidos no CCOPAB e no COPazNav. No geral são cursos ou estágios voltados à preparação de tropa, oficiais de Estado-Maior e observadores para Missão de Paz. Também existem estágios para jornalistas e assessores de imprensa em áreas de conflito, questão também importante, pois esses profissionais vão interagir com a Missão e precisam atuar com segurança.

Outro treinamento bastante relevante e destacado é o Estágio de Coordenação Civil-Militar, exatamente alinhado com a visão da necessária integração da Missão dos mantenedores da paz com a sociedade local. Esta integração é fundamental para a fase seguinte: a recuperação daquele país ou região após o encerramento de uma Missão, com a construção de condições mínimas para o local poder seguir os próximos passos.

O CCOPAB sedia, também, o estágio de preparação de Comandantes e Oficiais de Estado-Maior em Operações de Paz do Brasil. Como já indicado, o Brasil tem ocupado, com frequência, cargos de *Force Commander* e, recentemente, um Oficial General brasileiro assumiu a cargo de Chefe do Estado-Maior da Força de Paz no Sudão do Sul.

Todos estes esforços de preparo são fundamentais para que o emprego dos militares brasileiros contribua com a efetiva integração das forças dos distintos países atuantes em uma mesma missão.

O COPazNav realiza o Curso Internacional de Preparação Específica para Oficial Estado-Maior de Força-Tarefa Marítima, no contexto da rica experiência adquirida na participação brasileira na UNIFIL como país chefe da Força-Tarefa Marítima, até recentemente. Este Centro realiza, ainda, o Estágio de Operações de Paz para mulheres, bandeira das Nações Unidas que o Brasil apoia. É fundamental que essas mulheres estejam cada vez mais bem preparadas para enfrentar as situações que se apresentam no dia a dia das missões da ONU. Existe um risco claro que é inerente à atividade do mantenedor da paz. E o Brasil quer, não só em relação às mulheres, mas de uma forma geral, que a tropa brasileira esteja preparada da melhor maneira para essas circunstâncias.

Not only Brazilian soldiers are trained. Two hundred foreign soldiers have already been trained in the two training centres. The first is the Brazilian Peace Operations Joint Training Center (CCOPAB, acronym in Portuguese), which is named Sérgio Vieira de Mello Centre in honour of this late and distinguished Brazilian Ambassador, an international reference. The second and more recent is the Naval Peace Operations Training Centre (NPOTC), which also offers specific courses and training, such as the International Naval Peace Operations Course and the Protection of Civilians Course, recently created. The latter is very interesting because it characterizes well the relationship that the peacekeeper must have with the local population, providing high integration that greatly facilitates the good results that the Peacekeeping Mission aims to achieve.

Next, the panellist listed other courses offered at CCOPAB and NPOTC. In general, they are courses aimed at preparing troops, Staff Officers, and military observers for Peacekeeping Missions. There are also courses for journalists and media advisors in conflict areas, which is also an important issue, This integration is essential for the next phase: the recovery of that country or region after the end of a mission, with the construction of minimum conditions for the place to be able to follow the next steps.

CCOPAB also hosts the training courses for Unit Commanders and Joint Staff in Peacekeeping Operations. As already mentioned, Brazil has frequently held the positions of Force Commander and, recently, a Brazilian General Officer has assumed the position of Chief of Staff of the Peacekeeping Force in South Sudan.

All these preparation efforts are essential for the employment of the Brazilian military to contribute to the effective integration of the forces of the different countries working in the same mission.

NPOTC carries out the International Course on Specific Training for Staff Officer of the Maritime Task Force, in the context of the rich experience acquired in the Brazilian participation in UNIFIL as head country of the Maritime Task Force, until recently. This Centre also carries out the Peacekeeping Operations Course for women, a United Nations motto that Brazil supports. It is essential that these women are increasingly better prepared to face the situations that arise in the day to day of UN missions. There is a clear risk that is inherent in the activity of a peacekeeper. And Brazil wants Brazilian troops to be better prepared for these circumstances, not only in relation to women, but in general.

Também ocorrem no COpPazNav o Curso Internacional de Inteligência em Operações de Paz, o Estágio de Operações Humanitárias e o Curso Internacional de Operações de Paz Ribeirinhas. Este último curso foi apresentado, recentemente, na Conferência das Nações Unidas sobre Missões de Paz, oportunidade na qual o Brasil, uma vez mais, ratificou sua vocação na área de capacitação.

No terreno, o Brasil colabora com o treinamento de pessoal dos países que compõem as Missões de Paz, por exemplo, ministrando instrução sobre gênero na República Centro-Africana e conduzindo o treinamento de guerra na selva para tropas que operam na República Democrática do Congo.

Sobre capacitação, o painalista citou, ainda, uma iniciativa da ONU que o Brasil entende como muito positiva e que procura colaborar e participar, a parceria triangular.

Esta ação ocorre com a presença da ONU em um país ou grupo de países que necessita receber um determinado conhecimento ou capacidade, e um terceiro país que detém *expertise*. O Brasil tem atuado como país detentor de *expertises*, por exemplo, ministrando instrução no curso de Gerenciamento de Projetos de Engenharia, no Quênia.

O Contra-Almirante Carlos Augusto Chaves Leal Silva identificou este modelo de parceria triangular como um bom exemplo de como a América do Sul e a União Europeia podem trabalhar em conjunto no contexto das missões de paz da ONU. Um exemplo recente de parceria triangular ocorreu na área de treinamento de engenharia militar, capacitando pessoal para operar maquinários de grande porte, e que o Brasil conduziu com seus instrutores e a participação da Suíça e outros países.

Este treinamento ocorreu em 2019, no próprio Brasil, no Centro de Treinamento de Engenharia do Exército Brasileiro, mas também pode ser feito nos países que se dispuserem e tiverem algum interesse e estrutura para receber esses treinamentos. Em função da pandemia, os treinamentos semelhantes previstos para 2020/2021 foram suspensos. Há grande expectativa de que esses treinamentos em parceria triangular, e outros mais, ocorram a partir de 2022.

The International Course on Intelligence in Peacekeeping Operations, the Course on Humanitarian Operations, and the United Nations Military Riverine Unit (UNMRU) Course also take place at NPOTC. This last course was recently presented at the United Nations Conference on Peacekeeping Missions, an opportunity in which Brazil, once again, ratified its vocation in the area of training. The International Course on Intelligence in Peacekeeping Operations, the Course on Humanitarian Operations, and the United Nations Military Riverine Unit (UNMRU) Course also take place at NPOTC. This last course was recently presented at the United Nations Conference on Peacekeeping Missions, an opportunity in which Brazil, once again, ratified its vocation in the area of training.

On the ground, Brazil Collaborates with the training of personnel from the countries that make up Peacekeeping Missions, for example, providing gender education in the Central African Republic and conducting jungle warfare training for troops operating in the Democratic Republic of Congo.

On training, the panellist also mentioned a UN initiative that Brazil understands as very positive and in which it seeks to collaborate and participate, the triangular partnership.

This action takes place with the presence of the UN in a country or group of countries that needs to receive a certain knowledge or capability, and a third country that has expertise. Brazil has acted as a country with expertise, for example, providing instruction in the Engineering Project Management Course in Kenya.

Rear Admiral Carlos Augusto Chaves Leal Silva identified this triangular partnership model as a good example of how South America and the European Union can work together in the context of UN peacekeeping missions. A recent example of a triangular partnership occurred in the area of military engineering training, enabling personnel to operate large-scale machinery, which Brazil conducted with its instructors and the participation of Switzerland and other countries.

This training took place in 2019, in Brazil, at the Brazilian Army Engineering Training Centre, but it can also be done in countries that are willing and have some interest and structure to receive this training. Due to the pandemic, similar training scheduled for 2020/2021 has been suspended. There is great expectation that these trainings in triangular partnership, and others, will resume in 2022.

Dentro do contexto de atuação triangular, o COpPazNav encerrou, recentemente, o Curso Internacional de Operações de Paz de Caráter Naval, conduzido à distância. O formato EAD foi uma possibilidade que minimizou os óbices das dificuldades de trânsito nesse período de pandemia. Entretanto, sabe-se que fazer cursos e treinamentos por videoconferência tem claras limitações nas partes práticas e outras que exigem um trabalho presencial.

Falando sobre alguns outros exemplos de interação entre os continentes, o Brasil tem participado com militares na UNIFIL, atuando como integrantes do Estado-Maior da Brigada Espanhola. Desdobra, também, oficiais observadores junto com o batalhão uruguaio na MONUSCO e com a Força-Tarefa da Argentina na missão no Chipre.

Uma parceria exitosa com a União Europeia tem ocorrido com a participação de militares brasileiros junto à tropa de Portugal na Missão de Treinamento da União Europeia na República Centro-Africana (EUTM-RCA)⁶⁶, que se iniciou em 2018. Este é outro bom exemplo para futuras interações ou cooperações do Brasil com a União Europeia.

Nos próximos cinco anos, vislumbra-se um cenário global ainda com conflitos, com divergências que vão demandar Missões de Paz. Portanto estas continuarão sendo importantes instrumentos para a solução de controvérsias regionais. Nesse aspecto, o Brasil tem preconizado nos seus documentos de alto nível, a partir da Constituição Federal e passando pela Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e, também, pelo Livro Branco da Defesa Nacional, seus princípios norteadores, como o da autodeterminação dos povos e o da solução pacífica dos conflitos. O Brasil tem a clara visão de continuar contribuindo para a paz e a segurança internacionais. Nesse contexto, os militares e policiais mantenedores da paz tem que estar cada vez mais preparados, capacitados para manter a emblemática participação do Brasil no contexto das Operações de Paz.

O mediador do painel, **Professor Alcides Costa Vaz**, da Universidade de Brasília, pontuou alguns aspectos destacados pelos três painelistas. Inicialmente o desenho de um panorama muito desafiador, com os tríplices desafios da ONU colocados pela Professora Nina Wilén, da Bélgica. Na sequência, o panorama regressivo da participação da Europa e da América do Sul nas Operações de Paz, caracterizado pelo momento presente da participação brasileira, com cerca de 70 militares, coloca tanto europeus quanto sul-americanos diante de um paradoxo.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/2-contingente-brasileiro-e-desdobrado-na-missao-de-treinamento-militar-da-uniao-europeia-na-republica-centro-africana>

Within the context of triangular action, NPOTC has recently ended the International Course on Naval Peacekeeping Operations, conducted remotely. The virtual format was a possibility that minimized the obstacles of circulation difficulties in this pandemic period. However, it is known that videoconference courses and training have clear limitations in the hands-on aspects and other features that require face-to-face work.

Talking about some other examples of interaction between the continents, Brazil has participated with the military in UNIFIL, acting as members of the Staff of the Spanish Brigade. It also deploys military observers together with the Uruguayan battalion at MONUSCO and with the Argentine Task Force on the mission in Cyprus.

A successful partnership with the European Union has taken place with the participation of Brazilian military personnel with the Portuguese troops in the European Union Training Mission in the Central African Republic (EUTM-CAR)⁶⁷, which began in 2018. This is another good example for future interactions or cooperation between Brazil and the European Union.

In the next five years, the global scenario indicates conflicts will continue, with divergences that will demand Peace Missions. Therefore, these will continue to be important tools for the resolution of regional disputes. In this regard, Brazil has advocated in its high-level documents, from the Federal Constitution and through the Brazilian Defence Policy, Brazilian Defence Strategy, and the Brazilian Defence White Paper, its guiding principles, such as self-determination of peoples and the peaceful solution of conflicts. Brazil has a clear vision of continuing to contribute to international peace and security. In this context, the military and police personnel that maintain peace must be increasingly prepared, able to maintain the emblematic participation of Brazil in Peace Operations.

*The panel moderator, **Professor Alcides Costa Vaz**, from the University of Brasilia, highlighted some aspects discussed by the three panellists. Initially, the design of a very challenging panorama, with the triple challenges faced by the UN posed by Professor Nina Brazilian participation, with about 70 military personnel, places both Europeans and South Americans in the face of a paradox.*

⁶⁷ Available (in Portuguese) at: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/2-contingente-brasileiro-e-desdobrado-na-missao-de-treinamento-militar-da-uniao-europeia-na-republica-centro-africana>

As duas regiões convergem fortemente quanto ao reconhecimento da importância das Operações de Paz das Nações Unidas, mas exibem historicamente, e nessa fase mais recente, uma tendência regressiva quanto a sua participação tanto em tropa quanto em termos de suporte financeiro. Chamou a atenção o aumento da presença e da participação chinesa nesse contexto, já como um contribuidor de primeira linha, e isso representa, em si mesmo, um desafio para a cooperação birregional, Europa – América do Sul. O mediador questionou os painelistas quanto às suas avaliações a respeito de como o fator China impacta as possibilidades da cooperação entre Europa e América do Sul.

O **Professor Alcides Costa Vaz**, ressaltando que os três painelistas indicaram que a cooperação entre a União Europeia e América do Sul carece de um sentido programático, questionou, também, sobre quais seriam os aspectos ou fatores a serem considerados prioritários para alçar a cooperação Europa – América do Sul, e mais especificamente, a cooperação entre a União Europeia e América do Sul, visando alcançar um novo patamar, minimamente programático na cooperação birregional em Operações de Paz.

A assistência virtual do Seminário encaminhou alguns questionamentos, que o moderador apresentou aos painelistas. Para a Professora Nina Wilén, foi solicitada a sua opinião quanto ao Comitê de Paz e Segurança da União Africana, se este tem contribuído na manutenção da paz e segurança na região, em parceria com outros atores internacionais. Quais são os resultados obtidos para o povo africano? E qual a real necessidade da ação das Forças de Paz em solo africano? Outra questão, posta para os três painelistas, cujo autor iniciou afirmando que a experiência provou que o treinamento apropriado é crucial para implementação do mandato e a segurança e proteção dos Soldados da Paz; e solicita detalhes sobre as possíveis modalidades de cooperação entre o Brasil, os países sul-americanos e países europeus em treinamento para manutenção da Paz.

A **Professora Nina Wilén** respondeu à questão sobre paz e segurança na África afirmando que o continente, além da pandemia de COVID-19, tem sido afetado por outras crises sanitárias, como a do Ebola, ainda ativa. As Missões de Paz são necessárias na África, pois o continente é desproporcionalmente afetado pela instabilidade das guerras civis não-estatais. Entre 1990 e 2015, foram registrados mais de 630 conflitos entre estados e grupos armados não estatais.

Se este cenário não for prova suficiente de que se faz necessária a assistência externa para lidar com esses tipos de crise, ficou bastante claro o fato de que as Missões de Paz são instrumento eficaz na diminuição da violência e no fim de guerras civis.

The two regions strongly converge on the recognition of the importance of United Nations Peace Operations, but historically exhibit, and in this more recent phase, a regressive trend in their participation both in terms of troops and in terms of financial support. Attention was drawn to the increase in Chinese presence and participation in this context, already as a first-rate contributor, and this in itself represents a challenge for bi-regional cooperation, Europe – South America. The mediator questioned the panellists about their assessment of how the China factor impacts the possibilities of cooperation between Europe and South America.

***Professor Alcides Costa Vaz**, emphasizing that the three panellists indicated that cooperation between the European Union and South America lacks a programmatic approach, also questioned what aspects or factors should be considered as priorities for reaching cooperation between Europe – South America, and more specifically, cooperation between the European Union and South America, aiming to reach a new level, minimally programmatic, in bi-regional cooperation in Peacekeeping Operations.*

*The Seminar's virtual assistance sent some questions, which the moderator presented to the panellists. **Professor Nina Wilén** was asked for her opinion on whether the African Union Peace and Security Committee has contributed to the maintenance of peace and security in the region, in partnership with other international actors. What are the results obtained for the African people? And what is the real need for the action of the Peacekeeping Forces on African soil? Another question, posed to the three panellists, whose author began by stating that experience has proven that proper training is crucial for the implementation of the mandate and the security and protection of peacekeepers, requested details on possible modalities of cooperation between Brazil, South American countries, and European countries undergoing peacekeeping training.*

***Professor Nina Wilén** answered the question about peace and security in Africa by stating that the continent, in addition to the COVID-19 pandemic, has been affected by other health crises, such as Ebola, which is still active. Peacekeeping missions are needed in Africa as the continent is disproportionately affected by the instability of non-state civil wars. Between 1990 and 2015, more than 630 conflicts between states and non-state armed groups were recorded.*

If this scenario is not proof enough that external assistance is needed to deal with these types of crises, it has become quite clear that Peace Missions are an effective instrument in reducing violence and ending civil wars.

Em relação ao papel da China na manutenção da paz, a **Professora Nina Wilén** reiterou que a participação aumentou significativamente nos últimos anos. A China é agora o segundo maior contribuinte para o orçamento de manutenção da paz da ONU, depois dos EUA, e é a maior contribuinte com tropa, entre os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Estas condições dão maior protagonismo para a China nos processos de negociação para a manutenção da paz, maior visibilidade e influência.

Sobre possíveis influências da China no papel desempenhado por Europa e Brasil no contexto das Missões de Paz, a painelistas entende que isso depende da vontade política dos Estados europeus e do Brasil para resistir e definir como gostariam de contribuir mais com as Operações, seja no orçamento ou com tropa. Disse que, certamente, a Bélgica não foi um dos Estados que mais contribuiu com tropas, principalmente por ser um país pequeno, todavia está entre os principais contribuintes para o orçamento da ONU. Para a Professora, então, dependeria do que outros Estados querem: manter a China como um dos principais financiadores é uma opção. Porém, se querem moderar a influência da China na manutenção da paz, terão que contribuir mais, com tropa e recursos.

Sobre o treinamento e como seria possível aumentar a participação e a colaboração entre europeus e brasileiros há uma possibilidade interessante para o treinamento ser mais inclusivo. Cada Estado-membro tem a responsabilidade de ministrar o treinamento pré-desdobramento para suas tropas. Conhecendo antecipadamente quais tropas serão enviadas para uma mesma Missão, Brasil e os países europeus poderiam fazer, de forma conjunta, o treinamento pré-desdobramento, o que provavelmente melhoraria a interoperabilidade e a troca de experiências.

Por seu turno, o Professor Julián González Guyer entende que a cooperação entre a América do Sul e a União Europeia depende dos países envolvidos, pois não são todos os países de ambas as regiões que têm experiência em Operações de Paz das Nações Unidas. O compartilhamento de experiências pode ocorrer em cursos, treinamentos e outros tipos de atividades de intercâmbio, como mostrado pelo Contra-Almirante Carlos Augusto Chaves Leal Silva ao referir-se sobre os Centros de Preparo no Brasil.

Regarding China's role in peacekeeping, **Professor Nina Wilén** reiterated that participation has increased significantly in recent years. China is now the second largest contributor to the UN peacekeeping budget, after the US, and is the largest troop contributor among permanent members of the UN Security Council. These conditions give China a greater role in the peacekeeping negotiation processes, greater visibility and influence.

Regarding possible influences of China in the role played by Europe and Brazil in the context of Peace Missions, the panellist understands that this depends on the political will of European States and Brazil to resist and define how they would like to contribute more to Operations, whether in the budget or with troops. She said that, certainly, Belgium was not one of the states that contributed the most with troops, mainly because it is a small country, however it is among the main contributors to the UN budget. For the Professor, then, it would depend on what other states want: keeping China as one of the main financiers is an option. However, if they want to moderate China's influence on peacekeeping, they will have to contribute more, with troops and resources.

Regarding training and how it would be possible to increase participation and Collaboration between Europeans and Brazilians, there is an interesting possibility for the training to be more inclusive. Each Member State has the responsibility to provide pre-deployment training for its troops. Knowing in advance which troops will be sent to the same Mission, Brazil and European countries could jointly carry out pre-deployment training, which would likely improve interoperability and the exchange of experiences.

On his part, Professor Julián González Guyer believes that cooperation between South America and the European Union depends on the countries involved, as not all countries in both regions have experience in United Nations Peace Operations. The sharing of experiences can occur in courses, trainings, and other types of exchange activities, as shown by Rear Admiral Carlos Augusto Chaves Leal Silva when referring to the Training Centres in Brazil.

Deve-se ter em conta que os interesses dos diferentes países nem sempre são os mesmos, portanto as capacidades que os países desenvolvem são distintas. A União Europeia tem reservado principalmente suas tropas para Operações da OTAN, que são operações muito mais próximas da realidade da guerra do que das Operações de Paz. Isto não significa que os países da Europa não tenham experiências relevantes para compartilhar com a América do Sul, no tocante às Operações das Nações Unidas.

No caso da América do Sul, as tropas têm basicamente participado das Operações de Paz das Nações Unidas. Como afirmou o Contra-Almirante Carlos Augusto Chaves Leal Silva, isto revela que a política externa na América do Sul é pautada pela ideia de não intervenção e de resolução pacífica de conflitos. Entretanto, a contribuição de tropas depende de outros fatores. O Uruguai, por exemplo, é um país muito pequeno, com pouco mais de três milhões de pessoas, mas está entre os dez maiores contribuintes de tropas da ONU há alguns anos. Atualmente, o Uruguai contribui com cerca de 1.000 soldados em basicamente duas Operações de Paz, uma na República Democrática do Congo e outra nas Colinas de Golã. O Uruguai criou, também, uma escola de Operações de Paz e que certamente está aberta para transmitir e trocar expertises. Deve-se reiterar que a cooperação é importante e necessária, é desejável, mas exige a existência de interesses comuns, objetivos comuns e experiências efetivas para compartilhar.

O terceiro painalista, **Contra-Almirante Carlos Augusto Chaves Leal Silva**, iniciou suas respostas afirmando que a busca por maior proximidade entre União Europeia e os países da América do Sul passa pelo diálogo, pelo entendimento, pelas conversas entre os que executam e os que planejam as Missões. Fóruns como o Simpósio sobre Segurança Regional Europa-América do Sul são muito bem-vindos nesse aspecto, pois são momentos que promovem esta aproximação e permitem a troca de ideias, de propostas de sugestões para que haja essa identificação de interesses comuns. Desta forma se inicia o processo de solidificação dessa parceria birregional.

Sobre aspectos de treinamento, como indicado pelo o **Professor Julián González Guyer**, cada país que tem um centro de treinamento em Operações de Paz tem uma grande oportunidade para contribuir com a ampliação da capacitação e do treinamento. Importante destacar que existe um conjunto grande de ações possíveis, mas os resultados não são imediatos. A capacitação por si só demanda tempo e as infraestruturas têm limitações, mas o caminho é exatamente esse, cada país abrir suas portas e oferecer as estruturas, na medida das suas possibilidades, para o crescimento conjunto.

It should be borne in mind that the interests of different countries are not always the same, so the capacities that countries develop are different. The European Union has mainly reserved its troops for NATO Operations, which are operations much closer to the reality of war than to peacekeeping operations. This does not mean that European countries do not have relevant experiences to share with South America, with regard to United Nations Operations.

In the case of South America, troops have basically participated in United Nations Peace Operations. As Rear Admiral Carlos Augusto Chaves Leal Silva stated, this reveals that foreign policy in South America is guided by the idea of non-intervention and peaceful conflict resolution. However, troop contribution depends on other factors. Uruguay, for example, is a very small country, with just over three million people, but it has been among the top ten UN troop contributors for a few years now. Currently, Uruguay contributes around 1,000 troops in basically two Peace Operations, one in the Democratic Republic of Congo and the other in the Golan Heights. Uruguay has also created a School of Peace Operations, which is certainly open to transmit and exchange expertise. It must be reiterated that cooperation is important and necessary, but it requires the existence of common interests, common objectives, and effective experiences to share.

*The third panellist, **Rear Admiral Carlos Augusto Chaves Leal Silva**, began his responses by stating that the search for greater proximity between the European Union and South American countries involves dialogue, understanding, conversations between those who carry out and those who plan the Missions. Forums such as the Europe-South America Regional Security Symposium are very welcome in this regard, as they are moments that promote this convergence and allow the exchange of ideas, so that common interests can be identified. In this way, the process of solidifying this bi-regional partnership begins.*

*Regarding training aspects, as indicated by **Professor Julián González Guyer**, each country that has a training centre in Peace Operations has a great opportunity to contribute to the expansion of capacity building and training. It is important to highlight that there is a large set of possible actions, but the results are not immediate. Training in itself takes time and infrastructure is limited, but the path is to have each country opening its doors and offering the structures, according to its possibilities, for mutual growth.*

Entre as perguntas da audiência, a principal partiu do Vice-Almirante Gilberto Santos Kerr, antigo chefe da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL e atualmente Comandante do 7º Distrito Naval da Marinha do Brasil, responsável pela região Centro-Oeste e Distrito Federal. Foi solicitado que os painelistas comentassem a ideia comum de que os países que contribuem mais com tropas e recursos no orçamento têm mais poder na ONU, quando estão falando de um mandato específico para uma dada Missão de Paz. Alguns países, especificamente europeus, têm fortes razões econômicas e políticas por trás de sua participação em Missões. Estariam engajados em determinadas Missões da ONU mais por razões econômicas e políticas do que pelos nobres ideais das Operações de Manutenção da Paz. O Vice-Almirante questiona se os interesses destes países, de alguma forma, prejudicam o progresso de um objetivo geral da Missão da ONU. Isto seria, também, um problema quando se busca aumentar o aprimoramento da colaboração entre países da América do Sul e países europeus? Considerando que eles podem não ter as mesmas razões econômicas ou políticas para participarem juntos de uma missão de paz específica.

A Professora Nina Wilén afirmou que o interesse nacional de cada país tem um impacto real na postura que adotam em relação às Missões de Paz, na forma como vão intervir. Isto vai depender dos conflitos e das crises em questão. Sabe-se que existem muitas discussões na ONU sobre quanto cada nação está contribuindo. De fato, existe o risco de que haja outros interesses nacionais e isto tenha efeitos diretos ou indiretos na Missão.

Na resposta do Professor Julián González Guyer, este afirmou concordar com a posição externada pelo Vice-Almirante Gilberto Santos Kerr. São os interesses específicos de cada país que determinam o fato de a União Europeia concentrar suas contribuições para Operações das Nações Unidas na zona mediterrânica e no Oriente Médio. Os países da União Europeia que contribuem com tropas para as Operações de Paz em Chipre, nas Colinas de Golã ou no Líbano têm um interesse muito particular nessas regiões, especialmente em contribuir para a manutenção de níveis mínimos de estabilidade em áreas tão próximas das fronteiras da Europa mediterrânea. Os maiores contribuintes dentre os países da União Europeia são França e Alemanha, com destacada participação na Missão na República Democrática do Congo, país africano no qual a França tem diversos interesses e onde se registra a cooperação franco-alemã.

Among the questions from the audience, the main one came from Vice Admiral Gilberto Santos Kerr, former head of the UNIFIL Maritime Task Force and currently Commander of the 7th Naval District of the Brazilian Navy, responsible for the Midwest region and the Federal District. The panellists were asked to comment on the common idea that countries that contribute with more troops and resources in the budget have more power at the UN when they are talking about a specific mandate for a given Peacekeeping Mission. Some countries, specifically European ones, have strong economic and political reasons behind their participation in Missions. They would be engaged in certain UN Missions mainly for economic and political reasons rather than for the noble ideals of Peace Operations. The Vice Admiral questions if the interests of these countries, in any way, jeopardize the progress of a general objective of the UN Mission. Would this also be a problem when seeking to improve Collaboration between South American and European countries, whereas they may not have the same economic or political reasons to participate together in a specific peacekeeping mission?

Professor Nina Wilén stated that the national interest of each country has a real impact on the attitude they adopt in relation to the Peacekeeping Missions; on the way they will intervene. This will depend on the conflicts and crises in question. It is known that there are many discussions in the UN about how much each nation is contributing. In fact, there is a risk that there are other national interests, and this has direct or indirect effects on the Mission.

In his reply, Professor Julián González Guyer stated that he agreed with the position expressed by Vice Admiral Gilberto Santos Kerr. It is the specific interests of each country that determine whether the European Union concentrates its contributions to United Nations Operations in the Mediterranean area and the Middle East. European Union countries that contribute troops to Peace Operations in Cyprus, the Golan Heights, or Lebanon have a very particular interest in these regions, especially in contributing to the maintenance of minimum levels of stability in areas so close to the borders of the Mediterranean Europe. The biggest contributors among the countries of the European Union are France and Germany, with outstanding participation in the Mission in the Democratic Republic of Congo, an African country in which France has diverse interests and where there is Franco-German cooperation.

No caso dos países sul-americanos é também muito claro que a contribuição sul-americana nas Operações das Nações Unidas ocorreu durante o desdobramento da Operação de Paz no Haiti, que logo após voltou a níveis muito baixos, exceto para o caso uruguaio. Este quadro não deve se modificar, principalmente pelo fato de que os países da região têm seus interesses domésticos, muito mais prioritários do que interesses geopolíticos internacionais. O Uruguai, por exemplo, é um país muito pequeno e cuja política internacional está bastante interessada em manter a estabilidade na região do seu entorno, de modo a garantir sua independência e segurança.

Encerrando o painel, o Professor Alcides Costa Vaz lembrou um ponto importante, a ausência de marcos institucionais de diálogo político e de cooperação entre os países sul-americanos. Esta situação representa um grande obstáculo para que se possa estabelecer de fato agendas, pautas de cooperação mais claras, mais tangíveis com os países parceiros em qualquer parte do mundo. Talvez caiba ao Brasil a obrigação de assumir a liderança neste processo de resgate, visando reconstituir os espaços de cooperação política regional, para que seja possível dar consequência às agendas apontadas neste Simpósio.

2 Considerações finais dos relatores

O painel ofereceu um panorama muito atual e realístico sobre a situação das Operações de Manutenção da Paz e a participação de países europeus e sul-americanos. Os três painelistas apontaram aspectos muito relevantes neste panorama global e que merecem reflexão, pesquisa e debates futuros.

O **primeiro** aspecto que emergiu do painel foi a constatação de que as Operações de Manutenção da Paz têm obtido comprovado sucesso na redução dos níveis de violência nas áreas em conflito, com um custo muito baixo. Um **segundo** ponto relevante foi perceber o “trilema” que a ONU enfrenta neste momento, ou seja, a busca por atingir três objetivos estratégicos que colidem entre si: 1) conseguir implementar um mandato amplo (maximizar o sucesso); 2) minimizando as baixas dos mantenedores da paz (minimizar o risco) e 3) reduzir custos (maximizando a relação custo-benefício).

O painel caracterizou, com muita clareza, um **terceiro** aspecto: a reduzida participação dos países da União Europeia e América do Sul nas Missões de Paz da ONU.

O **quarto** aspecto que foi destacado no painel foi a robusta experiência brasileira nas Operações de Paz.

In the case of South American countries, it is also very clear that the South American contribution to United Nations Operations took place during the deployment of the Peacekeeping Operation in Haiti, which soon after returned to very low levels, except for the case of Uruguay. This picture should not change, mainly because the countries of the region have their domestic interests, which have a much higher priority than international geopolitical interests. Uruguay, for example, is a very small country whose international policy is very interested in maintaining stability in the surrounding region, in order to guarantee its independence and security.

Closing the panel, Professor Alcides Costa Vaz recalled an important point: the absence of institutional frameworks for political dialogue and cooperation between South American countries. This situation represents a major obstacle to establishing clearer, more tangible agendas and cooperation guidelines with partner countries anywhere in the world. Perhaps it is Brazil's obligation to take the lead in this process, aiming to reconstitute the spaces of regional political cooperation, so that it is possible to follow up on the agendas discussed in this Symposium.

2 Final considerations of the rapporteurs

The panel provided a very current and realistic overview of the situation of Peace Operations and the participation of European and South American countries. The three panellists pointed out very relevant aspects in this global panorama that deserve further reflection, research, and debate.

*The **first** aspect that emerged from the panel was the realization that UN peacekeeping operations have been proven successful in reducing levels of violence in conflict areas, at a very low cost. A **second** relevant point was to perceive the “trilemma” that the UN is currently facing, i.e., the quest to achieve three strategic objectives that collide with each other: 1) to be able to implement a broad mandate (maximize success); 2) minimizing peacekeeper casualties (minimizing risk) and 3) reducing costs (maximizing cost-effectiveness).*

*The panel characterized, very clearly, a **third** aspect: the reduced participation of the countries of the European Union and South America in the UN Peace Missions.*

*The **fourth** aspect that was highlighted in the panel was the robust Brazilian experience in UN peacekeeping operations.*

Conforme pontuou o Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, Secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no primeiro dia deste Simpósio, o Brasil detém sólido histórico de contribuições para paz e segurança internacionais. Ao longo dos últimos 73 anos, o país enviou mais de 50 mil militares e policiais para servirem em 42 das 72 missões de paz da ONU. O Brasil exerceu o comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) por 13 anos consecutivos, e o comando da Força-Tarefa Marítima no Líbano (UNIFIL) por quase 10 anos. A MONUSCO, na República Democrática do Congo, tem seu componente militar comandado há anos por um General brasileiro e a missão conta com uma equipe Brasileira de treinamento especializada em guerra na selva. Hoje, militares e policiais brasileiros integram 7 das 12 Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas. O Brasil tem o desafio de retomar seu protagonismo no desdobramento de tropas, como ocorreu na exitosa participação na MINUSTAH.

O **quinto** e último aspecto debatido no painel foram as possibilidades de cooperação Europa - América do Sul no campo do treinamento e capacitação. Algumas iniciativas já ocorrem concretamente em missões de treinamento para Operações de Paz, como no caso dos instrutores franceses, alemães, suecos e suíços que atuam ou atuaram no CCOPAB, no Rio de Janeiro. Observa-se grande potencial para incrementar a cooperação entre América do Sul e Europa nessa área e o Brasil poderá servir de elo entre países sul-americanos e europeus.

As pointed out by Ambassador Paulino Franco de Carvalho Neto, Secretary for National Sovereignty and Citizenship Affairs at the Brazilian Ministry of Foreign Affairs, on the first day of this Symposium, Brazil has a solid track record of contributing to international peacekeeping and security. Over the past 73 years, the country has deployed more than 50,000 military and police to serve in 42 of the 72 UN peacekeeping missions. Brazil exercised command of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) for 13 consecutive years, and command of the Maritime Task Force in Lebanon (UNIFIL) for almost 10 years. MONUSCO, in the Democratic Republic of Congo, has its military component commanded for years by a Brazilian General and the mission has a Brazilian training team specialized in jungle warfare. Today, Brazilian military and police are part of 7 of the 12 United Nations Peacekeeping Operations. Brazil faces the challenge of resuming its leading role in the deployment of troops, as occurred in the successful participation in MINUSTAH.

*The **fifth** and final aspect discussed at the panel was the possibility of Europe - South America cooperation in the field of training and capacity building. Some initiatives already take place in training missions for UN peacekeeping operations, as in the case of French, German, Swedish, and Swiss instructors who work or have worked at CCOPAB, in Rio de Janeiro. There is great potential to increase cooperation between South America and Europe in this area, and Brazil could serve as a link between South American and European countries.*

Anexo 1 – Distribuição de militares brasileiros em Missões de Paz da ONU, 2021

PAIS	MISSÃO	FUNÇÃO	MILITAR		POLICIA		TOTAL
			M	F	M	F	
SAARA OCIDENTAL	MINURSO	Observador Militar	8	1	-	-	9
SUDÃO	UNISFA	Observador Militar	2	-	-	-	3
		Estado-Maior	1	-	-	-	
SUDÃO DO SUL	UNMISS	Observador Militar	4	-	-	-	18
		Estado-Maior	7	1	3	3	
		Polícia da ONU	-	-	-	-	
REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	MINUSCA	Estado-Maior	6	2	-	-	11
		Observador Militar	3	-	-	-	
		Polícia da ONU	-	-	-	1	
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	MONUSCO	<i>Force Commander</i>	1	-	-	-	26
		Equipe de treinamento de Selva	13	-	-	-	
		Estado-Maior	7	1	-	-	
		Observador Militar	1	-	-	-	
		Estado-Maior - Btl do Uruguai	2	-	-	-	
CHIPRE	UNFICYP	Observador Militar	1	-	-	-	2
		Estado-Maior - Btl da Argentina	1	-	-	-	
LIBANO	UNIFIL	Estado-Maior	2	-	-	-	9
		Estado-Maior - Bda da Espanha	7	-	-	-	

Fonte: Elaborado por Silva, C.A.C.L. com dados do Ministério da Defesa (2021)

Attachment 1 - Distribution of Brazilian military personnel in UN Peacekeeping Missions, 2021

COUNTRY	MISSION	ROLE	MILITARY		POLICE		TOTAL
			M	F	M	F	
WESTERN SAHARA	MINURSO	Military Observer	8	1	-	-	9
SUDAN	UNISFA	Military Observer	2	-	-	-	3
		Staff	1	-	-	-	
SOUTH SUDAN	UNMISS	Military Observer	4	-	-	-	18
		Staff	7	1	3	3	
		UN Police	-	-	-	-	
CENTRAL AFRICAN REPUBLIC	MINUSCA	Staff	6	2	-	-	11
		Military Observer	3	-	-	-	
		UN Police	-	-	-	1	
DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO	MONUSCO	Force Commander	1	-	-	-	26
		Jungle Combat Mobile Training Team	13	-	-	-	
		Staff	7	1	-	-	
		Military Observer	1	-	-	-	
		Staff in the Uruguay Bn	2	-	-	-	
CYPRUS	UNFICYP	Military Observer	1	-	-	-	2
		Staff in the Argentinian Bn	1	-	-	-	
LEBANON	UNIFIL	Staff	2	-	-	-	9
		Staff in the Spanish Bn	7	-	-	-	

Source: Prepared by Silva, C.A.C.L. with data from the Ministry of Defence (2021)



PAINEL 3

PANEL 3

ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS EM AÇÕES HUMANITÁRIAS *ROLE OF THE ARMED FORCES IN HUMANITARIAN ACTIONS*

Relatores:

Rapporteurs:

Prof. Dr. Peterson Ferreira da Silva
Prof. Dr. Peterson Ferreira da Silva

CF (T) Nádía Xavier Moreira
Lieutenant Commander Nádía Xavier Moreira

PAINEL 3

Atuação das Forças Armadas em Ações Humanitárias

Relatores⁶⁸

Prof. Dr. Peterson Ferreira da Silva⁶⁹

CF (T) Nádia Xavier Moreira⁷⁰

1 Contextualização Temática

Em diversos países é possível verificar forças armadas exercendo outros papéis além da sua missão precípua, a qual basicamente é o preparo e emprego do poder militar. Nesse contexto, a questão da participação de forças armadas em ações humanitárias vem ganhando relevância em vários países e também na agenda internacional, sobretudo em função do aumento significativo da frequência e da intensidade de eventos decorrentes de desastres naturais e da ação humana. Não por acaso, as atividades de **Assistência Humanitária e de Ajuda em Situações de Desastres (*Humanitarian Assistance and Disaster Relief - HADR*)** ganharam, nas últimas décadas, um espaço relevante em políticas públicas de Segurança e Defesa Nacionais e, conseqüentemente, em planejamentos militares ao redor do globo.

Enchentes, secas, furacões, grandes incêndios, tsunamis, terremotos, epidemias, crises de refugiados, conflitos civis, entre outros exemplos, têm demandado respostas amplas, envolvendo dinâmicas interagências e interorganizacionais complexas. Em geral, o envolvimento de forças armadas em atividades associadas à HADR pode ocorrer domesticamente ou em outros países. Com frequência, abrangem outros segmentos e organizações governamentais (ex. defesa civil, segurança pública, controle de fronteiras, transporte, saúde, defesa nacional, infraestrutura etc.), em variados níveis (ex. federal,

68 As ideias e pontos de vista deste texto são de natureza exclusivamente acadêmica e expressam o pensamento de seus autores, não representando necessariamente posições oficiais de qualquer órgão ou entidade do governo brasileiro.

69 Professor Adjunto da Carreira do Magistério Superior Federal – Escola Superior de Defesa (ESD). Doutor pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). Especialista em Gestão Pública pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). E-mail: peterson.silva@defesa.gov.br.

70 Pós-doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ). Doutora em Serviço Social (UFRJ). Doutoranda em Antropologia Social (UNB). Mestre em Serviço Social (PUC-Rio). Professora/Pesquisadora da Escola Superior de Defesa (ESG). Linha de pesquisa Dimensão Humana dos Estudos de Defesa, do Laboratório de Pesquisa em Segurança, Desenvolvimento e Defesa (LAB-SDD) da ESD. E-mail: nadia.moreira@defesa.gov.br. Pós-doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ). Doutora em Serviço Social (UFRJ). Doutoranda em Antropologia Social (UNB). Professora/Pesquisadora da Escola Superior de Defesa (ESG). Linha de pesquisa Dimensão Humana dos Estudos de Defesa, do Laboratório de Pesquisa em Segurança, Desenvolvimento e Defesa (LAB-SDD) da ESD. E-mail: nadiaxmoreira@yahoo.com.br

PANEL 3

Role of the Armed Forces in Humanitarian Actions

Rapporteurs⁷¹

Prof. Peterson Ferreira da Silva⁷²

Lieutenant Commander Nádia Xavier Moreira⁷³

1 Context on the issue

*In several countries, we see the armed forces exercising other roles in addition to their primary mission, which is basically the preparation and use of military power. In this context, the issue of the participation of the armed forces in humanitarian actions has been gaining relevance in several countries and also on the international agenda, especially due to the significant increase in the frequency and intensity of events resulting from natural disasters and human action. It is not by chance that the activities of **Humanitarian Assistance and Disaster Relief (HADR)** have gained, in the last decades, a relevant space in public policies of National Security and Defence and, consequently, in military planning around the globe.*

Floods, droughts, hurricanes, large fires, tsunamis, earthquakes, epidemics, refugee crises, civil conflicts, among other examples, have demanded broad responses, involving complex interagency and interorganizational dynamics. In general, military involvement in HADR-associated activities can occur domestically or in other countries. Often, they cover other governmental segments and organizations (e.g., civil defence, public security, border control, transport, health care, national defence, infrastructure, etc.), at various levels (e.g., federal, state, municipal), as well as institutions from the private sector, civil society,

⁷¹ *The ideas and points of view in this text are exclusively academic in nature and express the thoughts of their authors, not necessarily representing official positions of any agency or entity of the Brazilian government.*

⁷² *Adjunct Professor of the Career in Federal Higher Teaching – Brazilian Defence College (ESD). PhD from the Institute of International Relations of the University of São Paulo (IRI-USP). Specialist in Public Management from the School of Sociology and Politics Foundation of São Paulo. Master by the Graduate Program in International Relations San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP and PUC-SP). E-mail: peterson.silva@defesa.gov.br.*

⁷³ *Post-doctorate in Social Anthropology at the National Museum (UFRJ). PhD in Social Work (UFRJ). PhD student in Social Anthropology (UNB). Master's in Social Work (PUC-Rio). Professor/Researcher at the Brazilian Defence College (ESD). Line of research: Human Dimension of Defence Studies, from the Research Laboratory in Security, Development and Defence (LAB-SDD) of ESD. E-mail: nadia.moreira@defesa.gov.br.*

estadual, municipal), bem como instituições do setor privado, da sociedade civil, organizações intergovernamentais e não-governamentais em geral (ex. Comitê Internacional da Cruz Vermelha - CICV, Agência da ONU para Refugiados – ACNUR, Médicos Sem Fronteiras – MSF etc.). Tais atividades, portanto, exigem grandes esforços de **coordenação interagências** no nível governamental e também, de forma mais ampla, de **cooperação interorganizacional**. Ademais, os impactos provocados pela mudança climática ou por epidemias/pandemias poderão acarretar graves consequências ambientais, sociais, econômicas e políticas.

Nesse sentido, pergunta-se: quais são os principais cenários envolvendo países da Europa e da América Latina em que se visualiza o emprego de forças armadas em ações humanitárias? Quais são os principais desafios esperados no contexto dessas políticas e práticas de ajuda humanitária? Quais medidas podem ser tomadas para contornar essas dificuldades? Quais foram as principais lições aprendidas e melhores práticas observadas nos últimos anos no que diz respeito a ações humanitárias?

2 Painel - Atuação das forças armadas em ações humanitárias

Na abertura do Painel, **Federico Martínez-Monge**, Representante Adjunto do ACNUR no Brasil, ressaltou a importância e o tipo de trabalho desenvolvido pelas organizações e profissionais humanitários, incluindo a relevância da interação entre organização e profissionais humanitários com forças armadas. Ele também sublinhou que as atividades humanitárias ocorrem tanto em situações de conflito armado quanto em desastres provocados ou não por ações humanas. Na primeira situação, o foco das forças armadas é na segurança para a população civil, refugiada, acolhida e dos próprios atores humanitários.

Na segunda situação, o foco é aprimorar o trabalho e as estratégias conjuntas, como no campo da logística e da cooperação entre os diversos atores envolvidos, sejam eles de natureza civil ou militar, necessários para (i) a **proteção e promoção dos princípios da humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência operacional**, (ii) evitar a competição no desempenho de funções, (iii) minimizar a inconsistência das ações e (iv) buscar, quando apropriado, objetivos comuns.

Nesse mesmo contexto, o representante da ACNUR também destacou a importância da **coordenação**, a qual é vista como uma responsabilidade compartilhada, desempenhada dentro e fora da área de atuação da comunidade humanitária.

intergovernmental and non-governmental organizations in general (e.g., International Committee of the Red Cross - ICRC, UN Refugee Agency - UNHCR, Doctors Without Borders – MSF, etc.). Such activities, therefore, require major efforts of **interagency coordination** at the government level and also, more broadly, **interorganizational cooperation**. Furthermore, impacts caused by climate change or epidemics/pandemics may have serious environmental, social, economic, and political consequences.

In this sense, the question is: what are the main scenarios involving countries in Europe and Latin America in which the use of armed forces in humanitarian actions is pictured? What are the main challenges expected in the context of these humanitarian aid policies and practices? What measures can be taken to overcome these difficulties? What were the main lessons learned and best practices observed in recent years with regard to humanitarian actions?

2 Panel - Role of the Armed Forces in Humanitarian Actions

At the opening of the Panel, **Federico Martínez-Monge**, Deputy Representative of UNHCR in Brazil, highlighted the importance and type of work carried out by humanitarian organizations and professionals, including the relevance of the interaction between the organization and humanitarian professionals with the armed forces. He also underlined that humanitarian activities take place both in situations of armed conflict and in disasters caused by human actions or not. In the first situation, the focus of the armed forces is on security for the civilian population, refugees, shelter seekers, and humanitarian actors themselves.

In the second situation, the focus is on improving joint work and strategies, such as in the field of logistics and cooperation between the various actors involved, whether civil or military, necessary (i) for the **protection and promotion of the principles of humanity, impartiality, neutrality, and operational independence**, (ii) to avoid competition in the performance of functions, (iii) to minimize the inconsistency of efforts and (iv) to seek, when appropriate, common objectives.

In this same context, the UNHCR representative also highlighted the importance of **coordination**, which is seen as a shared responsibility, carried out within and outside the humanitarian community's sphere of action.

O primeiro painelista, o **Contra-Almirante Eric Aymard**, Comandante Superior das Forças Armadas nas Antilhas da França, compartilhou sua experiência lidando com os desastres naturais de alta intensidade que habitualmente ocorrem na região do Caribe.

O Almirante explicou que tais desastres podem ser divididos em sazonais (ex. furacões), previsíveis (ex. furacões e erupções vulcânicas) e imprevisíveis (ex. terremotos e tsunamis). No que tange à temporada de grandes tempestades e furacões, é possível afirmar que, desde 1950, a maior parte desses fenômenos ocorre entre os meses de julho e outubro. Esse levantamento é importante na medida em que indica aos planejadores militares a necessidade de manter, sobretudo ao longo desses quatro meses, em alta **prontidão**, as unidades militares a serem eventualmente acionadas.

Um dos exemplos relativamente recentes do desafio enfrentado por atores humanitários e militares na região do Caribe foi o furacão Irma. Em setembro de 2017, o Irma se configurou como uma das tempestades mais fortes já ocorridas no Atlântico, deixando um rastro de destruição, desabrigados, feridos e mortos nas ilhas do Caribe.

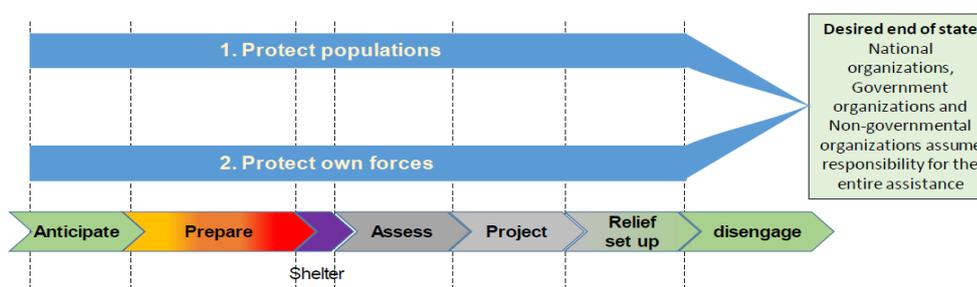
Para se opor a tais desastres, o Almirante explicou que as forças militares francesas atuantes na região conceberam um **Conceito de Operações (Concept of Operation - CONOPS)**⁷⁴ dividido em duas linhas e sete fases. As duas linhas de operação são denominadas, respectivamente, de “Proteger a população” (*Protect populations*) e “Proteger nossas próprias forças” (*Protect own forces*) – caso contrário as unidades dificilmente conseguirão desempenhar suas tarefas adequadamente.

O Estado Final Desejado (*Desired End State*) dessas duas linhas é que as “organizações nacionais, governamentais e não-governamentais, possam assumir a responsabilidade de toda a assistência”. As sete fases, conforme a **Figura 1**, são: (1) Antecipação, (2) Preparação, (3) Abrigo, (4) Avaliação, (5) Projeção, (6) Estabelecimento da Ajuda e (7) Desengajamento.

Figura 1: Conceito de Operações.

2 lines of operations divided in 7 phases

Desired end state => National Organizations, Government Organizations and Non-Governmental Organizations assume responsibility for the entire assistance



Fonte: AYMARD, Eric (Rear Admiral). Military contribution in humanitarian operations: focus on hurricane. 3º Simpósio União Europeia-América do Sul, Painel 3 (9 de dezembro de 2021). Slide 3.

74 Em geral, Conceito de Operações (CONOPS) é uma declaração formal, gráfica ou verbal que de forma clara e concisa expressa o que um comandante pretende realizar e como isso será feito, conforme os recursos disponíveis. Ver, por exemplo: UNITED STATES OF AMERICA. DOD Dictionary of Military and Associated Terms (JCS). November, 2021. Disponível em: <https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/dictionary.pdf> . Acesso em: 01 mar. 2022.

The first panellist, **Rear Admiral Eric Aymard**, Commander of the French Forces in the Antilles, shared his experience dealing with the high-intensity natural disasters that commonly occur in the Caribbean region. The Admiral explained that such disasters can be

divided into seasonal (e.g., hurricanes), predictable (e.g., hurricanes and volcanic eruptions) and unpredictable (e.g., earthquakes and tsunamis). Regarding the season of major storms and hurricanes, it is possible to state that, since 1950, most of these phenomena have occurred between the months of July and October. This survey is important since it indicates to military planners the need to keep at high **readiness** the military units to be occasionally activated, especially during these four months.

One of the relatively recent examples of the challenge faced by humanitarian and military actors in the Caribbean region was Hurricane Irma. In September 2017, Irma became one of the strongest storms ever to occur in the Atlantic, leaving a trail of destruction, homelessness, injured and dead in the Caribbean islands.

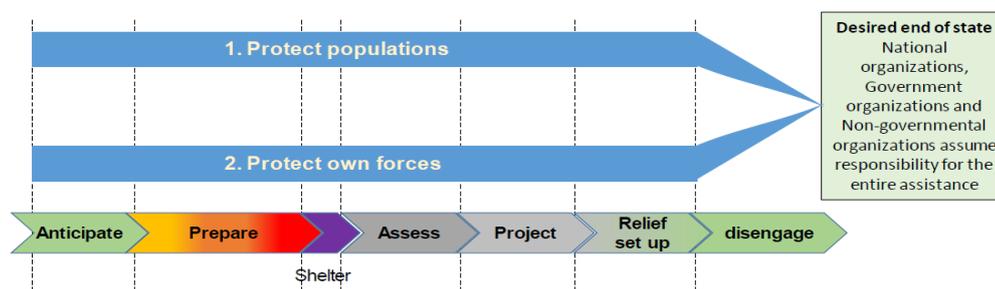
To counter such disasters, the Admiral explained that the French military forces operating in the region conceived a **Concept of Operations (CONOPs)**⁷⁵ divided into two lines and seven phases. The two lines of operation are called, respectively, “Protect populations” and “Protect own forces” – otherwise the units will hardly be able to perform their tasks adequately.

The Desired End State of these two lines is that “national, governmental and non-governmental, organizations can assume responsibility for all assistance”. The seven phases, as shown in **Figure 1**, are: (1) Anticipate, (2) Prepare, (3) Shelter, (4) Assess, (5) Project, (6) Relief Set Up, and (7) Disengage.

Figure 1: Concept of Operation.

2 lines of operations divided in 7 phases

Desired end state => National Organizations, Government Organizations and Non-Governmental Organizations assume responsibility for the entire assistance



Source: AYMARD, Eric (Rear Admiral). Military contribution in humanitarian operations: focus on hurricane. 3rd European Union-South America Symposium, Panel 3 (9 December 2021). Slide 3.

⁷⁵ In general, a Concept of Operations (CONOPS) is a formal, graphic, or verbal statement that clearly and concisely expresses what a commander intends to accomplish and how it will be accomplished, given available resources. See, for example: UNITED STATES OF AMERICA. DOD Dictionary of Military and Associated Terms (JCS). November 2021. Available at: <https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/dictionary.pdf>. Access on Mar. 1st, 2022

(1) Antecipação. Nessa fase, o primeiro passo é trabalhar em um bom plano, o qual deve ser continuamente ajustado e revisado, conforme necessidade e lições aprendidas em cada temporada de tempestades e furacões. O segundo passo consiste na realização de treinamentos anuais. O treinamento básico é executado em setembro, ou seja, após ajustes feitos no plano. O outro treinamento consiste em um exercício militar preparatório, o qual é realizado, em geral, no início da temporada de tempestades e furacões. Em 2022, por exemplo, esse exercício militar está programado para acontecer em junho. O terceiro passo é desenvolver e manter um nível mais elevado possível de cooperação internacional com diversas organizações governamentais e não-governamentais, sejam elas de abrangência nacional ou internacional. Finalmente, o expositor destacou a importância do trabalho de previsão de tempo, permitindo o melhor monitoramento e preparação possíveis, geralmente com alguns dias de antecedência.

(2) Preparação e (3) Abrigo. Nessa fase um dos primeiros passos é proteger as próprias forças militares, a fim que elas possam agir rapidamente após um desastre. Em seguida, são enviadas equipes leves de reconhecimento para as regiões afetadas, desde que com a devida autorização e em coordenação com os governos e autoridades envolvidas.

(4) Avaliação. Após a ocorrência da grande tempestade ou furacão na região afetada, as equipes leves de reconhecimento preposicionadas realizam uma avaliação dos danos (ex. estradas, comunicações, energia, suprimento de água, SPOD⁷⁶, APOD⁷⁷ etc.) e iniciam a articulação das ações necessárias, ao lado da comunidade humanitária ou de organizações específicas (ex. organizações voltadas para engenharia de tráfego, telefonia, energia elétrica, abastecimento de água, segurança aeroportuária, etc.).

(5) Projeção e (6) Estabelecimento da Ajuda. Após a avaliação inicial, são colocadas em execução as medidas logísticas necessárias e o desdobramento das equipes de resgate, primeiros-socorros e de pronta-resposta. Em seguida, busca-se o fornecimento de itens básicos às regiões e pessoas afetadas (ex. comida, água, abrigo e segurança). Ainda nessa fase, engenheiros e demais especialistas (ex. energia, abastecimento de água, atendimento médico) estão previstos para trabalhar ao lado de organizações governamentais e não-governamentais.

⁷⁶ **SPOD:** porto de desembarque (*seaport of debarkation*).

⁷⁷ **APOD:** Aeroporto de desembarque (*aerial port of debarkation*).

(1) Anticipate. At this stage, the first step is to work on a good plan, which should be continually adjusted and revised as needed and based on lessons learned in each storm and hurricane season. The second step is to carry out annual training. Basic training is carried out in September, i.e., after adjustments have been made to the plan. The other training consists of a preparatory military exercise, which is generally carried out at the beginning of the storm and hurricane season. In 2022, for example, this military exercise is scheduled to take place in June. The third step is to develop and maintain the highest possible level of international cooperation with various governmental and non-governmental organizations, whether national or international in scope. Finally, the speaker highlighted the importance of weather forecasting, allowing the best possible monitoring and preparation, usually a few days in advance.

(2) Prepare and (3) Shelter. In this phase, one of the first steps is to protect the military forces themselves, so that they can act quickly after a disaster. Then, light reconnaissance teams are sent to the affected regions, provided that they have proper authorization and in coordination with the governments and authorities involved.

(4) Assess. After the occurrence of a major storm or hurricane in the affected region, pre-positioned light reconnaissance teams carry out a damage assessment (e.g., roads, communications, energy, water supply, SPOD⁷⁸, APOD⁷⁹, etc.) and begin articulating actions needed, alongside the humanitarian community or specific organizations (e.g., organizations focused on traffic engineering, telephony, electricity, water supply, airport security, etc.).

(5) Project and (6) Relief Set Up. After the initial assessment, the necessary logistical measures are implemented and the rescue, first-aid, and first-response teams are deployed. The next step is to provide the affected regions and people with basic items (e.g., food, water, shelter, and security). Also at this stage, engineers and other specialists (e.g., energy, water supply, medical care) are expected to work alongside governmental and non-governmental organizations.

⁷⁸ **SPOD:** seaport of debarkation.

⁷⁹ **APOD:** aerial port of debarkation.

(7) Desengajamento. À medida que outras organizações governamentais e não-governamentais vão assumindo tarefas e ações após determinado desastre, as forças militares vão gradualmente transferindo a responsabilidade por essas mesmas tarefas e ações. Desse modo, se nas primeiras fases do CONOPs as forças armadas representam a espinha dorsal da ajuda humanitária, a partir das fases seis e sete o envolvimento dos militares vai gradualmente diminuindo (ex. apoio logístico) até o ponto que tais forças não são mais necessárias no teatro de operações.

Por fim, o Almirante Aymard destacou que, em caso de desastres imprevisíveis (ex. terremotos e tsunamis), o CONOPs apresentado é ‘encurtado’, sendo executado, basicamente, a partir das fases 4 (Avaliação) e 5 (Projeção).

O segundo painelista foi a **Embaixadora Mária Gabriela Troya**, Subsecretária de Soberania e Relações Fronteiriças do Ministério das Relações Exteriores e Mobilidade Humana do Equador. Inicialmente, ela sublinhou os princípios norteadores das ações humanitárias: humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência operacional. Em seguida, a Embaixadora focou em algumas experiências obtidas pelas Forças Armadas do Equador em ações humanitárias.

A embaixadora ressaltou a experiência das Forças Armadas do Equador no contexto dos terremotos ocorridos, por exemplo, no Equador (2016) e no Haiti (2010), essa última no âmbito da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), destacando a atuação dos engenheiros militares nos esforços de apoio e reconstrução.

Outras atuações ressaltadas foram (i) a atuação das Forças Armadas no Equador na Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE), estabelecida em 1995 e que logrou êxito na desmilitarização da zona de conflito e na demarcação de uma área desmilitarizada, e (ii) a posterior desminagem humanitária realizada nas regiões envolvidas naquele conflito, com destaque para o trabalho desenvolvido pelo *Centro Nacional de Desminado Humanitário del Ecuador* (CENDESMI) e as ações desenvolvidas pelo Batalhão nº 68 “COTOPAXI” do Corpo de Engenheiros do Exército do Equador, resultando em quatro províncias totalmente desminadas na fronteira sul-oriental do país.

O último painelista, o **General de Divisão R1 Antônio Manoel de Barros**, Ex-Comandante da Operação Acolhida, iniciou sua explanação destacando a grande participação das Forças Armadas do Brasil em seu território, amparada na Constituição do país, dentro de duas grandes linhas de emprego militar: (i) situação de guerra e de defesa da Pátria (operações defensivas e ofensivas), essa não objeto de discussão no painel; e (ii) situação de não guerra, a exemplo da Garantia da Lei e da Ordem – GLO (operações de coordenação e cooperação com agências e atuação em faixas na fronteira, dentre outras), o que abre um leque grande e diversificado de ações e operações às Forças Armadas brasileiras.

(7) Disengage. As other governmental and non-governmental organizations assume tasks and actions after a given disaster, military forces gradually transfer responsibility for these same tasks and actions. Thus, if in the first phases of CONOPs the armed forces represent the backbone of humanitarian aid, from phases six and seven onwards the Finally, involvement of the military gradually decreases (e.g., logistical support) to the point that such forces are no longer needed in the operations.

Finally, Admiral Aymard highlighted that, in the event of unpredictable disasters (e.g., earthquakes and tsunamis), the CONOPs are 'shortened', being basically executed from phases 4 (Assess) and 5 (Project).

The second panellist was **Ambassador Mária Gabriela Troya**, Undersecretary for Sovereignty and Border Relations at the Ministry of Foreign Affairs and Human Mobility of Ecuador. Initially, she underlined the guiding principles of humanitarian actions: humanity, neutrality, impartiality, and operational independence. The Ambassador then focused on some experiences acquired by the Ecuadorian Armed Forces in humanitarian actions.

The ambassador highlighted the experience of the Armed Forces of Ecuador in the context of the earthquakes that occurred, for example, in Ecuador (2016) and in Haiti (2010), the latter within the scope of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), highlighting the role of military engineers in support and reconstruction efforts.

Other actions highlighted were (i) the work of the Armed Forces in Ecuador in the Ecuador-Peru Military Observer Mission (MOMEPE), established in 1995 and which was successful in the demilitarization of the conflict zone and in the demarcation of a demilitarized area, and (ii) the subsequent humanitarian demining carried out in the regions involved in that conflict, with emphasis on the work carried out by the Centro Nacional de Desminado Humanitário del Ecuador (CENDESMI) and the actions carried out by Battalion no. 68 "COTOPAXI" of the Corps of Engineers of the Ecuadorian Army, resulting in four fully demined provinces on the country's south-eastern border.

The last panellist, **Lieutenant General Antônio Manoel de Barros**, Retd., Former Commander of Operation Acolhida, began by highlighting the significant participation of the Brazilian Armed Forces in national territory, supported by the country's Constitution, within two major lines of military employment: (i) situation of war and defence of the Homeland (defensive and offensive operations), which was not the subject of discussion in the panel; and (ii) non-war situation, such as the Guarantee of Law and Order - GLO (coordination and cooperation operations with agencies and operations in border strips, among others), which opens up a wide and diversified range of actions and operations to the Brazilian Armed The Forces.

O General entende que tal fato advém da forma como foi constituída a nacionalidade de país, sendo historicamente essa instituição acionada para resolver problemas administrativos.

No caso específico do emprego das Forças Armadas em operações de ajuda humanitária, o General retomou o conceito empregado pelo manual do Exército Brasileiro que entende tais operações como *“concebidas especificamente para aliviar o sofrimento humano que represente séria ameaça à vida ou resulte em extenso dano ou perda de propriedade, bem como para prestar assistência cívico-social. Destina-se a complementar, com a utilização de meios militares, o esforço de resposta do governo e das demais agências a desastres”* (EB70-MC-10.37). Todavia, o General ponderou questões que devem ser levantadas no emprego dessa definição: o que significa aliviar o sofrimento humano? O que representa séria ameaça à vida? Para o expositor, as respostas a tais indagações envolvem decisão política, as quais se refletem nos meios e na forma de se atuar. Frisou que ao se falar de emprego militar é fundamental que as ações estejam claras.

O General Antônio Manoel de Barros também destacou o envolvimento das Forças Armadas brasileiras em eventos de natureza bastante distintos não somente no país, mas em contexto internacional, a exemplo: terremoto na cidade do México (1985); Césio 137 em Goiânia (1987); Operação Pipa (1998); Operações de Paz no Haiti (2004-2019); fortes chuvas na Bolívia (2008); fortes chuvas no norte fluminense (2011); Operação Acolhida (2018); rompimento de barragem em Brumadinho (2019); desastre ambiental nas praias brasileiras (2019); combate às queimadas na Amazônia brasileira (2019/20) e combate à COVID-19 (2020/2021). Pontuou que a diversidade de situações exigiu também atuações diferenciadas e, se por um lado apresenta desafios, por outro, oportunizou uma gama de aprendizagens.

Em meio a tais atuações, o General Antônio Manoel de Barros ressaltou que, segundo sua percepção, a **Operação Acolhida**, ativada em março de 2018, em termos de experiência às Forças Armadas, foi aquela mais complexa em se tratando de ajuda humanitária.

Dada sua estrutura envolvendo mais de 12 (doze) ministérios, com 4 (quatro) subcomitês; acrescida de sua base legal com dois decretos, um que reconhece a crise presidencial, e outro que estabelece o sistema de governança no estratégico e político do governo, sem os quais não seria possível a Operação Acolhida⁸⁰.

80 O Decreto Nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018, reconheceu a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Já o Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018, definiu a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

General understands that this fact arises from the way in which the nationality of a country was constituted, historically being used to solve administrative problems.

In the specific case of the use of the Armed Forces in humanitarian aid operations, the General brought up the concept used by the Brazilian Army manual, which understands such operations as “specifically designed to alleviate human suffering that represents a serious threat to life or results in extensive damage or loss of property, as well as to provide civic and social assistance. It is intended to complement, with the use of military means, the effort of the government and other agencies to respond to disasters” (EB70-MC-10.37). However, the General considered questions that must be raised in employing this definition: What does it mean to alleviate human suffering? What is a serious threat to life? For the speaker, the answers to such questions involve political decisions, which are reflected in the means and the way of acting. He stressed that when talking about military employment, it is essential that actions are clear.

General Antônio Manoel de Barros also highlighted the involvement of the Brazilian Armed Forces in events of a very different nature, not only in the country, but in an international context, such as: the earthquake in Mexico City (1985); Cesium 137 in Goiânia (1987); Operation Pipa (1998); Peacekeeping Operations in Haiti (2004-2019); heavy rains in Bolivia (2008); heavy rains in northern Rio de Janeiro (2011); Operation Acolhida (2018); dam Collapse in Brumadinho (2019); environmental disaster on Brazilian beaches (2019); fighting fires in the Brazilian Amazon (2019/20), and fighting COVID-19 (2020/2021). He pointed out that the diversity of situations also required differentiated actions and, if, on the one hand, it presents challenges, on the other, it provided a range of learning opportunities.

Among such actions, General Antônio Manoel de Barros stressed that, according to his perception, **Operation Acolhida**, activated in March 2018, in terms of experience with the Armed Forces, was the most complex regarding humanitarian aid.

Given its structure involving more than 12 (twelve) ministries, with 4 (four) subcommittees; in addition to the legal framework with two decrees, one that recognizes the presidential crisis, and the other that establishes the governance system in the strategic and political sphere of the government, without which Operation Acolhida⁸¹ would not be possible.

⁸¹ Decree No. 9,285, of February 15, 2018, recognized the situation of vulnerability resulting from the migratory flow caused by the humanitarian crisis in the Bolivarian Republic of Venezuela. Decree No. 9,286, of February 15, 2018, defined the composition, powers, and operating rules of the Federal Committee for Emergency Assistance to provide shelter for people in situations of vulnerability resulting from a migratory flow caused by a humanitarian crisis.

Ressaltou que as situações demandavam respostas muito rápidas, sendo esse seu grande desafio, o que resultou na criação de subcomitês⁸² para dar uma resposta efetiva, impactando na gestão, a qual tinha que se pautar em dois grandes princípios: na legalidade e na legitimidade da Operação. Para tal, foi montada uma estrutura de governança da Operação, composta pelo **Comitê Federal de Assistência Emergencial**, uma Força-Tarefa de Logística Humanitária e outras instituições.

Relatou que, dada a situação encontrada na área de Boa Vista (RR), as Forças Armadas orientaram suas ações em três tarefas básicas: (i) **ordenamento de fronteira** (1.331.682 atendimentos realizados no posto de triagem de junho de 2018 a abril de 2021); (ii) **abrigo** (5920 abrigados e 2544 alojados) e (iii) **interiorização** (postos O General relatou também que, em 2021, a Operação Acolhida esteve focada na questão indígena, na interiorização, nas ocupações espontâneas e nos recursos. Em se tratando da questão indígena, foram estabelecidos 4 eixos de atuação: estabilização emergencial, fortalecimento comunitário, integração local e estratégia de saída e parcerias e coordenação.

Para o General, esse exercício preparou o pessoal para a Operação Acolhida, possibilitando que as Forças Armadas conseguissem responder celeremente à complexidade da missão apresentada, agravada em março de 2021 pela pandemia de COVID-19. Todo esse processo demandou um trabalho conjunto de coordenação e colaboração com várias agências nacionais e internacionais envolvidas na operação.

Para o General, a pandemia de COVID-19 desencadeou no interior da Operação Acolhida outra ação humanitária. Foram quase 700 leitos montados em dois meses, com a participação de vários agentes, com destaque para instituições nacionais e internacionais parceiras. Segundo ele, diferentemente dos hospitais de campanha do sul do país, cuja média de óbitos era de 10 a 15%, no caso daquela localidade foi de 3,2%. Ademais, em torno de 13 mil pessoas foram atendidas de junho de 2018 a dezembro de 2021.

Todos esses aspectos apresentados, segundo o palestrante, evidenciaram a necessidade de uma base legal para reger o emprego das Forças Armadas com vistas a resguardá-las de possíveis ações judiciais. Destacou ainda a necessidade de governança, dado que em tais situações o nível político, o estratégico e o tático se misturam muito, e uma ação no nível tático, por vezes, reflete extremamente negativa no nível político. E nesse sentido, frisou a importância da preparação, bem como a definição de estruturas de coordenação.

82 Decreto N. 9970, de 14 de agosto de 2019, o qual dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial.

He emphasized that the situations demanded very quick responses, which resulted in the creation of subcommittees⁸³ to provide an effective response, impacting the management, guided by two main principles: the legality and legitimacy of the Operation. To this end, a governance structure for the Operation was set up, comprising the **Federal Emergency Assistance Committee**, a Humanitarian Logistics Task Force, and other institutions.

He reported that, given the situation in the area of Boa Vista (Roraima), the Brazilian Armed Forces guided their actions under three basic tasks: (i) **border planning** (1,331,682 visits carried out at the screening unit from June 2018 to April 2021); (ii) **shelter** (5,920 sheltered and 2,544 housed) and (iii) **interiorization** (units implemented in Pacaraima, Boa Vista and Manaus with 52,963 beneficiaries since April 2018). He also mentioned that prior preparation, provided during an exercise, carried out the previous year in Tabatinga on the Triple Border, with a similar situation, was also essential for carrying out this task (AMAZONLOG-2017).

For the general, this exercise prepared the personnel for Operation Acolhida, allowing the Brazilian Armed Forces to be able to respond quickly to the complexity of the mission presented, aggravated in March 2020 by the COVID-19 pandemic. This entire process required joint coordination and Collaboration with various national and international agencies involved in the operation.

The general also reported that, in 2021, Operation Acolhida was focused on the indigenous issue, interiorization, spontaneous occupations, and resources. Regarding the indigenous issue, 4 lines of action were established: emergency stabilization, community strengthening, local integration and exit strategy, and partnerships and coordination.

For the general, the COVID-19 pandemic triggered another humanitarian action within Operation Acolhida. There were almost 700 ICU beds built in two months, with the participation of several agents, especially national and international partner institutions. According to him, unlike field hospitals in the south of the country, whose average death rate was 10 to 15%, in the case of that location it was 3.2%. In addition, around 13,000 people received medical assistance from June 2018 to December 2021.

According to the speaker, all of these aspects presented highlighted the need for a legal framework to govern the use of the Armed Forces in order to protect them from possible lawsuits. He also highlighted the need for governance, given that in such situations the political, strategic, and tactical levels are very tangled, and action at the tactical level sometimes reflects extremely negatively on the political level. And in this sense, he stressed the importance of preparation, as well as the definition of coordination structures. For him, it is necessary to define what is going to be done for the effectiveness of the operation, as well as preparation with adequate training.

⁸³ Decree N. 9970, of August 14, 2019, which establishes rules for the Federal Emergency Assistance Committee.

O General Antônio Manoel de Barros finalizou sua fala levantando a questão do momento de sair de uma operação. Para ele, o caso brasileiro aponta o desafio tanto em âmbito nacional, como junto às nossas fronteiras (como no caso da Operação Acolhida), internacional (a exemplo do Haiti) de **como entrar, quando entrar e quando concluir uma operação**. Exemplificou tal afirmação com a Operação Pipa⁸⁴, que perdura há mais de 20 anos. Ressaltou ainda a necessidade, nas atuações conjuntas, de que todos os envolvidos conheçam a forma e razão de operar uns dos outros sob pena de comprometer a efetividade da ação humanitária.

Em síntese, são questões fundamentais para se refletir em torno da atuação das Forças Armadas em ações humanitárias: a base legal para atuação; a governança e a gestão coordenadas e efetivas (níveis político, estratégico, operacional e tático muito interdependentes); as estruturas de coordenação bem definidas (coordenação gera sinergia, que gera efetividade); a capacidade de atuação; o preparo adequado; como e quando entrar; e como e quando sair da operação.

3 Considerações finais dos relatores

O painel ofereceu um panorama de algumas experiências da França, do Equador e do Brasil de envolvimento de forças armadas em ações humanitárias.

As experiências francesa e equatoriana relatadas permitem sublinhar a **importância de um efetivo e contínuo ciclo de planejamento, implementação, avaliação e aperfeiçoamento** da atuação das Forças Armadas em papéis outros que não a sua missão precípua: o preparo e emprego do poder militar. Nesse contexto, a atuação das Forças Armadas da França nas sucessivas temporadas de tempestades e terremotos poderia servir, por exemplo, de ponto de partida para reflexões similares envolvendo áreas como defesa civil (ex. enchentes e deslizamentos) e enfrentamento de crimes ambientais (ex. queimadas e garimpo ilegal) não só no Brasil, mas também em outros países sul-americanos, especialmente na região de floresta tropical amazônica. Tais atuações podem ensejar, inclusive, **possibilidades concretas de cooperação internacional Europa- América do Sul**, como seminários específicos, treinamentos e exercícios, envolvendo setores civis e militares.

⁸⁴As atividades da Operação Pipa compreendem à distribuição de água potável, preferencialmente por meio de carros-pipa, às populações rurais e urbanas atingidas por estiagem com prioridade para os municípios que se encontram em situação de emergência ou estado de calamidade pública. O 28º Batalhão de Caçadores é responsável pela Operação no estado de Sergipe, compreendendo 75 (setenta e cinco) municípios e ainda, por uma área do nordeste do estado da Bahia, composta por 35 (trinta e cinco) municípios. Disponível em <https://www.28bc.eb.mil.br/index.php/operacao-pipa> . Acesso em 01 mar. 2022.

General Antônio Manoel de Barros ended his speech by raising the question of when to leave an operation. For him, the Brazilian case points to the challenge both nationally, along Brazilian borders (as in the case of Operation Acolhida), or internationally (as in Haiti) **of how to enter, when to enter, and when to complete an operation**. He exemplified this statement with Operation Pipa⁸⁵, which has lasted for over 20 years. He also highlighted the need, in joint actions, for all those involved to know each other's approach and reason for operating, under penalty of compromising the effectiveness of humanitarian action.

In summary, the following are fundamental issues to reflect on the work of the Armed Forces in humanitarian actions: the legal framework for action; coordinated and effective governance and management (very interdependent political, strategic, operational, and tactical levels); well-defined coordination structures (coordination generates synergy, which generates effectiveness); the ability to act; proper preparation; how and when to enter; and how and when to exit the operation.

3 Final considerations of the rapporteurs

The panel provided an overview of some experiences of France, Ecuador, and Brazil on the involvement of the armed forces in humanitarian actions.

The reported French and Ecuadorian experiences highlight the **importance of an effective and continuous cycle of planning, implementation, evaluation, and improvement** of the Armed Forces performance in roles other than their primary mission: the preparation and use of military power. In this context, the role of the French Armed Forces in successive storm seasons and earthquakes could serve, for example, as a starting point for similar reflections involving areas such as civil Defence (e.g., floods and landslides) and fighting environmental crimes (e.g., fires and illegal mining) not only in Brazil, but also in other South American countries, especially in the Amazon rainforest region. Such actions may even give rise to concrete **possibilities for international cooperation between Europe and South America**, such as specific seminars, training, and exercises, involving civil and military sectors.

⁸⁵ The activities of Operation Pipa comprise the distribution of drinking water, preferably by means of water trucks, to rural and urban populations affected by drought, with priority given to municipalities that are in an emergency situation or state of public calamity. The 28th Infantry Battalion is responsible for the Operation in the state of Sergipe, comprising 75 (seventy-five) municipalities and an area in the northeast of the state of Bahia, comprising 35 (thirty-five) municipalities. Available at <https://www.28bc.eb.mil.br/index.php/operacao-pipa>. Accessed: Mar. 1, 2022

Novamente, ressalta-se o caráter episódico, em área restrita e por tempo determinado desses tipos de ações humanitárias, o que sem dúvida guarda semelhanças com as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) realizadas no Brasil.

Já a experiência brasileira com a Operação Acolhida demonstra a **relevância de arranjos de coordenação interagências e de cooperação interorganizacionais**, sobretudo no que se refere às várias organizações governamentais e não-governamentais envolvidas. Nesse contexto, é possível questionar em que medida as experiências obtidas com a Operação Acolhida serão efetivamente analisadas, aperfeiçoadas e transformadas em planos e procedimentos claros para a hipótese de ocorrer uma crise similar no futuro. De certa forma, essa questão de **gestão do conhecimento** também pode ser visualizada, embora guardadas as diversas diferenças e proporções, no quadro dos Grandes Eventos realizados na década passada no Brasil, especialmente no que diz respeito a experiências e, mais importante, às lições aprendidas em termos de dinâmicas interorganizacionais de modo geral. Sem dúvida, a relativa **alta rotatividade de militares em postos de liderança** ressalta ainda mais a relevância que tais experiências e lições aprendidas sejam internalizadas nas diversas organizações militares participantes, principalmente no que concerne a aspectos doutrinários.

Por fim, a experiência francesa diante de grandes desastres naturais no Caribe permite destacar a relevância não só de se investir em **sistemáticas robustas de planejamento militares** (ex. Planejamento Baseado em Capacidades – PBC), mas principalmente de se ter uma **fase de “desengajamento” bastante clara** nesses tipos de operações. Afinal, os verdadeiros protagonistas continuam sendo e sempre serão as diversas organizações governamentais e não-governamentais envolvidas nessas ações humanitárias.

Again, the attribute of being sporadic, in a restricted area, and for period of time, of these types of humanitarian actions is highlighted, which undoubtedly bears similarities with the operations of Guarantee of Law and Order (GLO) carried out in Brazil.

The Brazilian experience with Operation *Acolhida* demonstrates the **relevance of interagency coordination and interorganizational cooperation arrangements**, especially with regard to the various governmental and non-governmental organizations involved. In this context, it is possible to question to what extent the experiences obtained with Operation *Acolhida* will be effectively analysed, improved, and transformed into clear plans and procedures in the event of a similar crisis in the future. In a way, this issue of **knowledge management** can also be seen, albeit the several differences and proportions, within the cadre of Great Events held in the last decade in Brazil, especially with regard to experiences and, more importantly, the lessons learned in terms of interorganizational dynamics in general. Undoubtedly, the relatively **high turnover of military personnel in leadership positions** further underlines the importance that such experiences and lessons learned are internalized in the various participating military organizations, especially with regard to doctrinal aspects.

Finally, the French experience in the face of major natural disasters in the Caribbean allows us to highlight the relevance not only of investing in **robust military planning systems** (e.g., Capacity-Based Planning), but mainly of having a **clear “disengagement” phase** in these types of operations. After all, the real protagonists continue to be and will always be the various governmental and non-governmental organizations involved in these humanitarian actions.



FOTOS DO EVENTO
PHOTOS OF THE EVENT







MENSAGEM DO COMITÊ ORGANIZADOR

MESSAGE FROM THE ORGANIZING COMMITTEE

MENSAGEM DO COMITÊ ORGANIZADOR

O Comitê Organizador do 7º Simpósio sobre Segurança Regional agradece aos Relatores da Escola Superior de Defesa pela excelente contribuição ao evento, concretizada por meio da produção deste Relatório, com descrições fidedignas e análises robustas sobre cada um dos Painéis.

Este relatório tem como um de seus objetivos gerar subsídios que contribuam para a construção de políticas públicas voltadas à diplomacia e à defesa. Desta forma, nossa expectativa é que decisores de nível estratégico de Ministérios, Embaixadas, Adidâncias e Forças Armadas, europeus e sul-americanos, tomem conhecimento dele e possam se beneficiar de seu rico conteúdo, contribuindo assim para o aprofundamento da interlocução e da cooperação entre as duas regiões.

Agradecemos, por fim, a participação de todos e todas nos dois dias muito profícuos de debate do 7º Simpósio e contamos com suas presenças nos próximos Simpósios sobre Segurança Regional Europa-América do Sul, sob a coordenação da Escola Superior de Defesa.

MESSAGE FROM THE ORGANIZING COMMITTEE

The Organizing Committee of the 7th Symposium on Regional Security thanks the Rapporteurs of the Brazilian Defence College for their excellent contribution to the event, through the production of this Report, with reliable descriptions and robust analysis of each of the Panels.

One of the objectives of this report is to generate subsidies that contribute to the construction of public policies aimed at diplomacy and Defence. In this way, our expectation is that decision-makers at a strategic level from European and South American Ministries, Embassies, Attachés, and Armed Forces become aware of it and can benefit from its rich content, thus contributing to the deepening of dialogue and cooperation between the two regions.

Finally, we thank you for your participation in the two very fruitful days of debate at the 7th Symposium and we look forward to your presence at the next Europe-South America Regional Security Symposia, under the coordination of the Brazilian Defence College.

ISBN 978-65-997788-0-3



9 786599 778803 >



**7º SIMPÓSIO SOBRE
SEGURANÇA REGIONAL**
EUROPA | AMÉRICA DO SUL



REINO DA BÉLGICA
www.diplomatie.belgium.be



MINISTÉRIO DA
DEFESA

